

**DANIEL LUCA DASSAN DA SILVA**

**O PROCESSO DE CONSCIÊNCIA EM UM  
MOVIMENTO DE TRABALHADORES NA LUTA  
PELA SAÚDE**

**PUC-CAMPINAS  
2013**

**DANIEL LUCA DASSAN DA SILVA**

**O PROCESSO DE CONSCIÊNCIA EM UM  
MOVIMENTO DE TRABALHADORES NA LUTA  
PELA SAÚDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida – PUC-Campinas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia  
Hespanhol Bernardo

**PUC-CAMPINAS  
2013**

Ficha Catalográfica  
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e  
Informação - SBI - PUC-Campinas

t302  
S586p

Silva, Daniel Luca Dassan da.

O processo de consciência em um movimento de trabalhadores na luta pela saúde / Daniel Luca Dassan da Silva. - Campinas: PUC-Campinas, 2011.  
126p.

Orientadora: Márcia Hespanhol Bernardo.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.  
Inclui bibliografia.

1. Psicologia social. 2. Alienação (Psicologia). 3. Saúde e trabalho. 4. Movimentos sociais. 1. Bernardo, Márcia Hespanhol. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

22. ed. CDD – t302

**DANIEL LUCA DASSAN DA SILVA**

**O PROCESSO DE CONSCIENCIA EM UM  
MOVIMENTO DE TRABALHADORES NA LUTA  
PELA SAÚDE**

BANCA EXAMINADORA



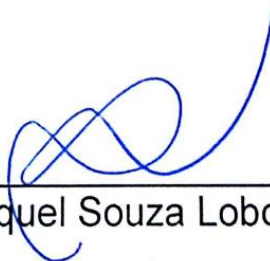
---

Presidente: Profª Drª Márcia Hespanhol Bernardo



---

Profª Drª Maria Dionísia do Amaral Dias



---

Profª Drª Raquel Souza Lobo Guzzo

**PUC-CAMPINAS**

**2013**

## RESUMO

Dassan-da-Silva, Daniel Luca. O processo de consciência em um movimento de trabalhadores na luta pela saúde. 2013. 126p. Dissertação (Mestrado em Psicologia como Profissão e Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Campinas, 2013.

A pesquisa teve com objetivo estudar como se dá o processo de consciência em um movimento de trabalhadores em luta por saúde e qual o papel da organização do grupo neste processo. A associação de Trabalhadores Expostos a substâncias Químicas (ATESQ) – grupo estudado na pesquisa – aglutina ex-trabalhadores contaminados no processo de trabalho em uma planta Fabril da cidade de Paulínia inicialmente pertencente à Shell. Para compreensão do objeto de estudo, parte-se de um olhar marxista, reconhecendo, portanto, que o sistema social em que essa associação está inserida, é marcado por uma dinâmica de luta de classes, na qual os trabalhadores têm seu trabalho explorado pelos proprietários dos meios de produção. São usados como elementos chave para a análise a Alienação e Ideologia. Para contextualizar o grupo estudado, é apresentada a constituição do campo teórico da Saúde do Trabalhador e um histórico das lutas por políticas públicas na área. Com relação ao método, a pesquisa se orientou pelo Materialismo Histórico Dialético e utilizou uma técnica de inspiração etnográfica, na qual o pesquisador acompanhou as reuniões do grupo durante um período de 15 meses. Nos resultados são descritos diversos aspectos observados no campo visando a subsidiar a análise da consciência, tais como A vivência na fábrica, o funcionamento do grupo ,o processo judicial as consequências psicossociais da contaminação e a relação entre o grupo e a política. A análise indica o caráter contraditório e processual da consciência, corroborando a literatura. Também se busca elucidar o efeito de alguns elementos no processo de consciência, como o discurso empresarial, a judicialização e a financeirização como objetivos da luta, que são exemplos de elementos que funcionariam como empecilho à organização dos trabalhadores ao avanço no processo de consciência. Por outro lado, é reafirmado o papel da ATESQ na desideologização e na desalienação dos seus membros. Por fim é apresentada uma reflexão sobre as diferentes relações entre o processo de consciência e o sofrimento vivido pelos trabalhadores.

**Palavras chave:** Consciência, alienação, ideologia, Saúde do Trabalhador, Caso Shell/Basf.

## ABSTRACT

Dassan-da-Silva, Daniel Luca. The Consciousness Process in a worker's movement in a struggle for Health. 2013. 126p. Dissertacion (Masters in Psychology as Profession and Science) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Campinas, 2013.

The objective of the present research was to study the consciousness process in a labor movement involved in a struggle for health and also to study what the function of the group organization in this process is. The Association of Workers Exposed to Chemical Substances - AEWCS (Associação de Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas – ATESEQ) – studied group in the research – gathers contaminated ex-workers in the labor process in a manufacturing plant in the city of Paulínia initially belonging to Shell. In order to better comprehend the study object, it is used a marxist basis, recognizing, therefore, that the social system which this association is inserted is marked by a class struggle dynamics, in which the workers have their labor explored by the owner of the production means. Alienation and Ideology were used as key elements to the analysis. in order to contextualize the studied group, it is presented the constitution of the theoretical field about the Workers Health and the history of struggles for public politics in this field in Brazil. with respect to the method, the research was oriented by the Dialectical Historical-Materialism and ethnographic inspiration technics were used, which the researcher observed and participated the group meetings in a period of 15 months. In the results are described a great variety of aspects observed in the field in order to subsidize the consciousness analysis, such as the factory experience, the group operation, the judicial process, the psychosocial consequences of contamination and the relation between the group and politics. The analysis indicates the procedural and conflicting nature of consciousness, confirming the literature. It is also sought to elucidate the effects of some elements in the consciousness process, such as the business discourse, the 'judicialization' and the 'financialization' as struggle goals. They are examples of elements that would behave as embarrassments to the workers' organization to the development of the consciousness process. On the other hand it is reaffirmed the AEWCS's (ATESQ) role in the 'disideologization' and in the 'disalienation' of its members. Lastly it is presented a reflection about the different kinds of relations between the consciousness process and the suffering experienced by the workers.

**Key Words:** Consciousness, Alienation, Ideology, Worker's Health, Shell/Basf Case.

*À todos trabalhadores e trabalhadoras vítimas de  
acidentes e adoecimentos relacionados ao trabalho.*

## **Agradecimentos**

Aos trabalhadores da ATESQ, em especial os que tive contato e me trataram de forma acolhedora, respeitosa e que compartilharam comigo informações sobre sua vivência na fábrica e suas opiniões sobre os mais diferentes assuntos.

À minha Mãe, meu Pai e meus irmãos, que sempre me apoiaram, tanto nas etapas anteriores em minha vida, como durante os anos da produção do mestrado.

À Márcia Hespanhol, pelas orientações, conversas, reflexões, análises, questionamentos e sugestões que muito me auxiliaram nesse caminho da produção do mestrado. Mas, sobretudo, agradeço a paciência.

Às professoras que participaram da minha qualificação e da minha defesa: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Dionísia do Amaral Dias, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raquel Guzzo, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silvana Cardoso Brandão pela dedicação na arguição, pelas valiosas reflexões apontadas e pelas críticas construtivas. Além disso, agradeço também aos que se dispuseram a ser suplentes: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vera Lúcia Trevisam de Souza, Prof. Dr. Antonio Euzébios Filho, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Inês Monteiro e, novamente, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvana Cardoso Brandão.

Aos membros do grupo de pesquisa: Carol, Heloisa, Sandra, Rafael, Felipe, Fabiano, Rosana, Fábio, Ana, Johanna, Luciana e Pedro pelas discussões que despertaram grandes reflexões e ideias que contribuíram com o meu desenvolvimento. Mas também pelos momentos de descontração, conversa e bate-papo, todos eles importantes para mim.

À Flávia, minha companheira, que muito me apoiou nessa caminhada, sempre muito carinhosa, atenciosa e paciente.

À CAPES pelo financiamento que possibilitou a realização da pesquisa



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	11
1. A SOCIEDADE CAPITALISTA.....	15
2 CONSCIÊNCIA DE CLASSE, ALIENAÇÃO E IDEOLOGIA .....	19
2.1 <i>A consciência</i> .....	19
2.2 <i>Alienação</i> .....	22
2.3 <i>O Processo de Consciência e Consciência de Classe</i> .....	28
3 CONTEXTUALIZAÇÃO .....	34
3.1 <i>Surgimento do campo teórico da saúde do trabalhador</i> .....	34
3.2 <i>Histórico das lutas dos trabalhadores por saúde</i> .....	38
3.3 <i>A Shell Paulínia no cenário econômico nacional e mundial</i> .....	40
3.4 <i>Associação de Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas</i> .....	44
4 OBJETIVOS .....	50
5 MÉTODO.....	51
5.1 <i>Materialismo Histórico Dialético</i> .....	51
5.2 <i>Desenvolvimento metodológico</i> .....	53
6 RESULTADOS.....	58
6.1 <i>Vivência na Fábrica</i> .....	58
6.2 <i>Entrada no grupo</i> .....	66
6.3 <i>O Grupo</i> .....	70
6.3.1 <i>Funcionamento</i> .....	70
6.3.2 <i>Processo judicial</i> .....	77
6.4 <i>Consequências psicossociais da contaminação</i> .....	86
6.5 <i>A política e o grupo</i> .....	92
7 ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSCIÊNCIA.....	101
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	118
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	122

## Lista de Abreviaturas

<b>ACPO</b>	Associação de Combate aos Poluentes
<b>ATESQ</b>	Associação de Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas
<b>CEREST</b>	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
<b>CETESB<sup>1</sup></b>	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
<b>CIPA</b>	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
<b>CPI</b>	Comissão Parlamentar de Inquérito
<b>CRM</b>	Conselho Regional de Medicina
<b>CNBB</b>	Conferência Nacional de Bispos do Brasil
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>INSS</b>	Instituto Nacional de Seguridade Social
<b>MOI</b>	Modelo Operário Italiano
<b>MPT</b>	Ministério Público do Trabalho
<b>MSLA</b>	Medicina Social Latino Americana
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PRT</b>	Procuradoria Regional do Trabalho
<b>PSOL</b>	Partido Socialismo e Liberdade
<b>PST</b>	Programa de Saúde do Trabalhador
<b>SESMT</b>	Serviços Especializados de Segurança e Medicina do Trabalho
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>TST</b>	Tribunal Superior do Trabalho
<b>UNESP</b>	Universidade Estadual Paulista
<b>UNICAMP</b>	Universidade Estadual de Campinas

---

<sup>1</sup> A sigla CETESB se refere à “Centro Tecnológico de Saneamento Básico”. Em 2009 o nome da empresa passa a ser “Companhia Ambiental do Estado de São Paulo”, porém mantém a sigla anterior. Dentre suas atribuições está a vigilância e fiscalização em meio ambiente.

## APRESENTAÇÃO

Esta dissertação nasce como continuação de um caminho na pesquisa iniciado com a participação no grupo de pesquisa “Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação”, estudando o método materialista histórico dialético, uma compreensão marxista da psicologia, o processo de tomada de consciência e, de forma geral, uma compreensão marxista da realidade. Junto a esse grupo, foi realizada uma pesquisa, na qualidade de iniciação científica, sobre a percepção dos moradores de um bairro de periferia da cidade de Campinas sobre as consequências da crise econômica mundial de 2008/2009 (Dassan-da-Silva e Guzzo 2010).

A fundamentação teórica pautava-se na compreensão marxista do ser humano e a análise concentrou-se em três eixos: *a crise econômica; dualidade emprego X desemprego e suas influências para a subjetividade e Consciência*. Nesse trabalho, destacou-se a questão das consequências do desemprego e do trabalho precarizado à saúde mental dos indivíduos, com especial atenção ao trabalho fabril no modelo toyotista que, conforme Bernardo (2006), pode trazer bastante sofrimento aos seus trabalhadores.

A partir desse estudo, então, desperta-se no pesquisador o interesse pelo tema “trabalho” enquanto objeto de pesquisa da psicologia, não apenas no que se refere à constituição da subjetividade dos seres humanos, mas também sobre as relações de trabalho no modo capitalista de produção e suas consequências para os indivíduos. Desse modo, iniciou sua participação no grupo de pesquisa “Trabalho no contexto atual: estudos críticos em Psicologia Social”, onde as discussões sobre saúde do trabalhador e o contato com a história de um grupo de ex-trabalhadores expostos a substâncias químicas em seu local de trabalho levaram ao interesse pelo questionamento sobre como

se dá o processo de tomada de consciência dos integrantes do grupo e qual o papel que o debate sobre saúde do trabalhador teve neste processo.

Partindo dos pressupostos do marxismo, os quais, compreendem os trabalhadores como protagonistas no processo de transformação da sociedade (Marx, 2009), torna-se bastante relevante o estudo relativo à que os levam, ou os afastam, de se unirem e lutarem por mudanças. Compreendendo o processo de consciência intimamente ligado ao de organização dos trabalhadores, a pesquisa possui relevância por buscar tomar parte em uma construção teórica sobre o tema que pode subsidiar ações do movimento sindical, de coletivos de trabalhadores, de profissionais de saúde, bem como políticas públicas voltada aos trabalhadores.

A dissertação organiza-se tendo no primeiro capítulo uma leitura geral sobre a sociedade em que estamos inseridos, manifestando um ponto de vista marxista que compreende a sociedade dividida em duas classes – capitalistas e trabalhadores – que estão em permanente conflito de interesses. Expõe, então, que esse contexto tem como um de seus pilares de manutenção a dominação ideológica e a alienação, fazendo necessário compreender os movimentos da consciência para a superação do capital.

O segundo capítulo discute a consciência, o processo de consciência, a ideologia e a alienação, fazendo uma leitura a partir do olhar marxista. Para isso, utilizará autores como o próprio Marx e outros marxistas, como Sergio Lessa, Leandro Konder e Mauro Iasi.

Colocado isso, a pesquisa parte, então, para contextualizar, no capítulo três, o movimento dentro do qual analisou os processos de consciência, ou seja, expõe a formação da saúde do trabalhador enquanto campo teórico e a formação das políticas públicas em saúde do trabalhador, que tiveram grande participação do movimento sindical. Em seguida, ainda no mesmo capítulo, discorre-se brevemente sobre a

compreensão do fenômeno mundial entendido como exportação/importação de risco, dentro do qual podemos localizar a empresa Shell para subsidiar a exposição referente ao histórico da Associação dos Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas, que foi o foco da pesquisa.

São apresentados, em seguida, os objetivos da investigação e o método, contendo uma descrição sobre a relação do pesquisador com o campo de pesquisa.

No capítulo seis, são apresentados os resultados da pesquisa sistematizados em quatro itens, o primeiro deles relatando a vivência na fábrica, as amizades e as relações entre hierarquias na empresa; o segundo item apresenta os relatos a respeito do início da participação no grupo; o terceiro item refere-se ao grupo e se subdivide em dois subitens: Funcionamento e Processo judicial; o quarto item descreve as Consequências Psicossociais da contaminação vividas pelos trabalhadores; e no último item estão sistematizadas as informações sobre a relação da ATESQ com a política, que vão desde a aproximação com outras associações, com objetivos semelhantes, até questões que envolvem a sociedade de forma geral.

Os aspectos descritos nesse capítulo subsidiam a análise do processo de consciência do grupo, que é realizada no capítulo sete, na qual alguns aspectos são destacados, tais como a natureza contraditória processual da consciência, o papel do discurso empresarial na alienação dos trabalhadores, o movimento coletivo como um facilitador da desideologização e desalienação dos trabalhadores, os efeitos da judicialização e financeirização no movimento da consciência dos membros do grupo e, por fim, uma reflexão acerca da relação particular existente entre o processo de consciência e o sofrimento vivenciado pelos trabalhadores.

No oitavo e último capítulo são apresentadas as considerações finais, retomando as sínteses elaboradas no processo de análise das informações, a relação do pesquisador com o grupo estudado e os horizontes de pesquisa abertos a partir desta dissertação.

## **1. A SOCIEDADE CAPITALISTA**

Para compreensão do fenômeno escolhido como objeto de estudo, parte-se inicialmente de uma sumária exposição sobre a totalidade mais ampla em que ele está inserido, a sociedade capitalista. Para isso, optou-se pela utilização de conceitos e a teoria de Marx e Engels, além de alguns teóricos do marxismo. Importante salientar que, apesar da exposição aqui focar-se na apresentação a partir desses autores, há obras e autores que buscam atualizar as compreensões marxistas e fazem uma análise do momento presente da sociedade, defendendo a tese de que permanece a dinâmica de luta de classes em nossa sociedade, apesar de diversas mutações e alterações ocorridas no decorrer da história.

Segundo Marx (1898/2010), todo valor produzido na sociedade vem do trabalho, a partir da ação do homem na realidade. Tomemos como exemplo o trabalho de um marceneiro. O bloco de madeira que ele compra, como matéria prima, possui determinado valor, mas após esta madeira ser trabalhada pelo homem de modo a transformá-la em uma cadeira, ela passa a possuir mais valor do que no seu formato inicial, bruto. Não é outra coisa que realizou a valorização da madeira senão o trabalho empregado em sua produção. Apesar de outros elementos estarem envolvidos na determinação do valor e do preço das mercadorias, o trabalho empregado é elemento central.

Partindo dessa compreensão, Marx (1898/2010) buscou analisar o trabalho e a produção de riqueza na principal forma de trabalho encontrada em sua época, que é o das fábricas, evidenciando a origem do lucro dos proprietários no processo de exploração dos trabalhadores.

O conceito central a esse entendimento é o de Mais-valia, que se refere ao valor produzido pelos trabalhadores, o qual é expropriado pelo dono dos meios de produção na forma de lucro (Marx, 1898/2010). Como exemplo, pode-se recorrer a uma situação hipotética de um trabalhador com uma jornada de oito horas diárias que, a cada quatro horas de trabalho produz uma quantidade de valor equivalente ao seu salário. Nesse caso, metade do valor que produziu será pago de volta a ele na forma de salário, porém, a outra metade ficaria com o capitalista como mais-valia.

Ou seja, o capitalista enriquece a partir da expropriação do trabalho de seus empregados e o que garante essa possibilidade, em nossa sociedade, é a detenção da propriedade privada dos meios de produção, enquanto para o trabalhador, que, ao contrário, não possui tal propriedade, resta, para sobreviver, a venda de sua força de trabalho ao capitalista em troca de um salário. Evidencia-se, assim, uma oposição entre Capital e Trabalho. (Marx e Engels, 1848/2008; Marx 1898/2010). Sendo assim, a sociedade capitalista seria entendida como dividida entre duas classes: a classe trabalhadora e a classe burguesa, ou classe dominante, (dos proprietários dos meios de produção) que viveriam em constante conflito.

Mas deve-se ressaltar que a divisão em classes não é uma marca apenas da sociedade capitalista, tendo estado presente em praticamente todas as formas de organização social dos seres humanos. De acordo com Marx e Engels, (1848/2008), seria da relação de conflito entre elas – e não do surgimento e debate de ideias - que se daria o movimento e as mudanças das sociedades: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes”. (p.36).

No período feudal, a classe burguesa foi a classe revolucionária, que, a partir do seu desenvolvimento, rompeu com as formas de organização da sociedade feudal criando outra forma de organização, a sociedade capitalista. Assim, segundo Marx e



Engels (1848/2008), o capitalismo também seria superado pela ação de uma classe, que atuaria de forma revolucionária alterando todas as formas de produção e organização dessa sociedade. Para os autores, a única classe capaz de guiar a sociedade para a superação do capitalismo é a classe trabalhadora.

Segundo Lessa (2007) e Konder (2009), para a teoria marxista, o surgimento da divisão em classes remonta a pré-história. Nas primeiras e primitivas formas de organização dos seres humanos não existiam classes, todos tinham que se dedicar ao trabalho para poder garantir alimento e condições mínimas para todo o grupo, era inexecutável a liberação de alguém do trabalho para o exercício intelectual ou de outra natureza semelhante. Quando, porém, os seres humanos conseguem, a partir do trabalho, gerar um excedente de produção, ou seja, mais do que o necessário à sobrevivência do grupo, torna-se possível a apropriação por um indivíduo ou pequeno grupo de algo que, até então, era a forma de subsistência do grupo (por exemplo, a criação de animais ou a área de cultivo de alimentos), ou mesmo escravizar outros membros do grupo e, a partir daí – e da “contratação” de outros indivíduos para fazer sua proteção – desligar-se da necessidade de trabalho.

Desse modo, para a manutenção da divisão de classes, alguns mecanismos eram utilizados pelas classes dominantes, um deles era a existência de uma espécie de força armada (guarda, polícia, exército e etc) submetida aos interesses dos exploradores, bem como regras. Desde os tempos remotos, esses elementos seriam o germe do que viria a ser o Estado (Konder, 2009). A visão de que o objetivo último do Estado, no geral, é servir e proteger a propriedade da classe dominante (que, na prática, significa proteger seus interesses, seu poder, sua dominação), refere-se a todas as formas de organização da sociedade até hoje, especialmente, a capitalista, utilizando, inclusive, da força

policial e militar, quando preciso, para manter o *status quo* (Marx e Engels, 1848/2008; Konder, 2009; Lessa e Tonet, 2008).

Mas não somente de repressão se faz a dominação da burguesia sobre os trabalhadores. De acordo com Bihr (1998), o poder de um grupo sobre outro não se mantém por muito tempo apenas pelo uso da força. Para se efetivar, ele deve conseguir que os dominados vejam as diferenças como natural, não passíveis de mudança. Assim sendo, outro mecanismo, provavelmente o mais eficiente na manutenção da dominação, é a ideologia. É a dominação que se dá no âmbito da subjetividade dos sujeitos, em suas consciências.

## 2 CONSCIÊNCIA DE CLASSE, ALIENAÇÃO E IDEOLOGIA.

### 2.1 *A consciência*<sup>2</sup>

Para Marx e Engels (1933/2009<sup>3</sup>), a consciência não é algo separado do mundo material. Pelo contrário, para eles, a consciência é um fruto da vida material dos indivíduos, ela se constitui a partir das relações materiais estabelecidas com outros indivíduos e com a natureza, não havendo um comportamento “a priori”. Conforme o indivíduo se relaciona com o mundo ao seu redor, ele vai constituir sua consciência. (Marx e Engels, 1933/2009, p. 25).

Deste modo, a compreensão da história por esses autores difere daquela que, segundo eles, era exposta pelos ‘jovens hegelianos’ da época – e que até hoje possui grande influência. Estes partiam de uma ideia de evolução da sociedade e da história da humanidade pautada no desenvolvimento das ideias (na filosofia, política, religião, moral, etc.) que vão se contrapondo às anteriores e superando compreensões antigas, ou seja, são as ideias que gerarão as relações materiais que se estabelecem na sociedade. Assim, a forma de organização social hoje conhecida como capitalismo seria fruto das ideias do iluminismo, e estas, frutos dos pensamentos dos iluministas, simplesmente.

Em contraposição a essas concepções teóricas, Marx e Engels defendiam a compreensão materialista dialética da sociedade. Nesta perspectiva, o mundo interno do indivíduo é composto pelo externo, pela sua relação com os outros e com a natureza e, assim, suas ideias são fruto de internalização de condições sociais. Portanto, as ideias

---

<sup>2</sup> A consciência é um assunto caro à psicologia, havendo outras elaborações teóricas sobre ela e diferentes olhares, além de proposições semelhantes, com diferentes denominações. Na presente pesquisa, optou-se por fundamentar tal conceito a partir de Marx e Engels, recorrendo-se também a outros autores marxistas mais atuais, que ajudam a compreender a concepção original apresentada por eles.

<sup>3</sup> O livro “A ideologia alemã” foi inicialmente escrito por Karl Marx e Friederich Engels nos anos de 1845-1846. Porém, nunca foi finalizado pelos autores e o texto permaneceu apenas manuscrito, havendo trechos riscados e anotações marginais. Ele só foi publicado quase um século depois, em 1933, quando os escritos desses autores foram organizados em um livro.

iluministas também não seriam fruto dos pensamentos dos indivíduos, puramente, conforme defendiam os hegelianos, mas fruto de uma realidade determinada representada mentalmente. Neste sentido, Marx e Engels (1933/2009) compreendem a sociedade e seu desenvolvimento histórico a partir, principalmente, das relações estabelecidas entre os homens e entre estes e a natureza, mas não de forma separada do desenvolvimento das ideias, e sim, de forma conjunta, como âmbitos de um mesmo processo social que possui sua raiz nas condições materiais (Marx e Engels 1933/2009).

Marx e Engels (1933/2009) expõem que, mesmo as ideias sendo fruto do mundo material, elas podem se contrapor a esse mundo, assim como foram as ideias iluministas, que nasceram em meio a um contexto feudal, mas apontavam para uma organização social capitalista, ou então as ideias socialistas, que nasceram em um contexto de capitalismo, mas que propunham uma organização social fundamentada no socialismo. Segundo os autores, essa contradição entre as ideias e as relações sociais existentes se dá pelo fato de a própria realidade e vivência material mostrarem-se em contradição, ou seja, por existir na sociedade uma contradição entre as forças de produção e as relações sociais existentes.

Deste modo, segundo Konder (2009), Marx e Engels não defendem que haja uma relação unívoca de causa e efeito entre as ideias e o mundo material e, sim, uma relação de interação. Ele expõe a constatação de que é essencial o entendimento das condições materiais a que o sujeito ou coletivo estudado está submetido para compreensão de suas ideias, entendendo que o ser precede o pensar historicamente na formação do indivíduo e que, na dinâmica da luta de classes, os indivíduos são levados a determinados entendimentos da realidade.

Para o entendimento deste processo de apreensão da realidade, é fundamental a compreensão do processo de trabalho. Para Marx (1867/2008), uma parte deste ocorre

na subjetividade do sujeito, é um processo denominado de prévia-ideação, no qual será representado na mente do indivíduo um projeto de atuação na realidade. Importante enfatizar que esse projeto ocorre a partir de representações do mundo a sua volta dentro de sua consciência (Lessa, 2007). Antes de produzir uma lança para a caça, por exemplo, será feita uma prévia-ideação sobre como ela seria, como produzi-la, com quais materiais, qual será o seu formato, etc., tendo em mente que ela seria feita para determinada finalidade, como a satisfação da fome a partir da caça.

Segundo Lessa (2007), o processo em que as prévias-ideações, de natureza subjetiva, transformam-se em algo material, de natureza objetiva, é chamado de objetivação, ou seja, transforma o subjetivo em objetivo. A partir da atuação na realidade, percebe-se, do projeto realizado mentalmente, o que realmente deu certo e o que não deu, construindo-se, assim, um corpo de conhecimentos e concepções sobre a realidade, que irão ser base para próximas prévias-ideações e ações. Ou seja, transforma o objetivo em subjetivo – transforma o real em ideias, conhecimentos. Logo, assim como o trabalho gera a objetivação do âmbito subjetivo, ele gera, também, a subjetivação do objetivo. Por isso (além de outros elementos que não discutiremos aqui), a categoria do trabalho possui importância central na compreensão da subjetividade, para os marxistas.

Em nossa sociedade, porém, o trabalho é um trabalho alienado, logo sua subjetividade também o é. Desse modo, para compreender a consciência e a subjetividade em nossa sociedade, é necessário compreender o que é o processo de alienação, o qual trataremos a seguir.

## 2.2 *Alienação*

O fenômeno da alienação manifesta-se, principalmente, na relação do trabalhador com o seu trabalho, com o produto de seu trabalho, consigo mesmo e com os outros seres humanos. Importante lembrar que esse trabalho a que nos referimos é de um indivíduo submetido à divisão de classes, um trabalhador, que não é proprietário dos meios de produção, mas obrigado a vender sua força de trabalho a um indivíduo ou grupo, não-trabalhador, dono do meio de produção, que se apropria do fruto do seu trabalho.

Esse produto do trabalho, que também é o seu próprio trabalho, sua atividade, fixada em um objeto, defronta-se com seu produtor como algo alienado, estranho a ele. Ou seja, o trabalho, atividade na qual o ser humano se realiza, na qual objetiva sua subjetividade e internaliza a realidade ao seu redor e na qual ele constrói a sociedade em que vive (Lessa, 2007), torna-se algo estranho a ele, pois o aspecto de abstração, reflexão, criação, teorização e planejamento sobre o trabalho é negado ao trabalhador (Konder, 2009). Mesmo em situações contemporâneas, principalmente no que se refere ao modelo Toyotista de produção, no qual busca-se uma apropriação da inteligência e saber operário para a produção, esse saber está sempre submetido aos interesses e planejamentos do Capital (Antunes, 2004 e Bernardo, 2006), logo, estranhos ao trabalhador. Além disso, o produto de seu próprio trabalho não lhe pertence, mas sim ao dono dos meios de produção, assim o objeto, apesar de ter sido produzido pelo próprio trabalhador, aparece para ele como fruto do trabalho de outro.

Para Marx (1844/2010) a alienação “do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro”

(p. 83). Assim, a realização do trabalho aparece como desrealização do trabalhador e o objeto produzido aparece como perda do objeto e servidão ao objeto.

O trabalho, como vimos anteriormente, é atividade fundante do homem, mas na relação alienada não é uma atividade em que o trabalhador se afirma, pelo contrário, nega-se. Segundo Marx “O trabalhador só se sente [...] junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. [...] O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório” ( 1844/2010 p. 83). Assim, a atividade de ação na natureza, que seria a realização do homem, o processo pelo qual objetiva sua subjetividade, torna-se apenas um meio para se atingir a satisfação de suas necessidades, ou seja, o recebimento do salário. Somente sendo trabalhador ele consegue satisfazer suas necessidades, ser sujeito físico, e somente enquanto um ser que necessita atender suas necessidades é que ele é trabalhador.

Na época em que Marx escreveu sobre alienação, as condições de trabalho eram muito mais precárias do que as de hoje, conforme descritas por Engels (1986/2008). Nesse caso a remuneração pelo trabalho significava praticamente a satisfação das necessidades básicas apenas, diferentemente do que ocorre hoje. Atualmente as condições de trabalho são bem melhores, apesar de ainda exploradas pelo Capital e, nesse caso, as necessidades a serem satisfeitas não se resumem apenas as mais básicas, mas necessidades, também, de lazer, cultura, educação, saúde, moradia digna entre outras, que no geral só são satisfeitas através do consumo. Porém, mesmo trazendo para a realidade atual, esses preceitos marxistas sobre alienação continuam válidos, pois ainda os seres humanos que não detêm os meios de produção somente satisfazem suas necessidades, sejam elas básicas ou não, a partir da venda de sua força de trabalho, como, no geral, apenas vendem sua força de trabalho para poder satisfazer essas necessidades.

Neste processo, o trabalhador se vê como uma mercadoria, um objeto submetido à vontade de produção de uma força alheia a ele e, para sobreviver, precisa vender a sua força de trabalho para outrem, ou seja, é alienado de si mesmo. Neste processo, em que são estranhos ao trabalhador o próprio trabalho, o produto do trabalho e até ele mesmo, a realidade social não é vista como um produto da ação de seres humanos, mas como algo construído por forças desconhecidas e incontroláveis. Por isso, de acordo com Lessa (2007) e Duarte (2004), a alienação consiste em um fenômeno social ligado ao modo de organização da produção em uma sociedade e não um fenômeno referente apenas ao mundo interno, psíquico dos sujeitos. Considerando a perspectiva marxista, Konder (2009) afirma que a alienação é um fenômeno pluridimensional, manifestando-se na arte, na política, na ciência, na religião etc. Entretanto, a raiz do fenômeno global de alienação seria econômica e, para explicar essa afirmação, o autor volta-se para o período pré-histórico, retomando o processo, citado anteriormente, de surgimento da divisão de classes, da propriedade privada e da divisão social do trabalho.

Inicialmente, nas primeiras formas de organização social dos homens, o trabalho constitui uma unidade entre prática e teoria, apesar do nível de abstração ser ainda muito incipiente. Ao surgir a propriedade privada, divide-se o caráter prático do teórico do trabalho ficando, cada um, a cargo de indivíduos diferentes, os quais constituirão classes diferentes. Essa é, então, segundo Konder (2009), a raiz histórica do fenômeno da alienação, que irá gerar uma cisão entre o homem e a sua espécie como um todo. Irá gerar uma cisão entre o trabalho do indivíduo e o papel que este trabalho tem realmente para a produção e reprodução da sociedade em sua totalidade.

Esse processo, apesar de ser a raiz de mazelas que afetam os trabalhadores do mundo todo até os dias atuais, possuiu, também, elementos positivos que impulsionaram o desenvolvimento da humanidade. Por exemplo, foi este processo que



tornou possível que, pela primeira vez na história dos seres humanos, indivíduos se desligassem da produção e se dedicassem à abstração e a teoria, o que foi essencial para a evolução dos modos de produção, da economia e da cultura.

Mas o autor expõe também que a alienação não é igual em intensidade em todos os momentos da história. Segundo ele, o capitalismo leva a alienação a um patamar novo, massificando o fenômeno da reificação, transformando os homens em mercadoria. Os indivíduos passam a compreender sua própria força de trabalho como mercadoria, que deve ser vendida em troca de dinheiro e a compreender os outros indivíduos na sociedade como possíveis compradores ou vendedores.

O filósofo Sérgio Lessa, estudioso das obras do teórico Georg Lukács, expõe uma compreensão da alienação<sup>4</sup> que se relaciona com a exposta acima, sendo complementar a ela. Segundo Lessa, na teoria lukacsiana, o fenômeno da objetivação, exposto na explanação sobre consciência, compreendido também como exteriorização, possui um caráter positivo:

O devir-humano dos homens [...] corresponde ao desenvolvimento da capacidade humana de se exteriorizar, isto é, construir um ambiente cada vez mais social. A exteriorização, nessa acepção, corresponde precisamente à afirmação prática da crescente capacidade do homem de modificar o real no processo de sua reprodução (Lessa, 2009, p. 125).

O autor expõe, então, que nem sempre essas exteriorizações possuem consequências positivas no desenvolvimento da generalidade humana e comenta que

“Algumas das objetivações, em momentos historicamente determinados, podem se transformar de impulsos, em obstáculos ao desenvolvimento da humanidade. E, nesses momentos, tais objetivações, ao invés de contribuir com o devir-humano dos homens, se transmutam em negação da essência humana, em expressão da *desumanidade criada pelo próprio homem*. A esses momentos de negatividade, que constituem obstáculos sociogenéricos ao devir-humano dos homens, Lukács denomina, após Marx, de alienação” (p. 125).

---

<sup>4</sup> No Livro “Para Compreender a Ontologia de Lukács” de Sérgio Lessa, é exposto que a tradução dos livros de Marx varia no que diz respeito à alienação. Sendo que dois conceitos em alemão - *Enfremdung* e *Entäußerung* – são ora traduzidos como Alienação e Estranhamento, respectivamente, ora traduzidos como exteriorização e alienação, respectivamente. Sendo a última a tradução utilizada por Lessa e também adotada no presente projeto.

Neste sentido, as explicações dos dois autores – de Konder, 2009 e de Lessa, 2007 – ajudam a compreender o conceito marxista de alienação. Assim, pode-se dizer que o processo de surgimento da propriedade privada e de divisão social do trabalho foi uma objetivação que, ao mesmo tempo em que possibilitou avanços para a humanidade, conforma-se, posteriormente, como um elemento de desumanização, de negação do humano-genérico, um elemento da realidade construído pelos homens, mas que irá ser um obstáculo ao desenvolvimento da humanidade.

Além desta situação de cisão com a generalidade humana a partir da realidade de divisão em classes, há outra questão importante. Trata-se do fato de a dominação entre as classes não se dar apenas no âmbito objetivo, mas também no subjetivo. Desse modo, faz com que a classe dominada, no geral, se distancie de seus próprios interesses de classe e se aproxime dos da classe dominante – a burguesa, no caso do capitalismo. Um dos principais instrumentos desta dominação no âmbito subjetivo é a Ideologia.

A partir da divisão do trabalho, em que alguns indivíduos ficariam desligados da atividade de produção e voltados para a atividade intelectual, de planejamento e reflexão, e sendo estes a classe dominante, inicia-se uma compreensão pautada no olhar destes, de que seriam as ideias e não a produção material, o motor que levaria ao progresso da humanidade (Chauí, 2008).

Ou seja, ao invés de serem as condições materiais, internalizadas, que iriam gerar as ideias na subjetividade dos indivíduos, a compreensão se dá de forma invertida, ou seja, de que as condições materiais seriam, apenas, fruto de ideias postas em prática e que não teriam outra origem se não a própria subjetividade dos indivíduos, ou, em algumas compreensões, de Deus ou de deuses. Assim, o avanço tecnológico e o progresso da humanidade seriam, na realidade, resultados de boas ideias (Marx e Engels, 1933/2009). A explicação da realidade de forma invertida seria, então, um dos

principais aspectos da Ideologia e é, inclusive, a este aspecto que é dirigida a crítica central tecida por Marx em seu livro “*A ideologia alemã*”, tomando como base as características do seu próprio país.

A alienação que, objetivamente, produz o estranhamento das condições reais de existência dos indivíduos, fazendo com que estas pareçam produzidas por outros, e não pelo próprios trabalhadores (Marx, 1844/2010), possibilita uma compreensão que considera como causa o que é efeito e efeito como causa. Por exemplo, as relações sociais são vistas como coisas em si, como realidade dada, e que predeterminariam as ações humanas e não as ações humanas como causa das relações sociais estabelecidas. Ou, então, a compreensão de que a principal causa da revolução francesa teria sido as ideias iluministas, quando, na realidade, as ideias iluministas, apesar de terem cumprido um papel importante no processo, seriam efeito de uma realidade social específica, na qual estavam em conflitos diferentes classes. Assim, uma delas, em ascensão, produziu, a partir de sua vivência material, ideias sobre diferentes pressupostos a partir dos quais deveria se erguer uma sociedade e que se aglutinaram no lema ‘liberdade, igualdade e fraternidade’ (Chauí, 2008; Marx e Engels, 1933/2009).

Assim, a ideologia oculta o fato de ser a luta de classes o motor da história, considerando, no lugar, outros elementos da sociedade, como as ideias, a ciência, os estados-nação, os governantes, a cultura, entre outros. Por fim, pode-se dizer que a ideologia funciona como um instrumento de dominação, ocultando a própria existência da luta de classes e a relação de exploração de uma classe sobre a outra (Chauí, 2008).

Neste sentido, a ideologia é o olhar da classe dominante. Segundo Marx e Engels (1933/2009):

“As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder

espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias;

Contudo, as ideias da classe dominante não se apresentam enquanto tais à consciência dos indivíduos da classe dominada e, sim, enquanto ideias ‘verdadeiras’, que representam a realidade e os interesses de toda a sociedade, como se as ideias fossem universais (Marx e Engels, 1933/2009).

A compreensão sobre o Estado, por exemplo, é ideológica pois o Estado é, na realidade, a oficialização e a defesa das regras e da estrutura repressora que mantém a dominação de uma classe sobre outra, porém, é compreendido ideologicamente não enquanto uma construção histórico cultural que surgiu para atender a objetivos da classe exploradora, mas pautada em uma compreensão do estado enquanto ideia, como uma instituição que encarna os interesses gerais da sociedade, como expõe Chauí (2008):

“Ora, se o Estado e o Direito fossem percebidos nessa sua realidade real, isto é, como instrumentos para o exercício consentido da violência, evidentemente ambos não seriam respeitados e os dominados se revoltariam. A função da ideologia consiste em impedir essa revolta fazendo com que o legal apareça para os homens como legítimo, isto é, como justo e bom”. (p. 86-87)

No entanto, apesar da grande força da alienação e da ideologia sobre a sociedade, é possível à classe dominada chegar à compreensão da situação de exploração a qual está submetida e lutar contra isso. Esse processo é denominado por Mauro Iasi como “processo de consciência”.

### *2.3 O Processo de Consciência e Consciência de Classe*

Quando se fala em processo de consciência, em movimentos de avanço e de retrocesso, está implícita uma atribuição valorativa a determinadas conformações da

consciência, a determinadas posições em relação à sociedade. Segundo Konder (2009), a situação de divisão da sociedade em classes afasta o ser humano da compreensão da espécie humana, como um todo, com interesses em comum, sendo necessária a ruptura da divisão em classes para que o ser humano possa superar essa condição.

Nesse sentido, os interesses da classe burguesa no capitalismo não se confundem com os interesses da humanidade, pelo contrário, os contrariam. Os interesses burgueses se pautam na divisão entre classes e na propriedade privada, que é o ponto principal de diferenciação e impedimento dos humanos verem-se enquanto humanidade compartilhando dos mesmos interesses.

Segundo Konder (2009) os interesses da classe trabalhadora são ainda os interesses de uma classe, ou seja, de uma parcela da humanidade, porém são os interesses desta classe que se aproximam dos interesses da humanidade como um todo. Para se libertar da exploração da burguesia, essa classe necessita da abolição da propriedade privada, do fim da divisão de classe, o que beneficiará não apenas a classe trabalhadora, mas a sociedade como um todo. Ainda, para o autor, a teoria marxista seria a expressão máxima da ideologia da classe trabalhadora e dos seus interesses frente à sociedade capitalista. Sendo assim, mesmo que ainda submetida à alienação presente nesta sociedade, a compreensão e o posicionamento marxista diante da realidade representariam um pensamento mais desalienado. Isso se dá, pois, entre outras questões, essa linha teórica visa a conhecer o real no sentido de buscar a superação deste sistema social, que seria pautado na alienação e na exploração de uns sobre os outros.

No entanto, apenas uma minoria dos indivíduos da classe trabalhadora possui uma consciência da situação de classe. Conforme já apresentado no item referente à alienação, a grande maioria compartilha dos valores, crenças e interesses da classe

dominante, no caso, a classe burguesa: “as ideias dominantes de cada época sempre foram as ideias de sua classe dominante” (Marx, 2009, p. 65).

Mas, nenhuma consciência é estanque, impossível de se transformar, pelo contrário, a consciência está em movimento. Conforme o ser humano vivencia e atua na realidade, essa consciência também se modifica. Neste sentido, Mauro Iasi (2011), pautando-se em outros autores como Gramsci, Lukács e Marx, escreve sobre o “processo de consciência” e as três diferentes formas de consciência.

Segundo o autor, consciência não é algo que pode ser adquirido ou algo que pode “não se ter”. A consciência é, então, entendida aqui como um processo, tendo avanços, retrocessos, saltos, movimentos de continuidade e movimento de ruptura, mas sempre trazendo os elementos contraditórios que apontam para um desenvolvimento e elementos de conformações anteriores.

A primeira forma de consciência não apenas é primeira em uma escala que compreende um desenvolvimento e avanço, como também se refere à primeira no âmbito cronológico, ou seja, tende a ser essa forma que vivenciamos quando dos primeiros aprendizados e que pode se manter no decorrer dos anos ou não. De forma geral, ela não se conforma centralmente pela realização do trabalho, mas por meio dos aprendizados e vivência nos diferentes espaços como família, escola, bairro etc.

Ainda, segundo o mesmo autor, alguns preceitos caracterizam, de modo geral, essa forma de consciência: a percepção de situações particulares como realidade, ou seja, a ultrageneralização dos eventos e relações vividas; a visão a-histórica da realidade a sua volta, entendendo-a como natural e relativamente estática (“sempre foi assim e sempre será”); a definição por outrem do como e quando satisfazer necessidades, seja de desejo, seja de sobrevivência e, por último, a interiorização das normas e valores que regem as relações sociais submetendo-se a elas e zelando por sua aplicação.

Em certos momentos, os valores e as ideias dessa primeira forma de consciência contradizem a realidade e estas contradições podem ou não gerar movimentos de revolta. Estes movimentos isolados tendem a não produzir nenhuma mudança efetiva e, muitas vezes, retorna-se ao conformismo. Contudo, se relacionados a um coletivo, podem, também, levar a um salto de qualidade, representado pela segunda forma de consciência, denominada consciência “em si”. Ela teria como marco geral a união, o grupo, seja de determinado setor da sociedade, seja de toda uma classe. Uma compreensão de que não se é o único injustiçado e nem o único revoltado. A partir da vivência grupal, questiona-se o caráter natural da injustiça vivida e também sua suposta inevitabilidade. A expressão mais clássica desta forma de consciência é o movimento e a luta sindical. Porém, manifesta-se também nos diversos outros movimentos sociais (Iasi, 2011).

Essa segunda forma de consciência possui também contradições. Mesmo havendo consciência de parte das contradições da sociedade, como por exemplo, salários baixos, opressão da mulher e condições de trabalho danosas à saúde, as pessoas ainda agem, pensam e trabalham sob influência de valores, crenças e compreensões antigas, as quais, apesar de fazerem parte da mesma contradição que eles percebem, ainda são encarados como naturais e verdadeiros.

No processo de união por melhores salários, por exemplo, o proletariado se afirma enquanto classe frente ao capital, toma consciência de sua força em coletivo. Apesar dos grandes avanços desta forma de consciência, ela também possui limites e pode se transformar em uma simples luta corporativista visando a valorizar o grupo e suas características específicas a partir de uma “barganha coletiva” (Iasi, 2011). Assim, segundo Iasi:

“O proletário nega o capitalismo afirmando-o. Organiza-se como qualquer vendedor que quer alcançar um preço maior por sua mercadoria. Portanto, em sua luta revolucionária, não basta o proletariado assumir-se enquanto classe

(consciência em si), mas é necessário se assumir para além de si (consciência para si)” (p. 32).

A “consciência para si”, ou “consciência de classe” seria, segundo o autor, a terceira forma de consciência. Nela, o sujeito busca não mais a ação nos sintomas, mas nas causas dos problemas que enfrenta e provocam revolta. Busca compreender e analisar a sociedade em que está inserido e o objetivo de sua ação é a transformação da sociedade como um todo. Desse modo,

A verdadeira consciência de classe é fruto dessa dupla negação: num primeiro momento, o proletário nega o capitalismo assumindo sua posição de classe, para depois negar-se a si próprio enquanto classe, assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o capital (Iasi, 2011.p. 32).

Apesar de o processo de consciência ser vivenciado no âmbito individual, o surgimento da consciência de classe é necessariamente um processo social. Nesta forma de consciência, o indivíduo se compreende como sujeito histórico social de sua época, que é, no caso, a classe trabalhadora. Porém, o amadurecimento subjetivo do indivíduo, obviamente, não gera um amadurecimento das outras condições de sua realidade, como, por exemplo, a subjetividade dos outros membros da classe trabalhadora, ou a existência de condições objetivas para a superação do capitalismo (Iasi, 2011).

A imersão nesta realidade em que as condições objetivas e subjetivas encontradas não possibilitam à classe trabalhadora a realização de sua tarefa histórica, a superação do capital, pode levar o indivíduo à vivência de um conflito interno, que pode ser enfrentado com uma atuação voltada ao avanço da consciência junto a sua classe, mas também com sofrimento, podendo levar à ansiedade e à depressão. Além disso, segundo Iasi (2011), esta forma de consciência se depara também com a necessidade de se defrontar com sua concepção de temporalidade. Ao assumir a luta pela superação do capitalismo como tarefa sua e de sua classe, o indivíduo é levado a adotar uma compreensão de temporalidade que vê no outro a continuação da realização da tarefa coletiva empreendida durante sua vida.



Mas, mesmo com todos os avanços da consciência, é impossível alcançar sob a sociedade capitalista uma consciência que corresponda efetivamente a uma nova forma de sociabilidade. No máximo, é possível ser indivíduos do sistema capitalista dispostos a destruí-lo, apresentando elementos de uma nova sociedade a se construir, pois, apesar da autonomia do pensamento frente à realidade, a subjetividade se constitui a partir da relação com o meio, correspondendo, então, às relações materiais existentes, podendo apontar para o surgimento de uma nova sociedade ou não, de acordo com essas relações. Neste sentido “[a transformação das consciências] é ao mesmo tempo um produto da transformação material e um meio político de alcançar tal transformação” (Iasi, 2011, p. 43).

Assim é, então, a luta dos trabalhadores por políticas de saúde, em que, ao mesmo tempo em que a contradição da falta de saúde nos locais de trabalho poderia impulsionar a transformação da consciência, a transformação na consciência poderia impulsionar os trabalhadores a lutar por políticas que neguem o capital e afirmem a classe trabalhadora.

### 3 CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste capítulo, são apresentados os elementos para contextualizar o campo a ser estudado, inicialmente expondo a construção do cenário referente à saúde do trabalhador, tanto no âmbito conceitual quanto do movimento por políticas públicas nesse campo. Em seguida é exposta uma breve explanação sobre a alocação da Shell em Paulínia e alguns dados sobre seu funcionamento e então, finalmente, é apresentado um histórico do movimento de ex-trabalhadores da empresa e parte da luta realizada por eles reivindicando saúde e denunciando o crime ambiental.

#### *3.1 Surgimento do campo teórico da saúde do trabalhador.*

A discussão sobre Saúde do trabalhador está circunstanciada, inevitavelmente, dentro de um cenário de disputa, havendo ações, posicionamentos, compreensões e produções teóricas sobre o tema que são mais comprometidos com uma ou com outra classe.

O Modelo Operário Italiano (MOI) é um exemplo de produção teórica comprometida com a classe dos trabalhadores. O MOI teve importante influência no movimento sindical brasileiro, que foi um ator fundamental na luta e conquista de diversos avanços relacionados à saúde do trabalhador no país. Este modelo é fruto da organização de trabalhadores italianos no final da década de 1960, início da de 1970, que buscavam meios de combater coletivamente os danos à saúde aos quais eram expostos. Ele preconiza a utilização do conceito de riscos à saúde presentes no ambiente e na organização do trabalho, divididos em quatro grupos: 1 - fatores encontrados comumente nos ambientes fora do trabalho (luz, ruído, ventilação etc.); 2 - fatores característicos do ambiente de trabalho (gases, poeiras, vapores, fumaças etc.); 3 -

fatores relativos às atividades físicas como, por exemplo, carregar peso; 4 - fatores cujas consequências são principalmente de ordem mental (estresse, monotonia, ritmos excessivo) (Oddone et al, 1986).

A proposta deste movimento era que os trabalhadores organizados identificassem os riscos a que estavam expostos dentro da fábrica e, a partir disso, produziram um mapa do local de trabalho, no qual estariam representados cada risco de acordo com seu tipo e intensidade. Esse mapa foi denominado ‘mapa de risco’ (Oddone et al, 1986). Interessante destacar que, posteriormente, a legislação brasileira incorporou essa proposta em uma das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (2011), especificando a obrigatoriedade de ele ser realizado nas empresas com a participação de trabalhadores das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA). Porém, cabe dizer que tornar lei a elaboração dos “mapas de risco” não significou necessariamente um real avanço para os trabalhadores, uma vez que sua produção normalmente tem pouca ou nenhuma participação dos empregados das empresas e fábricas, isto é, não possibilita que contribuam e nem que se apropriem das informações presente no mapa no sentido de modificar seu ambiente de trabalho.

Esse modelo traz inovações muito importantes ao reconhecer o saber operário e a grande importância deste enquanto protagonista no processo de luta por saúde dos trabalhadores, mas, apesar disso, é criticado por Laurell e Noriega (1989) por se restringir à abordagem de risco. Ligados à Medicina Social Latino-Americana (MSLA), que se fundamenta no marxismo, esses autores também enfatizam a importância da organização dos trabalhadores, compreendendo o local e o processo de trabalho como um espaço de disputa entre as duas forças – os trabalhadores e o Capital – bem como reconhecem que as mudanças e melhorias no processo de trabalho vêm também dessa disputa, na qual os trabalhadores só adquirem força se organizados. Desse modo,

buscam ampliar a compreensão da relação entre esse contexto e a saúde dos trabalhadores.

A MSLA não se limita à questão da saúde do trabalhador e elabora conceitos sobre saúde como um todo. Esse campo de pensamento compreende a saúde-doença não apenas como processo biopsíquico, mas um processo que é, acima de tudo, social, historicamente construído e circunstanciado (Laurell & Noriega, 1989). A MSLA surge, então, como resposta à “medicina dominante”, que possui uma compreensão a-histórica da relação saúde-doença e pauta-se no conceito de “risco” enquanto um agente nocivo à saúde, que é analisado isoladamente e em um esquema monocausal.

Para entender a historicidade da biologia humana, é importante compreender o conceito de adaptação utilizado por Laurell e Noriega (1989) - baseado no livro “The Dialectical Biologist” de Levins e Lewonti:

“A concepção de adaptação que representa a chave para se entender a historicidade da biologia humana não é a de adaptação como eterno retorno – ou de volta ao ‘normal’ [...]. Pelo contrário, o que está em questão é a capacidade do corpo responder com plasticidade diante de suas condições específicas de desenvolvimento, o que se traduz em mudanças específicas nos processos corporais” (p 101).

Desse modo, segundo os autores, o objeto de estudo da Medicina Social Latino Americana é conformado pelo processo biopsíquico das coletividades humanas definidas por sua inserção histórica. Partindo desse pressuposto, a atuação proposta por essa vertente da Medicina tem como foco o coletivo, não os indivíduos. No que se refere à saúde do trabalhador, a análise da MSLA, baseando-se no enfoque materialista dialético, utiliza o conceito de “processo de trabalho” a partir da acepção marxista (“o homem se apropria da natureza transformando-a e transformando a si mesmo”) como central para o nexo biopsíquico. Entende, assim, que a natureza alienada do processo de trabalho na nossa sociedade (negando a capacidade criativa do trabalho) faz com que

este processo, a priori potencializador das capacidades humanas, torne-se, na realidade, destrutivo.

Esse conceito é importante, pois, na sociedade capitalista, o objetivo do processo de trabalho é a produção de mais-valia e, com ele, o enriquecimento dos proprietários dos meios de produção. Mas, além disso, é importante retomar o conceito de processo de produção, que se subdivide em duas facetas: o processo de valorização (de produção de mais-valia) e o processo de trabalho (de produção de bens).

O processo de produção capitalista desenvolve-se não apenas nas relações de interconcorrência, mas, antes de tudo, em um campo de luta entre forças antagônicas representadas pelo capital e pelo trabalho (Marx, 1848/2008). Essa luta, de forma geral, se dá como uma disputa pelo valor produzido, mas também pelo controle do processo de trabalho; ela possui momentos em que se apresenta de forma mais condensada, como, por exemplo, campanhas salariais, mas possui, também, um caráter cotidiano. A disputa sobre a organização do emprego da força de trabalho é alavanca da disputa pela distribuição do valor produzido entre mais-valia e salário. Logo, o processo de trabalho, que é, para o capital, o meio para o processo de valorização, é, para o trabalhador, o âmbito primário de luta contra exploração (Gilly, 1986 citado em Laurell e Noriega, 1989).

A partir desse contexto, Laurell e Noriega (1989) utilizam o conceito “cargas de trabalho” na compreensão do processo saúde-doença, como contraposição à ideia de “risco”. Essa noção busca ressaltar a relação dos elementos do trabalho e sua interação com o corpo humano, que gera os processos de adaptação, os quais resultam no que os autores irão definir como “desgaste” – entendido como “perda de capacidade potencial e/ou efetiva corporal e psíquica” (p. 110). Os conceitos de “carga de trabalho” e de “desgaste” trazem em si a noção de historicidade dos danos gerados pelo trabalho, além

de destacar a multicausalidade e a processualidade do adoecimento. (Laurell e Noriega, 1989).

A elaboração destes conceitos significou grande avanço no entendimento do processo saúde-doença relacionado ao trabalho, sendo uma das bases teóricas que colaboraram na construção do campo da saúde do trabalhador no Brasil (Nardi 1997; Minayo-Gomez e Thedim Costa, 1997), porém, além da vertente acadêmica, outras duas vertentes também foram essenciais na construção deste campo: a programação em saúde pública e o movimento dos trabalhadores (Lacaz, 2007). Aos propósitos da dissertação, é relevante uma apresentação do movimento dos trabalhadores por saúde no Brasil, mas não se pretende aqui discutir mais do que superficialmente a programação em saúde pública.

### *3.2 Histórico das lutas dos trabalhadores por saúde*

O trabalho, ao decorrer da história, teve diversas conformações e, na grande maioria delas, a saúde do trabalhador não era uma preocupação presente na sociedade e nem na organização do trabalho em si, como pode ser visto no regime de escravidão ao qual eram submetidos os que não eram cidadãos na Grécia antiga (Flacelière, s/d), no regime servil característico da época feudal (Bark, 1962) e nas décadas subsequentes à revolução industrial (Engels, 1845/2008). Dessas épocas para os dias de hoje, avançou-se muito no âmbito da saúde do trabalhador, porém diversos problemas ainda se mostram presentes.

Na Inglaterra, em 1833, é que surgem os primeiros movimentos sobre saúde do trabalhador, sendo criadas legislações e normatizações. O espaço da fábrica começa a ser ocupado também por um médico, que buscava perceber os processos danosos à

saúde, embora o objetivo fosse a recuperação dos trabalhadores para que voltassem logo à linha de produção (Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1997).

No Brasil, o processo de redemocratização posterior à ditadura militar e de elaboração da Constituição Federal de 1988 foram marcados pela movimentação popular, principalmente as organizações sindicais, o que garantiu avanços, como alguns verificados na área da saúde (Sato, Lacaz & Bernardo, 2006). De acordo com Lacaz, (1997), o movimento sindical inicia uma retomada do cenário político ao final dos anos 1970, quando a ditadura militar começa a dar sinais de esgotamento, tendo como marco as greves da região do ABC Paulista. A organização dos sindicatos e outros movimentos dessa época tinha como pauta de reivindicações, além da jornada de trabalho e melhores salários, também a saúde do trabalhador e integridade física (Sato, Lacaz & Bernardo, 2006).

Na década de 1980, fruto dessa reivindicação dos trabalhadores organizados, foram criados os primeiros Programas de Saúde do Trabalhador (PST) no setor público de saúde. Esses programas, além de terem participação de sindicatos, também abrem a estes as informações relativas às questões de adoecimento e morte de trabalhadores, questões que sempre foram ocultadas pelos serviços médicos das empresas, que, de forma geral, tinham – e ainda tem – uma atuação direcionada ao controle da força de trabalho (Lacaz, 1997).

Em 1986, é realizada a VIII Conferência Nacional de Saúde, que contava também com a participação do movimento sindical. Nela, foi consolidada a proposta de criação do SUS e o entendimento do cuidado à saúde enquanto um direito da população (Lacaz, 2007). Assim, a partir da organização do movimento sindical citado acima e também de profissionais de saúde e um debate intenso com os setores conservadores, a saúde do trabalhador foi incorporada à Constituição Federal de 1988 como um dever do

Estado e, em seguida, detalhada na Lei 8080/90, conhecida como Lei Orgânica da Saúde (Lacaz, 1997; Lei 8.080/90, 1990).

Nos dias atuais, apesar de muitos avanços no que se refere à implantação de centenas de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) em todo o território nacional e de diversas normatizações a esse respeito, as políticas de saúde do trabalhador ainda não estão consolidadas na saúde pública. A organização dos trabalhadores com relação à saúde também se enfraqueceu sensivelmente devido, entre outras questões, ao contexto atual neoliberal, ao desemprego e aos modelos de organização do trabalho que dificultam sua organização coletiva. Elementos dos modelos de organização do trabalho predominantes na atualidade, como a terceirização e a competição, também ajudam a minar a identidade individual e coletiva dos trabalhadores (Franco, Druck e Seligmann-Silva, 2010).

No entanto, a compreensão da relação saúde-trabalho como um processo social que se iniciou há pouco mais de duas décadas ainda inspira a organização de trabalhadores pela luta por saúde nos locais de trabalho ou, no caso de grupos já portadores de doenças ou sequelas, pela responsabilização das empresas por sua saúde. Esse é o caso da Associação dos Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas (ATESQ), que se organizou a partir de um grupo de ex-trabalhadores da empresa Shell e é o foco desta pesquisa.

### *3.3 A Shell Paulínia no cenário econômico nacional e mundial*

A história da Associação de Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas é impossível de ser contada separada da própria história da planta da Shell em Paulínia e do que veio a ser denominado “Caso Shell”, que é, na verdade, a discussão e processo jurídico relacionado à contaminação ocorrida na área da sua planta e no entorno. Para a



construção dessa história, foram utilizadas pesquisas realizadas anteriormente sobre o caso e sobre a Associação de Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas (ATESQ), entre as quais se destacam Sabino (2009), Rezende (2005), Calderoni (2008) e Rezende, Correa Filho, Rasteiro e Siqueira (2009), além de notícias da mídia e documentos do sindicato e do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Entretanto, antes de discorrer sobre a Shell e o Caso Shell/Basf é importante informar que a cidade em que se instalaram, Paulínia-SP, se destaca por ser um dos principais polos petroquímicos da América Latina, que conta com diversas empresas químicas de grande porte. A cidade, que tem cerca de 80 mil habitantes, tem no setor industrial o principal âmbito da sua economia local (Prefeitura de Paulínia, s.d.; IBGE, s.d.)

Nos primeiros anos da década de 1970, a agência de proteção ambiental dos Estados Unidos entrou com uma petição que visava a acabar com a licença de registros de produtos com formulações que fossem à base de compostos da família dos *Drins* – tais como eram os produtos fabricados pela Shell dos Estados Unidos à época. Apesar da empresa contra-argumentar negando evidências de que tais produtos teriam potencial cancerígeno, ela foi obrigada a parar a fabricação destes produtos no país (Sindicato dos Químicos UnificadosA, n.d.; Ministério da Saúde, 2008).

Poucos anos depois, em 1974, é montada uma planta da Shell em Paulínia para produção de agrotóxicos que, não por acaso, tinham *Drins* em suas formulações. Deduz-se, após ter conhecimento dos dados supracitados, que sua instalação no Brasil se deu em decorrência da proibição da produção nos Estados Unidos. Deve-se lembrar que esse era o período da ditadura militar no país, no qual houve incentivos para o estabelecimento de fábricas de empresas multinacionais no país.

Inclusive, é importante mencionar que este processo de sair dos Estados Unidos e começar a produzir no Brasil não é isolado no contexto global, a transferência de plantas poluentes e que ofereciam risco ao meio ambiente foi prática de diversas empresas multinacionais nas últimas décadas do século XX, dentro de um processo denominado de globalização. Essa mudança, em geral, buscava exatamente países com regulamentações ambientais e trabalhistas mais brandas para que pudesse baratear a produção ou então simplesmente poder manter produções potencialmente poluentes proibidas em outros países, como é o caso do que ocorreu com a Shell (Rezende, 2005, Druck e Franco, 2003). A partir destes dados é possível inferir que a Shell tinha clareza do potencial poluente da fábrica implantada em Paulínia e do risco ao qual estava expondo os trabalhadores.

Em 1977, foram iniciados os trabalhos, com 191 trabalhadores empregados. A planta se instalou próximo ao rio Atibaia, que abastece Americana e Sumaré. Nos terrenos em torno do local onde a fábrica se instalou, havia diversas chácaras, onde residiam famílias. Em 1975, ou seja, mesmo antes do início do funcionamento da fábrica, a CETESB<sup>5</sup> emitiu parecer indicando que a fábrica possuía alto potencial poluidor, mas mesmo assim, cedeu licença de funcionamento em 1978. Nenhum dos moradores ou trabalhadores foi avisado sobre o caso (Rezende, Correa Filho, Rasteiro e Siqueira, 2009). Desde o início da planta até 1982, a fábrica tinha em funcionamento uma unidade de “descontaminação térmica”, que buscava neutralizar os resíduos dos produtos nos tambores a partir de incineração direta. Mas essa queima não era controlada, realizando combustão incompleta e sem controle da exaustão, o que, na verdade, provocava mais poluição. Um outro incinerador, de queima mista, funcionou de 1977 a 1994 e um terceiro, para resíduos líquidos, funcionou de 1985 até o

---

<sup>5</sup> A sigla CETESB se refere à “Centro Tecnológico de Saneamento Básico”, Porém, em 2009, o nome da empresa passa a ser “Companhia Ambiental do Estado de São Paulo”, mantendo a sigla anterior. Dentre suas atribuições está a vigilância e fiscalização em meio ambiente.

fechamento da fábrica, em 2002. Esses incineradores receberam diversas advertências da CETESB por funcionar fora dos padrões (Comissão de ex-trabalhadores da Shell, 2001 citado em Rezende, Correa Filho, Rasteiro e Siqueira, 2009)<sup>6</sup>.

Ainda, segundo a Comissão de Ex-trabalhadores (2001, citado em Rezende, Correa Filho, Rasteiro e Siqueira, 2009), apesar dos inúmeros problemas, diversos trabalhadores confiavam na segurança da fábrica e isso era incentivado também por altos salários e benefícios pagos na época. Essa confiança era continuamente reforçada pela chefia em reuniões e orientações dos supervisores.

Os trabalhadores sentiam orgulho da segurança que acreditavam existir, porém, os métodos usados eram, na realidade, bastante primitivos no que concerne à segurança: “marretas manuais para pulverizar blocos de agrotóxicos solidificados em tonéis, da queima de conteúdos residuais de tambores em incineração direta por chama de gás liquefeito e da emissão de plumas de fumaça e odores a partir de chaminés” (Rezende, Correa Filho, Rasteiro e Siqueira, 2009, p. 12).

Foi somente após a desativação da fábrica que o coletivo de trabalhadores constatou que havia diversas informações que a empresa não cedia adequadamente sobre os perigos de seus trabalhos. Os trabalhadores eram enviados para treinamento, mas sem que lhes fosse explicado que o real motivo era que eles estavam apresentando altos níveis de exposição aos produtos químicos (Comissão de ex-trabalhadores da Shell, 2001, citado em Rezende, Correa Filho, Rasteiro e Siqueira, 2009).

Em 1985 a comercialização de organoclorados (o tipo de agrotóxico produzido na fábrica) foi proibida no Brasil, mas a produção na fábrica continuou até 1990 para fins de exportação. Rezende, Correa Filho, Rasteiro e Siqueira (2009), a partir de informações presentes no Inquérito Civil Público do MPT, afirmam que não foi somente

---

<sup>6</sup> A referência “Comissão de ex-trabalhadores, 2001” trata do conteúdo de uma oficina promovida pela referida comissão, ao qual só é possível o acesso através do que é escrito sobre ela no artigo de Rezende, Correa Filho, Rasteiro e Siqueira (2009), uma vez que não há registro escrito.

a Shell que omitiu informações aos trabalhadores. Em 1994, a Shell vendeu suas instalações a outra empresa (Cyanamid) e para concretizar o negócio teve de realizar uma autodenúncia à CETESB sobre a contaminação que havia deixado no solo e, ainda assim, nenhuma informação foi repassada aos moradores ou trabalhadores por esse órgão público. Além disso, os mesmos autores verificaram que a população local fez várias denúncias à CETESB relacionadas aos odores e às emissões de gases e algumas fontes de poluição foram constatadas pelo órgão ambiental: emissão de substâncias odoríferas provenientes de um vazamento; falhas no processo de enchimento de vidros e baldes com os produtos da formulação líquida; falha no peneiramento, armazenamento e a carga de princípios ativos e misturas na formulação de sólidos; funcionamento irregular do incinerador, que devido a problemas causava emissões fora das chaminés; falta de plano de destinação de resíduos sólidos e, por último, o lançamento de efluentes no Rio Atibaia. Ainda assim, os trabalhadores continuaram sem ter informações.

Até o ano de 2000, a Cyanamid operou no local, vendendo as instalações nesse ano para a BASF, que operou até 2002, quando a planta foi definitivamente interditada por uma ação conjunta do Ministério do Trabalho e Ministério Público Federal do Trabalho, tendo como base os altos riscos à saúde que os trabalhadores estavam expostos.

### *3.4 Associação de Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas*

A mobilização inicial em relação à atuação da Shell, da Cyanamid e da Basf em Paulínia não foi organizada pelos trabalhadores, mas pelos moradores da região das proximidades da indústria e do rio Atibaia. Em 2000, eles suspeitaram de contaminação do solo após serem informados pela Shell que todos moradores começariam a receber água da empresa, sem mais esclarecimentos. Organizados, os moradores aproximaram-

se de trabalhadores aposentados para obter mais informações sobre a empresa e a produção. Um dos trabalhadores aposentados, preocupado, procura os outros trabalhadores para avisá-los. Assim, foram, pouco a pouco, unindo alguns trabalhadores aposentados e demitidos, até que se formou a “comissão de ex-trabalhadores” (Rezende, Correa Filho, Rasteiro e Siqueira, 2009; Sabino, 2009).

Importante ressaltar que o fato da mobilização inicial se dar com trabalhadores aposentados e da ativa não é por acaso. Conforme relatam Rezende, Correa Filho, Rasteiro e Siqueira (2009), “os trabalhadores ainda em atividade foram inicialmente resistentes ao movimento. Pressionaram o sindicato a se retirar do processo temendo o desemprego.” (p. 19)

Segundo documento de 2000, do Ministério Público Estadual, citado por Sabino (2009), a CETESB havia visitado o local no dia 09/08/2000 e notado movimentação dos trabalhadores na área considerada contaminada e levantado uma “eventual possibilidade de utilização indevida da área e contaminação de trabalhadores” (p. 99).

Em fevereiro de 2001, foi realizada uma vigília em frente à fábrica com cerca de 100 moradores, o que faz o caso ganhar espaço na imprensa (Rezende, Correa Filho, Rasteiro e Siqueira, 2009). Nesse ano, também, iniciou-se uma negociação da comissão de ex-trabalhadores e o Sindicato dos Trabalhadores Químicos Unificados com a Shell. O conjunto de reivindicações incluía, dentre outros pontos,

“acesso aos prontuários, a garantia de exames e estudos de saúde, listagem de todos os ‘trabalhadores ex-funcionários ou não’ que tivessem laborado naquela empresa, assim como as informações sobre todas substâncias químicas, produtos e resíduos manipulados e os resultados das avaliações ambientais.” (Sabino, 2009, p. 101).

No início de 2002, o sindicato e a comissão de ex-trabalhadores, após tentativas de acordo, percebem que a Shell estava em uma posição radical de se colocar contrária a qualquer possibilidade de acordo. Com isso, começam, então, a investir nas possíveis

ações a serem tomadas no campo jurídico e político. Uma delas foi a organização do encontro de ex-trabalhadores da Shell Brasil organizado pelo sindicato, cuja pauta era:

“a) abertura dos trabalhos pelo sindicato e pela comissão; b) exposição a cargo do Dr. Roberto C. Ruiz sobre a contaminação produzida pela Shell e suas consequências no ser humano; c) esclarecimentos sobre os caminhos jurídicos, pelo advogado do sindicato Dr. José Mário Caruso Alcocer; d) os encaminhamentos políticos possíveis na câmara dos deputados, a cargo do deputado federal Luciano Zica” (Sindicato dos Químicos UnificadosB, n.d.)

No início do movimento, diversos trabalhadores foram contrários às ações do sindicato, pois isso colocaria em risco seus empregos, mas resolveram aderir ao movimento após o fechamento da fábrica e as demissões. Alguns conseguiram que o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) reconhecesse o nexos causal entre seus problemas de saúde e a contaminação recebendo, assim, auxílio doença, mas a maior parte não teve esse nexos reconhecido. (Comissão de ex-trabalhadores da Shell, 2001, citado em Rezende, Correa Filho, Rasteiro e Siqueira, 2009)

Em agosto de 2002, o sindicato impetrou, contra a empresa Shell perante a Justiça do Trabalho, em Paulínia/SP, uma Ação Civil Pública, tendo, entre os pedidos, a avaliação da saúde dos trabalhadores. Em dezembro desse mesmo ano, a planta industrial foi, então, interditada pelo MPT por apresentar grave risco à saúde e segurança dos trabalhadores, sendo que a própria empresa – Basf, naquela época – havia anunciado o encerramento das atividades até o fim daquele ano. (Inquérito civil nº 10.425/2000-12, do Ministério Público do Trabalho de 2001 citado em Sabino 2009).

Antes do fechamento da fábrica, mas já sabendo que as atividades seriam encerradas, os trabalhadores organizaram uma greve de ocupação de dois dias na fábrica, em que reivindicavam direitos trabalhistas, dentre eles o pagamento do plano de saúde por mais um período após a demissão, no que foram vitoriosos. A greve contou com a presença também de um dos líderes da comissão de ex-trabalhadores

conversando com os grevistas sobre a questão da saúde deles (Sindicato Químicos UnificadosC, n.d.).

Em 2003, é determinado o isolamento da área no entorno da planta industrial (Paulínia, 2003), sendo que os moradores já haviam sido retirados pela empresa Shell por determinação judicial.

Em duas ocasiões (em 2001 e 2003), os ex-trabalhadores contataram a UNICAMP com pedidos de ajuda e acompanhamento no caso Shell/Basf, porém não houve resposta da universidade. Anteriormente, um toxicologista da UNICAMP já havia trabalhado para a empresa Shell e negado evidências de contaminação em moradores, o que o levou a sofrer um processo pelo Conselho Regional de Medicina (CRM) a partir de denúncias da associação dos moradores do bairro em que se localizava a fábrica. Em 2003, os ex-trabalhadores realizam um ato público e a entrega de um manifesto à UNICAMP denunciando a omissão frente à necessidade dos trabalhadores e a postura da universidade que “permite que um grupo de docentes pratique um fervilhante balcão de negócios dentro de suas instalações, sem ter uma firme postura ética que regule tal atividade”. Tal postura da Universidade fica mais evidente quando, em 2007, a Shell propõe a implantação de um centro de toxicologia na Unicamp e que, com isso, encerre o caso (Sindicato dos Químicos UnificadosD, n.d.).

Em junho de 2004, respondendo a um pedido dos ex-trabalhadores, o Ministério da Saúde disponibiliza recursos técnicos e financeiros para a realização de uma avaliação da situação da saúde de cada um dos trabalhadores referidos, procedimentos custosos, cuja realização já havia sido negada não só pela UNICAMP, mas também pela UNESP e, inclusive, pelo próprio SUS. Este processo, que envolveu um estudo dos “perfis toxicológicos, e possíveis efeitos relacionados ao câncer, outros efeitos agudos e crônicos, e também sobre a reprodução e desenvolvimento” (Sabino, 2009) constatou a

presença de diversos contaminantes nos corpos dos trabalhadores. Estes casos passaram, então, a serem acompanhados pelo CEREST de Campinas (Sabino, 2009).

Foi em 2006 que a então denominada comissão de ex-trabalhadores, com apoio do Sindicato dos Químicos Unificados, transforma-se em Associação dos Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas (ATESQ), que representaria todos os ex-trabalhadores da Shell que tivessem interesse.

Foi estimado, pela associação, que 844 trabalhadores laboraram na fábrica durante todo o período em que esteve em funcionamento – 1977 a 2002. De acordo com Rezende, Correa Filho, Rasteiro e Siqueira (2009):

Era objetivo da ATESQ conseguir uma avaliação da saúde considerada válida com acompanhamento e tratamento adequados quando necessário. Buscaram documentar e produzir informações que caracterizavam melhor a sua exposição e contaminação e recorreram aos órgãos e instituições públicas como o Sistema Único de Saúde do Brasil (SUS), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o Ministério Público, e o Ministério do Trabalho para ajudá-los a construir conhecimento e viabilizar o acompanhamento da saúde dos trabalhadores (p. 20).

Além dos problemas supracitados referentes ao pedido de ajuda apresentado à UNICAMP, o pedido junto à saúde pública também teve problemas. Nenhuma das esferas conseguiu lidar com a demanda além de indicar que eles tivessem o tratamento normal de forma inespecífica na rede de serviços de saúde, o que dificultaria o cuidado efetivo dos problemas. O CEREST, apesar de poucos recursos, especialmente, a falta de exames laboratoriais, foi o órgão que melhor conseguiu responder à demanda, acompanhando os trabalhadores (Comissão de ex-trabalhadores da Shell, 2001, citado em Rezende, Correa Filho, Rasteiro e Siqueira 2009).

Em 2007, a ATESQ, junto com a Associação de Combate aos Poluentes (ACPO), o Instituto Barão de Mauá e o MPT, ajuizou uma ação civil pública contra as empresas Shell e Basf requerendo delas a contratação de um plano de saúde vitalício



para acompanhamento da saúde dos trabalhadores e familiares, além de requererem, também, que houvesse antecipação de tutela (a Shell teria de pagar o tratamento dos trabalhadores expostos às substâncias tóxicas durante o andamento do processo). No processo judicial, foi concedida antecipação de tutela, mas essa decisão foi protelada pela empresa, que impetrou um mandado de segurança, o qual só foi cancelado anos depois, em 2011. Foi organizado um comitê gestor com participação dos trabalhadores e da empresa para encaminhar como se daria a antecipação de tutela, enquanto o processo continua na justiça (Ministério Público Regional do Trabalho, n.d.).

Tanto a comissão de ex-trabalhadores quanto, posteriormente, a ATESQ tiveram, com o acompanhamento do Sindicato dos Químicos Unificados, uma vida política bastante movimentada, organizando atos públicos, marchas, protestos, manifestações, produção de vídeo, atuação junto a um deputado para abertura de CPI, denúncia junto à Comissão de Direitos Humanos da ONU, junto à Organização Mundial da Saúde (OMS), à Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outras atuações. Com o desenrolar do processo judicial, as ações voltaram-se às instituições da justiça, visando a pressioná-las para decidir pela vida e sentenciar a Shell.

Atualmente, a ATESQ promove reuniões com frequência semanal para discutir a situação dos processos – o que, como será apresentado nos resultados, tornou-se o eixo central do movimento – e tomar decisões sobre ações, tirar dúvidas, além de repassar comunicados. Foi a partir dessas reuniões que o pesquisador realizou sua inserção no campo de pesquisa.

## **4 OBJETIVO**

A pesquisa apresentada aqui teve como objetivo analisar como ocorre o processo de consciência de classe em participantes de uma associação de trabalhadores contaminados por uma indústria química (ATESQ) que tem como foco a luta pela saúde e compreender o papel da organização do grupo nesse processo.

## 5 MÉTODO

### 5.1 *Materialismo Histórico Dialético*

A pesquisa apresentada aqui se orientou pelo método materialista histórico dialético. Segundo Martins (2006), a metodologia materialista dialética não é uma oposição ao método positivista, tal como se propõe a maioria dos métodos qualitativos. A discussão exposta pela autora é que não se trata de opor-se em uma lógica dicotômica exposta entre quantitativo e qualitativo, objetivo e subjetivo, dedução e indução. A dialética pressupõe superação por incorporação, em uma compreensão de identidade entre contrários, um dos preceitos da dialética.

Em conformidade com este princípio falamos, então, na unidade indissolúvel dos opostos, o que determina saber o *objetivo como subjetivo*, o *externo como interno*, o *individual como social*, o *qualitativo com quantitativo* e etc. (Martins, 2006 p.9)

A autora expõe críticas a algumas metodologias qualitativas que se focam no empírico e que, assim, não são capazes de captar a essência dos fenômenos, mas apenas seu caráter aparente. Para Martins (2006), a totalidade do fenômeno só pode ser compreendida a partir da dialética entre o singular, o particular e o universal. Baseando-se em Lukács (1970) a autora expõe que,

em sua expressão **singular**, o fenômeno revela o que é em sua imediatez (sendo o ponto de partida do conhecimento), em sua expressão **universal** revela suas complexidades, suas conexões internas, as leis de seu movimento e evolução enfim, sua totalidade histórico social. [...] Como opostos, se identificam, e a contínua tensão entre eles (singular-universal) se manifesta na configuração **particular** do fenômeno (Martins, 2006, p. 11, grifos meus).

Partindo do marxismo e da teoria de Vigotsky, Asbahr (2011) explica, em sua tese, o processo de apreensão do real a partir do método materialista histórico dialético. No primeiro momento deste processo, é apreendido o caráter imediato do fenômeno, seu âmbito aparente, uma visão do todo que se apresenta como caótica. Em um segundo momento, busca-se seu caráter universal, ou seja, “a apreensão do *conteúdo* do

fenômeno, prenhe de mediações históricas concretas que só podem ser reconhecidas à luz das abstrações do pensamento, isto é, do pensamento teórico” (Martins, 2006, p. 10). A partir deste processo, seria compreendida a totalidade do fenômeno, por meio da relação dialética entre singular e universal, captando, então, o caráter particular do fenômeno e compreendendo seu caráter concreto mediado pelo seu âmbito abstrato.

No caso da presente pesquisa, a busca das informações ocorreu por meio do levantamento de dados sobre a história da ATESQ, participação do pesquisador nas reuniões dessa associação e acompanhamento das atividades do grupo. Também foram realizadas entrevistas informais com dois trabalhadores que dela participam, de modo a obter mais informações específicas da história de cada um que pudesse contribuir com a pesquisa.

O procedimento para o acompanhamento das reuniões e atividades do grupo baseou-se no enfoque etnográfico. Apesar de apresentar certas divergências teóricas com o método materialista dialético, na pesquisa a etnografia foi utilizada enquanto técnica de coleta de informações da pesquisa, a serviço de uma perspectiva dialética da realidade. A etnografia, de acordo com Geertz, (1989), pauta-se na importância da presença do pesquisador no meio a ser estudado, familiarizando-se com as relações estabelecidas ali, de modo que, a partir da observação, descrição e interpretação dos eventos presenciados, possa compreender os fenômenos.

A psicóloga social Vanessa Ferraz Almeida Neves, em seu artigo “A pesquisa-ação e etnografia: caminhos cruzados” apresenta uma imagem proposta por Spradley (1980 citado por Neves, 2006) que ilustra uma ideia de ciclo da pesquisa etnográfica: fazendo perguntas etnográficas → coletando dados etnográficos → fazendo um registro etnográfico → analisando dados etnográficos → fazendo perguntas etnográficas...

A ideia ilustrada é a de que o processo de análise dos dados colhidos no campo é realizado durante a pesquisa e retornados ao campo em forma de novas perguntas a serem feitas durante a presença nele. Os dados colhidos a partir delas passam pelo mesmo processo realizado e assim por diante.

As informações obtidas no presente trabalho de pesquisa foram analisadas a partir da perspectiva Materialista Histórico Dialética, buscando compreender os fenômenos em seus âmbitos singulares, particulares e universais, não perdendo de vista a inserção destes fenômenos na totalidade, sendo a totalidade mais ampla o contexto capitalista de luta de classes.

Assim, o pesquisador buscou compreender como se estabelecem as relações dentro daquele grupo e o processo de consciência dos trabalhadores, tanto no que se refere ao processo ocorrido durante a história da organização da ATESQ, quanto à situação atual deste processo.

## 5.2 *Desenvolvimento metodológico*

O pesquisador entrou em contato inicialmente com o presidente da ATESQ, apresentando a ele a proposta da pesquisa e solicitando autorização para frequentar as reuniões da Associação. O conflito entre o grupo e a empresa gera nos trabalhadores sentimentos de desconfiança de pessoas estranhas à associação que frequentem as reuniões. Apesar disso, a proposta para realizar a presente pesquisa foi aceita de imediato. Supõe-se que isso aconteceu em razão de os coordenadores da associação já terem um vínculo de confiança anterior com a orientadora da pesquisa - que trabalhou no CEREST onde eles foram atendidos.

A partir desse contato, o pesquisador passou a frequentar as reuniões, o que ocorreu durante cerca de um ano entre 2011 e 2012. Em alguns períodos, as reuniões foram semanais e, em outros, foram quinzenais, tendo alguns períodos de “férias” com intervalos maiores. Além da variação dos intervalos, houve variações do local, pois, durante um período, toda reunião da última quinta-feira do mês era realizada na sede de Paulínia do Sindicato dos Químicos Unificados, enquanto a maioria das outras foram realizadas na sede do mesmo sindicato na cidade de Campinas. Também houve uma reunião na sede da central sindical à qual o Sindicato dos Químicos Unificados é filiado, a “Intersindical”. A participação dos trabalhadores nas reuniões era bastante variável, tendo dias em que não chegavam a uma dezena e outros em que se totalizava mais de cinquenta deles, mas, no geral, a média de participação era de cerca de vinte e cinco pessoas.

O pesquisador esteve presente também em algumas manifestações organizadas pela associação, cuja dinâmica consistia basicamente na presença dos trabalhadores em frente das instituições de justiça em que se realizaria alguma reunião referente ao processo judicial (Fórum, Ministério Público, Tribunal Regional), com faixas com dizeres sobre o “Caso Shell” e, às vezes, também com panfletos para serem entregues à população.

Todas as atividades em que o pesquisador participou foram registradas em diários de campo, nos quais foram relatadas observações do pesquisador, suas impressões e análises das situações enfrentadas na situação de pesquisa. No total, foram produzidos trinta e quatro relatos.

A inserção no grupo teve certas dificuldades durante o processo. No início, trabalhadores não ofereceram claramente nenhuma resistência, pelo contrário, mostraram-se abertos a sua participação, cumprimentando-o e, inclusive, apresentando-

o a outros trabalhadores. Com o tempo, porém, o grupo demonstrou ter uma dinâmica bastante própria, condizente com o fato de que a maioria que frequenta as reuniões se conhece há cerca de duas décadas, ou mais, tendo passado pelas mais diversas situações juntos, construindo relações de afetividade bastante fortes entre si. Neste sentido, era comum que grande parte do conteúdo das conversas se referisse a histórias que passaram juntos na época de trabalho na Shell ou, então, a casos de conhecidos em comum, cujos conteúdos, obviamente, não eram familiares ao pesquisador. Esse fato dificultou tornar-se menos “estranho” ao grupo.

Sendo assim, os momentos mais ricos eram aqueles em que era possível conversar com os trabalhadores individualmente, em momentos de intervalo, por exemplo, o que possibilitou a aproximação maior com alguns deles. Tendo em vista esse contexto, o pesquisador criou um vínculo mais heterogêneo com os membros do grupo, mais próximo de alguns e mais distante de outros.

As dificuldades impostas por essa dinâmica fazem parte de qualquer incursão etnográfica e a aproximação maior de alguns trabalhadores, sem dúvida, facilitou a obtenção de mais informações por meio de duas entrevistas posteriores, nas quais foi possível elucidar fatos da história dos trabalhadores e do grupo, aspectos observados nas reuniões, bem como obter novas informações que enriqueceram a pesquisa.

Tendo em vista a quantidade de informações obtidas durante o acompanhamento das reuniões do grupo, optou-se por realizar apenas duas entrevistas, sendo que alguns critérios foram pensados para eleger os entrevistados. O primeiro critério foi que tivessem uma vivência grande junto ao grupo e bom conhecimento sobre a história deste. O segundo se refere aos processos de consciência. Assim, buscou-se trabalhadores que demonstrassem a heterogeneidade do grupo no que se refere aos

movimentos de tomada de consciência. O último critério foi a proximidade dos entrevistados com o pesquisador.

Desse modo, uma das entrevistas foi realizada com Augusto, que é uma das lideranças do grupo, e tem um período muito grande de acompanhamento do movimento dos trabalhadores. Uma vez que a pesquisa pauta-se na questão do processo de consciência, é importante ressaltar que, durante as reuniões, este trabalhador era aquele que demonstrava uma visão política elaborada e estruturada, sendo, inclusive, filiado a um partido político de esquerda, de orientação socialista. Ele representaria, de certa forma, um polo de acúmulo das discussões da ATESQ. Augusto trabalhou de 1977 a 1995 na Shell e de 1995 a 1998 na Cyanamid e ocupava um cargo de liderança na hierarquia da fábrica.

O outro trabalhador, Jorge, acompanhava o grupo há menos tempo que Augusto, mas era bastante integrado. Segundo informa, começou a acompanhar as reuniões com maior frequência a partir do início de 2010. Ele trabalhou na indústria de 1989 a 1998, sendo que de 1989 a 1995 a fábrica pertencia a Shell e nos últimos três anos à Cyanamid. De acordo com seus relatos, sua atividade incluía lidar diretamente com a manipulação dos produtos químicos. Jorge não faz parte da direção da ATESQ e, durante as reuniões e conversas informais, mostrou uma relação menos próxima dos debates políticos, demonstrando, inclusive, posicionamentos mais contraditórios e uma compreensão política ainda pouco estruturada. Assim, foi escolhido para ser convidado a realizar a entrevista por representar a heterogeneidade do grupo e, possivelmente, um outro posicionamento e olhar, no que se refere ao processo de consciência.

Os nomes dos trabalhadores foram mudados visando a preservar suas identidades. No total, são citados quinze trabalhadores no decorrer da dissertação.



Ressalta-se que as observações foram realizadas no espaço do grupo, que, como dito, conta com a participação média de cerca de vinte e cinco pessoas por reunião. Contudo, o número de pessoas que costumam participar das reuniões, mesmo que com uma frequência esporádica, é uma pequena parcela do total de trabalhadores incluídos no processo contra a empresa que é de 520 ex-trabalhadores<sup>7</sup> de acordo com informação obtida.

Pelo fato de a maior parte desses trabalhadores ter tido vínculo empregatício com a empresa Shell inicialmente e, depois, com a BASF, é relevante esclarecer que optou-se por utilizar a denominação Shell/BASF quando houver referência às empresas gestoras no decorrer desta dissertação.

O processo de análise foi dividido em três etapas. Na primeira delas, uniu-se todos os dados recolhidos do campo, isto é, os relatos das reuniões e das atividades exteriores, assim como as entrevistas transcritas, sendo realizadas então, leituras minuciosas deste conjunto de dados.

A partir destas leituras, foi realizada a segunda etapa da análise, que consistiu em identificar temas nas informações colhidas, que fossem relevantes para a presente pesquisa. Em um primeiro momento, foram relacionados diversos tópicos, que, posteriormente, foram agrupados nas categorias que compõem o capítulo “resultados”, de natureza mais descritiva.

A terceira etapa da análise parte dos dados brutos, mas também da descrição dos resultados para elaborar sínteses e reflexões mais relacionadas com o objeto de estudo, o processo de consciência. Essa etapa originou o capítulo “Análise do Processo de Consciência”.

---

<sup>7</sup> O número de 520 habilitados se contrasta com os 844 que trabalharam na fábrica. Segundo a associação, isso ocorre porque diversos trabalhadores, por diferentes motivos, não quiseram se envolver. Além desse fato, alguns outros não teriam entregado os documentos no prazo correto para se integrarem ao processo.

## 6 RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentadas de forma sistematizada as informações colhidas no campo de pesquisa e nas entrevistas realizadas, buscando descrever diferentes aspectos do grupo observado. Estes dados subsidiam a discussão sobre processo de consciência, que é apresentada em seguida.

### *6.1 Vivência na Fábrica*

Considerando a conformação do grupo e o fato de que grande parte dos associados da ATESQ conviveu no trabalho por muitos anos, não era incomum que a vivência na fábrica ou os eventos da empresa fossem um assunto presente nas conversas. Comentava-se sobre comportamentos e ações ocorridos na fábrica que julgam, hoje, ser uma das origens da contaminação química, relatava-se também as relações entre trabalhadores e os chefes, além de situações de convivência entre eles, como as de lazer e descontração.

Assim, as ocorrências de convívio e integração na época em que trabalhavam juntos foi um assunto bastante frequente nas reuniões. Além dos momentos descontraídos do dia a dia, também riam lembrando episódios ocorridos em outros espaços, tais como churrascos e eventos da empresa, nos quais houve situações cômicas envolvendo trabalhadores. Como exemplo, pode-se citar o caso relatado de um operador que fazia o turno da noite e que comentava com os colegas que tinha bastante medo de determinada região da fábrica, porque era muito escura. Contudo, isso foi uma mentira inventada por ele, pois, na verdade, tinha improvisado uma cama no lugar e, eventualmente, dormia escondido. Assim, contava que tinha medo para que ninguém o procurasse no local. Os participantes do grupo relataram, também, situações que

mostram o clima menos tenso entre os trabalhadores no turno da noite. Diziam que era comum darem sustos uns nos outros e que já aconteceu de colegas chegarem a desmaiar por causa disso.

Em algumas conversas, foram citados casos de trabalhadores e trabalhadoras que namoravam em segredo, bem como situações que ocorriam nos jogos de futebol que eles organizavam, além de outros eventos. Algumas vezes, foi ressaltado que fizeram grandes amizades entre os colegas de fábrica. Por isso, vários comentam que a vivência de trabalho na Shell era boa e que, para muitos, representa uma parte significativa de sua vida.

Outro elemento sobre a vivência na fábrica que esteve bastante presente nas reuniões do grupo era a relação entre os trabalhadores que ocupavam cargos de chefia na fábrica com seus subordinados. Uma situação relatada por Manuel mostra a importância do conhecimento prático dos trabalhadores, conforme já foi destacado pelo Movimento Operário Italiano há décadas (Oddone et al, 1986). Ele dizia que um engenheiro lhe ordenou que realizasse um determinado procedimento. Nas condições em que se apresentava a máquina, ele sabia que havia altas chances de o processo dar errado, Manuel então negou-se a realizar o que foi solicitado, argumentando que seria preciso utilizar outras peças e fazer alguns procedimentos antes. Como ele não quis, outro colega foi chamado para fazê-lo. Manuel comentou que sabia que o outro trabalhador também havia percebido que o procedimento daria errado, porém, com medo de contrariar o engenheiro, obedeceu e, assim como tinha sido previsto, o processo não deu certo e a máquina quebrou<sup>8</sup>. O trabalhador que aceitou realizar a tarefa foi demitido poucos meses depois e Manuel comenta que o engenheiro mudou sua

---

<sup>8</sup> Ainda que não seja o foco desta dissertação, vale observar que tal fato evidencia a diferença entre “trabalho real” e “trabalho prescrito” (conforme assinalam ergonomistas, como Wisner 1987 e Daniellou, Laville & Teiger 1989) mesmo em um processo de trabalho que não se caracteriza pelo modelo taylorista-fordista.

relação com ele após esse episódio, respeitando-o mais e pedindo sua opinião para a realização de alguns procedimentos.

Esse elemento da relação entre os trabalhadores e aqueles em cargos de chefia na fábrica evidencia-se com clareza também em uma conversa entre o Álvaro e outro trabalhador, em que diziam que não só a contaminação química na fábrica era um fator prejudicial à saúde, mas que as relações pessoais também geravam sofrimento. Eles comentaram que a pressão para produção era muito grande e que os chefes eram, nas palavras deles, muito “carrascos”. Esses mesmos trabalhadores afirmaram que a dinâmica da fábrica era de favorecimento daqueles que se aproximavam mais da chefia, os quais ganhavam promoções ou, então, possibilidade de fazer hora-extra (o que significava maior salário), enquanto os outros, que não “*puxavam o saco*”, tinham a sua vida dificultada. Essa visão sobre as relações de trabalho também esteve presente na entrevista com Jorge:

*Se você agradasse, se você amaciasse o ego dos... Sempre é assim, fábrica é assim... Se você amaciasse o ego dos [chefes]... Na hierarquia superior lá, os caras te promoviam. [Mas] se você fosse alguém crítico que pergunte por quê, eles não gostavam disso, eles tinham uma disciplina militar: ‘não pergunte, faça’.*

Esse mesmo trabalhador comentou que aqueles que ocupavam cargos superiores na hierarquia sentiam-se muito incomodados se questionados, inclusive porque, muitas vezes, não tinham o conhecimento da razão para a realização dos procedimentos dos quais eram encarregados. Na fábrica, essa dinâmica favorecia o comportamento de obediência, que levou Jorge a denominar os colegas que assumiam essa postura de “*tolo útil*”, e por se importar em aprender e questionar o trabalho que executava, por se negar a ser “*igual a uma maquininha*”, Jorge afirmou ter tido muitas dificuldades e vivenciado muitos conflitos dentro da empresa.

Interessante ressaltar aqui que se evidencia uma contradição entre as falas, pois, o episódio envolvendo Manuel, mesmo tendo sido narrado com tom de discordância, deixando claro que se sentiu bastante incomodado com o comportamento e posicionamento inicial do engenheiro, revela uma situação em que, apesar de ter negado se submeter a uma ordem e questionado o conhecimento de um superior, ele não foi demitido. Pelo contrário, passou a ser respeitado pelo seu superior, o qual, segundo ele, passou a ver a utilidade do seu saber prático. Isso contrasta com as colocações de Jorge, cuja exposição das relações na fábrica expõe um cenário em que esse tipo de comportamento não era benquisto, sendo prejudicial a suas carreiras. Essa observação demonstra que as vivências e as percepções sobre a realidade da fábrica não são homogêneas como, muitas vezes, se imagina.

Para Jorge, a dinâmica autoritária que ele relatou colaborou para que ocorresse a contaminação na fábrica, pois, segundo ele, os procedimentos inseguros eram realizados sem questionamento e, por mais que se discordasse, a maioria obedecia às ordens impostas. Esse trabalhador, ao se referir a alguns colegas, comenta: *“Derrubava produto no chão, aquilo ia pro subsolo, pro lençol freático e, ou eles não sabiam realmente, ou concordavam, [ou] obedeciam simplesmente para não desagradar o... a chefia lá”*. É possível perceber que ele não se inclui dentre aqueles que faziam estes procedimentos, apesar de não detalhar se chegou a realizar este tipo de ação ou não, em sua fala, durante a entrevista, dá a entender que seu hábito de questionar e buscar entender o porquê de cada atividade era algo que fazia com que evitassem lhe passar esse tipo de tarefa, preferindo trabalhadores mais submissos.

Durante um ato de protesto em Paulínia, os trabalhadores comentaram que era comum na fábrica que tonéis de produtos contaminados fossem despejados do barranco, sem qualquer preocupação com os efeitos daquele produto no meio ambiente. Essa

questão foi relatada, também, por outro trabalhador durante uma conversa informal pós-reunião. Nela, Álvaro comentou que as chefias mandavam despejar os produtos químicos que “*não davam certo*” no solo e que a gerência sabia deste procedimento, porém não o coibia, nem fiscalizava. Pelo contrário, segundo ele, ela fazia “*vista grossa*”.

Essa relação – de autoritarismo e conivência - mostra-se presente em outro comentário do Jorge:

*Misturou descuido, puxa-saquismo, obediência tola, vindo lá de cima. Ninguém queria contrariar ninguém e perguntar... Acabou que... quem pagou mesmo... quem pagou o\_pato? o resultado dessa submissão idiota aí? O meio ambiente, um monte de gente com câncer [...] muitos já morreram, [outros com] tumores no corpo, podres...*

*Tinha um tal de Júlio lá, o cara gente finíssima. Nós todos com máscara e ele cheirava [os produtos], cheirava, metia a mão naquilo. [Mesmo] a gente com luva, tudo protegido... se contaminava, baixava colinesterase. E ele, querendo agradar chefe... E a chefia também, sem conhecimento acadêmico, sem conhecimento técnico da ação maligna daquilo no corpo da gente, aplaude "é, isso que é funcionário!" e ele se matando lá coitado, achando que tava... fazia a coisa pra plateia, né?! Sem conhecimento do que ele tava fazendo. E os resultados médicos que iam lá pro departamento médico e eles camuflavam... eles não mostravam pra gente.*

Os diferentes comentários indicam que alguns dos procedimentos que resultaram na contaminação do solo e dos trabalhadores tornavam-se parte integrante de uma dinâmica cotidiana de relação hierárquica dentro da fábrica pautada na pressão, opressão e no desconhecimento por parte dos trabalhadores, e apesar de haver situações em que os operários eram chamados a propor mudanças na fábrica, tais mudanças não podiam envolver custos, conforme comenta um dos trabalhadores na entrevista:

*Eles mandavam lá o questionário pra gente opinar, mas era muito... agora eu sei que era muito básico, muito basilar... nada que alterasse a planta, que mudasse... não poderia... nossa ideia não poderia envolver custo. Ora, como é que você vai mudar um negócio aí... arrancar um coelho da cartola? É mágica, isso não existe, isso é coisa de louco. Então, você só poderia opinar nessa questão, desde que não envolvesse custo ou mudança de*

*alguma... de algum equipamento lá, mas nada que... resultasse em custos.(Jorge)*

Outra questão frequente nas conversas referente à contaminação na fábrica diz respeito a um evento citado, também, em um vídeo sobre o a luta da ATESQ (Simeão, 2009), de que uma das trabalhadoras colheu um pouco da água que saía da torneira da cozinha – água que, inclusive, era utilizada para fazer a comida dos trabalhadores – a qual estava com uma coloração escura. Segundo os relatos, ela levou essa água a um de seus superiores, que nada fez a respeito.

Sobre a água, Armando comentou em uma reunião que os representantes da Shell haviam afirmado no processo judicial que a água que era bebida na fábrica não era do lençol freático, porém, ele próprio explica que isso não era verdade e narra o histórico de captação de água na fábrica, que contou com a abertura de quatro poços artesianos. Em um deles, inclusive, foi necessário colocar um cano dentro do outro devido à corrosão ocasionada pela água.

Um dos trabalhadores comentou que, na época em que saiu da fábrica, antes de acompanhar a ATESQ, começou a sentir uma desconfiança com relação à segurança no trabalho, indagando-se juntamente com outros colegas se aquele trabalho era tão saudável quanto outros, e parte destes questionamentos se referia-se à água e alimentação. Jorge também falou na entrevista sobre quando começou a desconfiar que as condições de trabalho a que esteve submetido poderiam não ter sido saudáveis:

*Quando eu saí de lá nós comentávamos 'in loco', que havia alguma coisa errada com a gente, a gente não sabia: "puxa mais será?"... tipo assim: envolvido fazendo isso aqui? Será que esse é um almoço saudável? igual a gente é quando trabalha [em outros lugares] [...]. Sem cheirar [esses produtos], sem beber essa água, sem comer essa comida? A gente tinha essa dúvida, embora não soubesse explicar tanto quanto a gente sabe hoje (Jorge).*

Apesar disso, esse mesmo trabalhador comentou que, durante o período em que trabalhou na fábrica, não sentia que o local era inseguro. Avaliava que as informações que a empresa lhe passava eram todas confiáveis e seguras. Relatou que havia cursos sobre segurança, além de normas de trabalho, que lhe induziam a ter sensação de alguma segurança. Afirmou que somente após sair da fábrica e começar a participar das reuniões da ATESQ percebeu que, na verdade, os produtos eram mais perigosos do que a Shell/Basf fazia parecer em seu discurso. Essa percepção de que a empresa adotava diversas estratégias para passar a sensação de que a fábrica e os procedimentos eram totalmente seguros em relação à contaminação foi colocada também por outros trabalhadores em diferentes reuniões. Entre os comentários nesse sentido, há a informação passada por um deles de que a empresa jogava pinho nas chaminés para que a fumaça expelida tivesse bom cheiro e evitasse uma sensação de ar poluído por parte dos trabalhadores e da população.

Na sua entrevista, Augusto evidenciou como o discurso predominante dentro da empresa obscurecia os riscos presentes no trabalho:

*Quando você está dentro da empresa é uma linguagem... você tá acostumado a falar a linguagem da empresa. Mas quando você entra no estágio de isenção, você consegue ver as coisas por um outro ângulo. Aí [depois que sai da empresa], eu comecei a passar um pente fino em tudo o que a gente fez lá e eu vi que teve muitas falhas, muitos procedimentos errados, embora o pessoal seguia tudo que estava lá nas normas de segurança. Quando não tinha norma de segurança, tinha um livro de instrução, mas mesmo isso não foi suficiente para garantir a nossa saúde.*

A partir dessas falas, pode-se indagar como é possível que esses trabalhadores não desconfiassem das condições inseguras que vivenciavam no cotidiano de trabalho? Em uma pesquisa em que focalizou as representações trabalhadores de uma indústria química ainda em atividade sobre os riscos presentes no trabalho, Bernardo (2002) identifica aspectos que indicam porque isso ocorre. A autora lembra que os



trabalhadores químicos são uma categoria diferenciada entre o operariado fabril, com salários e status acima da média e certa estabilidade no emprego devido à formação técnica exigida. Por essas razões, os trabalhadores de sua pesquisa diziam desejar trabalhar até a aposentadoria na mesma empresa e acreditavam que isso ocorreria. Nessas circunstâncias, os trabalhadores evitavam falar e pensar nos riscos a que estavam expostos, apesar de terem sérias desconfianças de que eles existiam. Diz ela,

o tema da contaminação era quase sempre objeto de tensão na conversa[da pesquisadora] com os operadores. A postura dos componentes deste grupo em relação a essa questão era bastante destoante da descontração habitual com que abordavam quaisquer outros temas, fossem os riscos de acidentes ou assuntos mais polêmicos, como a relação conflituosa com as chefias em relação às normas de segurança. Observávamos que o risco de contaminação gerava um claro desconforto nos operadores (p.15 )

Desse modo, a pesquisadora observou que “existia uma norma tácita de que, para pertencer à empresa, era necessário pensar como ela”, o que significava não poder considerar os riscos de contaminação como algo sério.

No caso dos trabalhadores da Shell/Basf, parece ocorrer algo parecido, indicando a forma como as empresas manipulam as relações sociais de modo a manter a ideologia e obscurecer a possibilidade de os trabalhadores tomarem consciência a respeito da situação de grande risco que vivenciavam.

Por fim, outra questão referente ao cotidiano na fábrica foi abordada em algumas falas e diz respeito à relação com o sindicato. Em uma conversa com Jaime, ele comentou que, apesar de pagar a mensalidade do sindicato na época, mantinha-se distante, pois a empresa construía uma imagem negativa da entidade. Afirma, ainda, que as pessoas que se aproximavam do sindicato acabavam sendo mal vistas pelos chefes e ficavam com dificuldade de serem promovidas.

Apesar disso, Armando, relatou dois episódios que envolveram o sindicato, os quais contaram com a adesão dos trabalhadores da Shell. O primeiro foi uma greve por

reposição salarial que durou dezesseis dias, com vigília na porta da fábrica pressionando a empresa, e o segundo foi no fechamento da fábrica, já sob gestão da BASF, em que trabalhadores e diretores do sindicato realizaram uma greve de ocupação reivindicando pagamento de benefícios e a continuação, por alguns meses, do plano de saúde. Ele comentou que conseguiram conquistar vitórias nesses dois casos, mesmo a BASF sendo uma empresa muito dura nas negociações.

Enfim, no que se refere à vivência na fábrica é possível dizer que as relações de hierarquia eram bastante autoritárias. Elas serviam não apenas para propiciar a ocorrência de ações que contaminaram o solo e os trabalhadores, como constituíam uma espécie de ideologia da fábrica, que dificultava aos trabalhadores enxergar a realidade dos problemas da produção e colaborava para uma sensação falsa de segurança.

## **6.2 Entrada no grupo**

Pelo fato de o período de entrada no grupo e os motivos para tal serem elementos importantes na compreensão de como se deu o processo de consciência dos trabalhadores, durante a participação no campo, o pesquisador buscou apresentar indagações sobre esse tema a alguns trabalhadores. Assim, neste tópico, busca-se descrever algumas das informações e reflexões referentes a esse tema.

Das pessoas indagadas, havia algumas que participaram desde o início do processo de organização do grupo para questionar as condições de trabalho na fábrica e outros que começaram a participar da associação há cerca de dois anos. O mais recorrente foi os trabalhadores dizerem que começaram a acompanhar as reuniões do grupo após terem ficado desempregados, seja por ter saído da planta de Paulínia, seja por ter saído de algum emprego que conseguiram após o fechamento da fábrica ou mesmo por ter se aposentado. Uma das lideranças do grupo avalia que é comum que,

quando param de trabalhar devido à aposentadoria ou ao desemprego, as pessoas de um modo geral tenham seu estado de saúde piorado e, segundo ele, é exatamente quando isso ocorre com os ex-trabalhadores da Shell, que a maioria começa a interessar-se pelo grupo e por acompanhar as reuniões.

Na entrevista, esse trabalhador comentou sobre outros casos de empresas que tiveram contaminação e disse que convidou os trabalhadores a se juntarem à ATESQ, com uma perspectiva de que a Associação não seja apenas dos trabalhadores da Shell/Basf, mas que possa auxiliar na luta de trabalhadores envolvidos em outras situações de contaminação. Em sua fala, é possível compreender que ele enxerga como um elemento dificultador dessa organização o fato de a fábrica continuar funcionando na maioria desses casos ou, então, de os trabalhadores serem ainda jovens:

*nós os chamamos pra se unir com a gente aqui, [mas] cada um tem o seu interesse próprio. E às vezes são poucas pessoas também né? Noutras vezes, a fábrica não fechou também... e às vezes a pessoa está numa idade em que ele precisa trabalhar bastante tempo ainda, e isso aí trava a pessoa numa atitude né!? (Augusto)*

Ele avaliou que o Movimento dos ex-trabalhadores da Shell/Basf tem a vantagem de a fábrica ter fechado, o que facilitaria a participação. Ainda há o que ele chama de a “*linguagem da empresa*”, que seria seu discurso oficial impregnado pela forma dela entender o processo de trabalho e a situação dos trabalhadores, que é passado aos trabalhadores cotidianamente, levando-os a enxergarem o trabalho da mesma forma que ela. Neste sentido, conforme descrito no item anterior, o fato de ainda estar em atividade na empresa, a qual provocou a contaminação, dificulta que os trabalhadores possam compreender sua condição de uma forma crítica.

Segundo Bernardo (2009), os modelos de organização do trabalho predominantes na atualidade trouxeram uma mudança do discurso empresarial, seja no âmbito da literatura especializada, seja nos posicionamentos de chefias e diretorias de

grandes empresas. Esse novo discurso busca dissimular e ocultar os conflitos de classe inevitavelmente vivido nas empresas dentro do sistema capitalista, utilizando, dentre outros mecanismos, a denominação dos trabalhadores como “colaboradores”. Esse discurso, inclusive, apropria-se de diversos termos historicamente provenientes das reivindicações sindicais, como por exemplo autonomia, participação, trabalho em equipe, mas que são ressignificados a partir dos interesses empresariais em uma espécie de disputa semântica do significado das palavras.

Um dos objetivos da empresa é imputar sua visão e seus valores nos trabalhadores, mas ocultando tal interesse sob o nome de “visão compartilhada”, mas, segundo a autora, a expressão mais adequada para esse processo seria “visão assimilada” ou “visão cooptada”. O que podemos compreender, a partir das explanações teóricas expostas na introdução referentes à Ideologia (Marx e Engels, 1848/2008 e Chauí, 2008), é que há um esforço da empresa em fortalecer a dominação ideológica sobre os trabalhadores o que gera, dentre suas consequências, uma dificuldade maior na ocorrência do processo de consciência, dificultando a organização em grupo e a percepção das situações de opressão e exploração no trabalho.

Assim, segundo um dos entrevistados, é somente quando percebem a doença no próprio corpo, que os trabalhadores irão começar a questionar essa “*linguagem*”, como podemos compreender no seguinte trecho:

[A pessoa começa a se envolver mais] *quando sente no próprio corpo... por quê? por causa da linguagem que se passa aí dentro duma empresa... quando você está trabalhando, você tá trabalhando, você quer fazer o melhor de você, você quer subir de posto de trabalho, tá todo mundo assim naquela ... e as empresas conduzem de uma tal maneira que, mesmo depois de as pessoas saírem de lá, elas não conseguem se libertar de lá... é difícil... é difícil de se libertar...[...]* Só quando chegam numa situação que veem que tá grave a saúde, aí que vai cair a ficha... Talvez aí já não tem mais tempo...(Augusto)

Augusto, comenta algumas questões que o sensibilizaram para começar a organizar as reuniões e o movimento que viria a se tornar a ATESQ. Ele descreve que fez visitas nas chácaras ao redor da fábrica e, lá, viu diversas crianças doentes e que isso o mobilizou.

Mas os trabalhadores apresentam motivos diversos para se aproximarem do grupo. Em uma ocasião, relatou-se de forma crítica o caso de um trabalhador que dizia que não dava importância para as reuniões e para ATESQ, mas que, quando ouviu informações de que haveria indenização em dinheiro no processo judicial movido pela Associação e que a condenação da empresa estaria próxima, começou a querer acompanhar o grupo. Além disso, alguns relataram que começaram a acompanhar as reuniões e o trabalho da Associação convencidos por amigos que já participavam da entidade.

Por fim, um elemento importante a ser descrito consiste em uma reflexão que surgiu em uma conversa entre dois associados sobre a participação no grupo de pessoas que anteriormente compunham cargos de chefia intermediária na empresa e que na época da fábrica eram, segundo eles, “*carrascos*” dos operários de base e que se submetiam à dinâmica de “*puxa-saquismo*”, de favorecimento aos mais próximos, para conseguir subir de cargo. Nesta conversa, falou-se sobre esses trabalhadores os quais, após serem demitidos, ficaram com o “*orgulho ferido*”, como se tivessem sido traídos pela Shell/Basf e que isso é o que os teria motivado a participar do grupo. Interessante ressaltar que apesar desses comentários, não se percebe nenhuma diferenciação de tratamento pelos colegas nas reuniões da ATESQ, o que sugere ter ocorrido uma aceitação desses colegas.

No que se refere à entrada no grupo, é ressaltado, então, a influência do discurso da fábrica como elemento que dificulta a organização dos trabalhadores, afastando-os

muitas vezes da associação e do sindicato. Isso tende a ser superado no processo de adoecimento, o qual representa uma vivência bastante concreta e material das consequências da contaminação vivida, levando-os a se aproximar do grupo. Porém, evidenciou-se que os motivos que aproximaram os trabalhadores da associação são bastante diversificados. O funcionamento complexo do grupo será discutido no tópico seguinte.

## **6.3 O Grupo**

### **6.3.1 Funcionamento**

De um modo geral, o grupo funcionou durante o período observado com reuniões semanais, tendo apenas um período durante a pesquisa que as reuniões tiveram frequência quinzenal. A dinâmica dos encontros era basicamente a mesma: um pouco antes das nove horas da manhã das quintas-feiras os trabalhadores começavam a chegar ao sindicato e, aos poucos, iam descendo à sala de reunião. Alguns logo se sentavam e outros ficavam um pouco mais em pé conversando ou, então, tomando café. O início, efetivamente, se dava com a chegada de um membro da direção da associação. O conteúdo das discussões era, em sua maioria, referente às etapas em que se encontrava o processo judicial<sup>9</sup>. Durante o período de acompanhamento das atividades do grupo pelo pesquisador, foram realizadas atividades externas, como atos e protestos e houve, também, algumas atividades nas reuniões, como exposições, debates e palestras de convidados externos. Durante essas reuniões e eventos, o pesquisador pôde observar alguns elementos da comunicação entre os membros do grupo e relação entre eles e a direção da ATESQ.

---

<sup>9</sup> Os debates e a dinâmica desta relação entre a associação e o processo jurídico será abordado no item 6.3.2 – o processo judicial

A questão da comunicação – entre o próprio grupo ou com órgãos externos a ele – é um fator importante a ser citado, pois foram extremamente frequentes comentários em relação a isso nos encontros, buscando desmentir boatos e passar informações corretas ou, então, atualizar os presentes com novas informações sobre o processo. Na maioria das reuniões, os trabalhadores membros do comitê coordenador da ATESQ diziam que estavam ouvindo pessoas divulgando informações que não eram verdadeiras sobre o processo afirmando, especialmente, que seria possível ganhar dinheiro com ele.

Segundo relatos, o problema da comunicação surge da seguinte dinâmica: alguns associados, presentes na reunião, entendiam erroneamente os informes passados e, depois, ao repassá-los a outros associados, que não participam das reuniões, davam informações erradas. Deve-se ressaltar que o próprio processo de divulgação de informação verbal de pessoa para pessoa contribuía para esse tipo de distorção. Por esse motivo, a insistência, durante as reuniões, em tentar esclarecer cada nova notícia aos associados.

Nesse sentido, Domingos, em um dos encontros, faz uma fala visando a desconstruir boatos, afirmando que o foco do processo era o tratamento da saúde e não o dinheiro, conforme estaria sendo divulgado informalmente. Nessa ocasião, chamou a atenção o tom enérgico com que discursou, exaltando-se e falando alto, como se estivesse irritado com a situação e com a necessidade de ter que, repetidas vezes, corrigir as informações erradas que estariam sendo divulgadas. Augusto relata em uma das reuniões uma preocupação com a motivação do grupo, pois esta sofria abalos causados por essas desinformações que, segundo ele, “*quebram o movimento*”.

Um exemplo de situação em que se evidenciou a dificuldade de comunicação, foi quando, em um dos primeiros encontros em que o pesquisador participou, um dos trabalhadores da associação questionou Augusto se era verdade uma informação que ele

havia escutado de que os membros da direção da associação ganhavam dinheiro para isso, pois ele havia ouvido falar que cada um estaria ganhando R\$1500,00 por mês. Augusto respondeu que aquilo não era verdade e comentou que ele já foi questionado sobre isso em outras situações fora do grupo, mas que são boatos que surgem a partir da desinformação das pessoas.

Além de buscarem chamar a atenção dos trabalhadores para a importância da comunicação correta, os coordenadores da ATESQ buscam também outras estratégias para tentar resolver esse problema. Uma dessas tentativas de evitar entendimentos errôneos foi a realização de uma leitura coletiva da ata de uma reunião, envolvendo a direção da ATESQ, uma juíza de Paulínia e representantes da Shell/BASF, que faz parte do processo judicial (com projeção do texto na parede). Como isso ocorreu no final de um dos encontros, vários trabalhadores preferiram sair nesse momento e os poucos que ficaram logo desistiram. A extensão da ata e a linguagem jurídica na qual foi escrita pareceram ser dois elementos que contribuíram para a dispersão dos participantes.

Em outro dia, foi projetada uma matéria veiculada no site da Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) – 15ª região, que resumia a história da ATESQ e relatava de forma simplificada a situação atual do processo. Essa foi mais uma estratégia para divulgar as informações de forma a diminuir a possibilidade de desentendimentos e confusões.

Ainda sobre a comunicação, é relevante descrever também uma conversa que ocorreu com um trabalhador em um ônibus, no caminho para um ato de protesto que estava sendo organizado na frente do Fórum de Paulínia. Na conversa, ele dizia que talvez não fosse muita gente ao evento, pois ele tinha sido divulgado em uma reunião na qual havia poucas pessoas e que, antes, um dos trabalhadores que participava da direção enviava e-mail aos membros da associação para avisar dos eventos como esse.



Queixava-se que, naquele período, os líderes da associação não estariam mais fazendo isso e, assim, as pessoas não tinham como ficar sabendo da manifestação.

Nas conversas e debates, outro elemento da organização do grupo que chama a atenção refere-se à relação entre os participantes da ATESQ e deles com os membros da direção da Associação. Logo em um dos primeiros encontros em que o pesquisador participou, um dos trabalhadores, Orlando, comenta que havia alguns colegas que ainda apoiavam a Shell/Basf nos processos e dizia que isso o fazia ficar inseguro em relação às pessoas que acompanhavam as reuniões, deixando claro certa desconfiança com o pesquisador, porém, relata depois que o comitê diretivo, provavelmente, já deveria estar a par da situação e não deixaria uma “pessoa estranha” acompanhar a reunião. Este comentário evidencia uma grande confiança depositada pelo trabalhador na direção da ATESQ, acreditando que eles teriam tido o cuidado de saber quem está acompanhando os encontros e se representa algum problema à associação ou não.

Essa confiança e referência repetem-se em diversos comportamentos e falas dos integrantes do grupo. As reuniões, por exemplo, possuem uma dinâmica centrada nas figuras da direção, sendo que o início e o fim delas eram marcados pela chegada e pela saída dos dirigentes. E, apesar de todos os presentes terem direito a fala, predominavam as falas dos integrantes do comitê que coordenavam o encontro e a eles é que eram dirigidos praticamente todos os comentários, dúvidas e reflexões. Nos dias em que as pessoas do comitê não puderam estar presentes para coordenar a reunião, a dinâmica foi visivelmente diferente, sendo mais dispersa e menos centrada em uma ou algumas pessoas e apesar de ter mais participação dos trabalhadores presentes eram menos objetivas sem se concentrar em assuntos específicos.

Além disso, depois dos encontros, é comum ver trabalhadores indo conversar com os dirigentes, pedindo sua opinião sobre alguma questão específica, ou até alguma

questão pessoal. Em sua entrevista, Augusto comenta, inclusive, que trabalhadores perguntavam a ele a quantidade de dinheiro que deveriam pedir em seus processos individuais contra a Shell/Basf. Esses relatos evidenciam uma relação de credibilidade para além das tarefas relacionadas à ATESQ e ao processo coletivo, mas que inclui também conselhos sobre decisões de âmbito individual.

Todavia, essa credibilidade e referência do grupo nos trabalhadores da direção não é algo homogêneo. Após uma das reuniões, na qual houve uma discussão mais exaltada entre um dos membros da direção e um dos associados da ATESQ, por exemplo, um trabalhador comenta com um colega que não “*ia com a cara*” do Domingos, demonstrando uma relação mais heterogênea entre o comitê e os associados.

Nessa relação contraditória, mesmo os trabalhadores que possuem uma relação de credibilidade e confiança com membros do comitê também, em certos momentos, expressam discordâncias com posicionamentos políticos ou comportamentos deles na relação com o restante do grupo. Entretanto, nas reuniões, raramente se expõe opiniões divergentes das da direção da ATESQ. Durante a pesquisa, observou-se que essas discordâncias foram, em geral, expressas em comentários com outros colegas do grupo e não diretamente aos dirigentes, o que indica certa postura de passividade e submissão por parte de muitos integrantes do grupo que remete à mesma vivência da fábrica. O posicionamento dos trabalhadores do comitê, no geral, era de abertura para críticas nas reuniões e para discussão aberta, apesar de ter ocorrido casos nos quais se exaltaram com trabalhadores que apresentavam discordâncias.

Após uma das reuniões, por exemplo, um trabalhador apresentou uma discordância com a postura de um dos membros da direção da associação que teria falado de forma mais agressiva com os trabalhadores ao criticar o fato de poucos estarem presentes em um ato público – referente ao dia internacional em memória às

vítimas de acidentes e doenças do trabalho. O trabalhador apresentava um posicionamento de que este tipo de manifestação era “*coisa de sindicato*” e que a luta deles “*é outra coisa*”, demonstrando uma compreensão da luta da ATESQ diferente daquela da direção. Vale destacar, no entanto, que esse desacordo foi expresso fora da reunião, para um grupo pequeno de pessoas.

Assim como o comportamento citado acima, em outras situações isso também foi observado. Por exemplo, muito se criticou a posição da ATESQ de não tentar negociar a proposta de acordo enviada pela empresa<sup>10</sup>, considerada pelo comitê como muito baixa e favorecendo apenas parte dos trabalhadores. Mas, apesar da crítica apresentada em conversas informais, ela não apareceu senão indiretamente nas reuniões.

Durante a permanência do pesquisador no campo, a relação da direção da associação com a política também foi alvo de crítica de dois dos trabalhadores associados. Há, entre as pessoas do comitê, algumas que são filiadas a um partido político de esquerda e, a partir desse fato, dois associados colocaram em dúvida se não foram interesses partidários que levaram a direção do movimento a adotar certos comportamentos. Por exemplo, segundo um dos trabalhadores, haveria um interesse de adiar a finalização do processo, pois, assim, o grupo manter-se-ia e poderia ser utilizado, de alguma forma, como base para atuação do partido. Já o outro trabalhador tece sua crítica na direção contrária, dizendo que as reuniões poderiam ser mais politizadas e com mais conteúdo, ajudando a formar politicamente os trabalhadores nas questões relativas ao meio ambiente e à saúde do trabalhador. Entretanto, supõe ele, isso poderia tornar o grupo menos “*controlável*”, o que seria desvantajoso para o partido, pois há pessoas do sindicato e próximas do movimento que eram candidatas à eleição e, segundo ele, haveria interesse em conseguir votos na ATESQ.

---

<sup>10</sup> A proposta de acordo consistia no pagamento de um valor em dinheiro aos associados de acordo com o tempo de trabalho na fábrica. Essa proposta será melhor explicada no Item seguinte.

A direção demonstra uma visão politizada da ação da ATESQ e a inclui dentro de uma luta mais ampla por saúde dos trabalhadores e em defesa do meio ambiente. Além disso, fica claro nas reuniões a articulação construída junto a outras associações de caráter parecido com o da ATESQ. Se, por um lado, Porém, esse é o posicionamento das pessoas da direção da associação, por outro, a maior parte dos associados não demonstra ter essa compreensão, estando mais ligada à luta específica do processo jurídico contra a Shell/Basf. Esse fato parece explicar a pequena presença dos trabalhadores nos eventos externos relacionados a questões políticas mais amplas em contraste com a presença mais significativa nos atos realizados em frente ao Fórum de Paulínia, por exemplo, que dizem respeito especificamente ao processo judicial movido contra a empresa.

Frente a essas diferentes compreensões políticas do movimento, é importante ressaltar que durante as reuniões e manifestações públicas, a direção sempre pareceu buscar politizar os trabalhadores, relatando as relações estabelecidas com outros movimentos, os eventos em que participavam e, até mesmo, divulgando eventos como, por exemplo, uma marcha pela educação que ocorreu no primeiro semestre de 2011.

Por fim, sobre a direção da ATESQ, é essencial ressaltar que, apesar de ter permanecido a mesma durante todo o tempo em que o pesquisador acompanhou o movimento, a diretoria é alterada periodicamente. Conforme a descrição de um dos trabalhadores, a ATESQ está hoje na quarta “*geração*” da direção e há, entre os associados, trabalhadores que já foram do comitê. Além disso, nas últimas reuniões observadas, foi exposta uma proposta de substituir e “*renovar*” a direção, para que outros trabalhadores possam dar continuidade ao movimento.

Observou-se, assim, que o grupo apresenta um movimento complexo, bastante plural e diversificado, com posicionamentos diferenciados sobre como deve funcionar

ou não e, apesar de haver críticas, há bastante respeito com relação às lideranças do grupo, que se tornam figuras centrais para a associação.

### **6.3.2 Processo judicial**

Conforme já relatado, o conteúdo das reuniões era normalmente a situação do processo jurídico, envolvendo novas informações a respeito do mesmo, dificuldades encontradas, discussões sobre ações da empresa para buscar enfraquecer o movimento, entre outras questões. Logo, mesmo que a presente pesquisa não tenha focado nas etapas e questões do processo judicial, foi possível acompanhá-lo indiretamente e observar as discussões no grupo relacionadas ao processo, tema que será descrito no presente tópico.

A luta judicial contra a Shell/Basf divide-se principalmente em dois âmbitos: o processo coletivo, no qual participam os trabalhadores associados da ATESQ que se habilitaram no processo entregando os devidos documentos, o qual reivindica que as empresas se responsabilizem pelo cuidado a saúde dos ex-trabalhadores; e os processos individuais impetrados por trabalhadores, os quais reivindicam indenizações em dinheiro por danos morais. As discussões nas reuniões são normalmente sobre o primeiro, porém, alguns aspectos dos processos individuais também são eventualmente discutidos.

No geral, quando se discutia o processo coletivo, o tom das conversas era de buscar manter o grupo unido e acompanhar cada parte do processo, os recursos impetrados pela Shell e Basf, as vitórias, entre outras coisas e, frequentemente, lembrava-se que era necessário ter paciência, pois a justiça brasileira é demorada.

Em uma das primeiras reuniões em que o pesquisador participou, comentou-se sobre o andamento do processo coletivo e também foi relatado que alguns trabalhadores

que tinham entrado com processos individuais estavam sendo chamados pela empresa para fazerem acordos. Nessa ocasião, foi destacado que era importante todos estudarem bem as propostas, pois alguns estavam ganhando 300 mil, outros 400 mil, mas que, apesar de parecer muito dinheiro, aquilo serviria apenas para cuidar da saúde no decorrer da vida. Com relação a isso, Augusto comentou “*que quando o dinheiro saísse, seria muito importante que todos se controlassem, pois o recurso seria para a saúde e comenta que, quando o dinheiro ‘está na mão’, a pessoa ‘perde a cabeça’.* Ele comenta *que poderia-se até viver bem, mas iria ter problema de saúde mais para a frente*” (Diário de Campo)

Posteriormente, em um dos primeiros encontros realizados em 2012, foi discutida uma proposta apresentada pela Shell<sup>11</sup> aos trabalhadores, que consistia em pagar uma indenização de dez pisos do salário da categoria química por ano trabalhado, mais 25% para cada filho gestado durante ou após o trabalho na fábrica, ao invés de se responsabilizar pelo cuidado à saúde dos associados. A direção, contudo, teria negado tal proposta, pois a média de anos trabalhados entre os associados é de três e meio. Assim, alguns que trabalharam muitos anos talvez conseguissem um valor que ajudasse nos cuidados médicos, porém, os outros receberiam quantias muito pequenas, insuficiente para cobrir gastos com a saúde. Afinal, apesar de terem trabalhado menos tempo na fábrica, também ficaram expostos a substâncias e, logo, tinham possibilidade de desenvolver doenças graves, assim como os outros. O comitê responde, então, que o ideal seria a proposta apresentada pela juíza do processo, de R\$1500,00 por pessoa por mês, por pelo menos quinze anos ou, então, um plano de saúde vitalício com uma boa

---

<sup>11</sup>Os trabalhadores pouco citam a BASF, ao se referirem a questões do processo citam apenas a Shell, porém não é possível ter certeza se é pelo fato de serem ações tomadas só por esta segunda realmente, ou se é uma forma de se referir às duas empresas nas conversas cotidianas. Será utilizada aqui a mesma denominação usada pelos trabalhadores e quando não especificado manter-se-á a denominação Shell/BASF.

empresa de convênio. No transcorrer da discussão, os coordenadores ressaltam que a ATESQ seria uma organização democrática e que os trabalhadores tinham liberdade para negociar diretamente com a empresa, se quisessem, mas que, na opinião deles, aquela proposta não beneficiaria nem a eles próprios, os quais estavam entre os que trabalharam mais tempo na fábrica.

Apesar de ter vencido a posição de não negociação com a empresa, essa postura foi criticada por alguns dos associados, mesmo discordando da proposta em si, comentaram que a ATESQ poderia negociar a partir dela. Muitos disseram achar justo que pessoas que trabalharam mais tempo e ficaram por mais tempo expostas às substâncias químicas deveriam receber mais, pois, supostamente, estas pessoas teriam mais problemas com saúde. Esta questão da proposta apresentada pela Shell foi um assunto que ressurgiu algumas outras vezes nas reuniões e em conversas informais.

Bernardo, por exemplo, em uma conversa informal, expõe que abriria mão do coletivo e conversaria com o advogado para fechar acordo com a empresa, se a Shell fizesse uma proposta um pouco melhor. Outro trabalhador, Ilídio, ao falar sobre o conflito de opiniões acerca desse assunto, indaga: “o Domingos diz que eu só quero dinheiro, mas quem não quer?”. Na entrevista, Augusto expressa sua avaliação sobre essa questão:

*A empresa fez uma proposta aí que mexeu com a cabeça de meia dúzia de trabalhadores, só que o universo de trabalhadores que se habilitaram [no processo] é em torno de 520 trabalhadores. Mais os filhos, dá 1142 pessoas. A Shell fez uma proposta para liquidar, sabe... Só que, como é questão de saúde, ia beneficiar só meia dúzia de pessoas sabe, e aí no contexto de 520 pessoas, se você fizer a média das 520 pessoas dá em torno acho que uns 3 ou 4 anos de trabalho sabe? E, de acordo com a proposta deles, a maior parte ia receber um...[valor] que não dava pra nada sabe? Porque fizeram uma proposta de pagar 10 pisos do... por ano, piso dos salários dos químicos aqui, mais um ano atrasado ainda, e 25% para cada filho. Então o cara ia receber, vamos dizer assim, numa média uns 40 mil, os filhos uns 10 mil... Isso não dá pra saúde, não dá pro cara fazer nada. Por isso que eu disse que é preferível o cara ter um plano [de saúde] e ter o custeio do medicamento, que a sentença manda ser vitalício, você entendeu?... E a gente não aceitou e algumas pessoas*

*não entendia isso aí, você entendeu? Principalmente as pessoas com 20 anos de trabalho, 25...*

E acrescenta:

*Como é uma questão de saúde, não dava pra fechar negócio sabe? Foi difícil... assim, baixar a bola do pessoal aí... Você viu que... que eu falei, 'ah bom, nós estamos numa democracia, se vocês quiserem conversar com a Shell... Se a maioria aceitar, vocês conseguirem, pra mim, não tem problema nenhum'. Você entendeu?! 'Mas aí é uma decisão de vocês... Eu aqui, eu tenho que pensar geral'. Em todos, tem pensar nos filhos, tem que pensar em todos né?... Não posso pensar em uma pessoa só. Se eu fosse pensar numa pessoa só, não estava nem aqui.*

Além dessa fala, em diversos outros momentos ele expressa uma discordância com a proposta apresentada pela empresa por considerar pouco favorável para a maioria dos trabalhadores associados à ATESQ.

Nesta mesma reunião, ele comentou uma história em que o comitê investigou se a empresa estava cumprindo um acordo feito como parte do processo. O acordo consistia em que a Shell pagasse cirurgias, consultas e exames de trabalhadores da ATESQ que estivessem habilitados no processo.

A logística do processo de atendimento seria tal que os trabalhadores fariam orçamento do procedimento desejado em alguma clínica ou hospital e levariam até um lugar especificado pela Shell. Esta receberia o orçamento e liberaria o depósito em conta no valor igual ao do orçamento. Importante ressaltar que esse cuidado da saúde dos expostos a substâncias químicas enquanto aguardam a sentença final foi um ganho da ATESQ no processo.

Contudo, este processo de pagamento aos serviços de saúde solicitados teve diversos problemas como, por exemplo, atraso no início do funcionamento ou vinculação do pagamento a um atendimento por um médico e uma psicóloga contratados pela Shell. Estes atendimentos, segundo eles, tinham como verdadeiro objetivo inibir os trabalhadores, dizendo que os exames que estavam solicitando eram



desnecessários ou então, no caso da psicóloga, afirmando que seus problemas de saúde seriam, na realidade, de fundo psicológico e não decorrentes de contaminação.

Devido a estes problemas, os trabalhadores da ATESQ realizaram um ato público em frente ao fórum em Paulínia, cujo objetivo era protocolar uma carta denunciando a empresa por não cumprimento da sentença judicial.

Um período depois, a direção da ATESQ comentava que a Shell estava enviando cartas aos associados, chamando-os para passar pela psicóloga, o que foi considerado, pela maioria dos trabalhadores, como um ofensiva da empresa para desmobilizá-los e produzir laudos técnicos que pudessem vir a beneficiar a Shell no processo. Diversos associados reafirmaram a importância da união do grupo como proteção a este tipo de ação.

Após isso, os pagamentos dos atendimentos, cirurgias e exames pela Shell começou funcionar, fato que irá incluir na pauta das reuniões da ATESQ a discussão sobre a importância de os pedidos não serem exagerados, como de procedimentos estéticos, por exemplo, para que não perdessem a credibilidade. Além disso, a direção reforça a orientação que ninguém faça nada de errado no processo de orçamento, como, por exemplo, o uso de “*notas frias*”. Nessas ocasiões, era dito categoricamente que a ATESQ nunca iria apoiar esse tipo de comportamento, pois é um crime e é “*caso de polícia*” ressaltando-se que a empresa (Shell) gostaria que ocorresse esse tipo de comportamento para poder denegrir a imagem do movimento frente aos juízes do processo.

Além destas questões, um elemento que começou, então, a ser comentado frequentemente nas reuniões diz respeito à situação de algumas pessoas que não foram habilitadas no processo, ou seja, não estavam aptos a utilizarem o serviço de procedimentos médicos pagos pela Shell, apesar de terem entregue os documentos

corretamente como havia sido pedido pela direção da ATESQ. Este tema era discutido com certa frequência nas reuniões, inclusive, não havia sido totalmente resolvido quando o pesquisador parou de realizar as visitas ao campo. Além disso, uma questão discutida que também se relacionava com o pagamento de procedimentos médicos através da apresentação dos orçamentos referia-se à queixa de alguns trabalhadores de que a Shell estava se negando a pagar alguns procedimentos, contrariando a sentença da juíza.

Um tema relativo ao processo judicial que apareceu nas últimas reuniões frequentadas durante a pesquisa é referente à contratação, ou não, de um outro advogado ou de um escritório de advocacia em Brasília. Visando a um julgamento mais justo, essa ação tinha como objetivo neutralizar uma provável pressão de lobby que poderia ser exercida pelos advogados das empresa junto aos juízes do processo. Como a associação não possui finanças próprias, a forma de pagamento seria ou por auxílio do sindicato, ou com uma porcentagem dos eventuais ganhos do processo, o que foi, também, discutido em algumas reuniões.

Importante ressaltar que, após uma das reuniões, um dos trabalhadores comentou o posicionamento de outros colegas que estavam descontentes frente ao pedido de pagamento dos advogados, pois estaria sendo exigida uma porcentagem muito alta dos possíveis ganhos do processo. Mas ele, contrário a essa posicionamento, argumenta que o processo deve ter como foco o tratamento à saúde, que a maioria dos trabalhadores já estariam casados e com a *“vida feita”*. Além disso, ele comenta que a maioria dos trabalhadores nem mesmo é associada ao sindicato, criticando o foco na questão financeira, apresentado pelos colegas.

Outro debate referente à ida do processo à Brasília, diz respeito à organização, por parte dos trabalhadores de uma viagem até à cidade para realizar um protesto em

frente ao Tribunal Superior do Trabalho, no dia do julgamento. Essa possibilidade já havia sido colocada outras vezes nas reuniões por diferentes pessoas. Em uma delas, um dos membros da direção comenta essa necessidade e alguns trabalhadores concordam. É possível, porém, perceber no comentário do Bernardo que ele avalia que esse tipo de ação não ajudaria em nada o processo, demonstrando não acreditar que o grupo seria parte ativa no processo de conquista do direito à saúde.

Esse tema ressurgiu em assuntos posteriores, mas, apesar dos comentários reafirmando a importância da atividade e uma quantidade grande de trabalhadores participarem da associação, a direção da ATESQ teve dificuldade em conseguir pessoas suficientes para lotarem um ônibus para esta viagem. E até o momento da finalização das idas a campo, esse julgamento e, conseqüentemente, a viagem, ainda não haviam ocorrido.

Nas últimas reuniões em que o pesquisador esteve presente, conjuntamente com a discussão sobre a ida a Brasília, comentava-se a necessidade de divulgar as questões do grupo, seja com panfletagem, seja chamando a atenção da mídia ou, mesmo, usando redes sociais. Em algumas vezes, havia certo desacordo com a direção, pois esta reafirmava que teria divulgado suficientemente o caso para a OIT e para OMS, bem como, para a imprensa. Mas, segundo eles, as reportagens que alguns canais de TV estavam realizando sobre o caso foram canceladas por pressão da empresa. Apesar de não se evidenciar de forma explícita, essas discussões demonstravam certa diferença de opiniões, nas quais alguns associados insistiam em defender ações que pudessem gerar uma divulgação do caso Shell/Basf de forma mais ampla do que estaria ocorrendo até então, enquanto a direção, apesar de dizer que não se colocava contra estas ações, parecia defender um posicionamento afirmando que seria suficiente o que estava sendo feito.

A discussão em relação à organização do ônibus a Brasília e as propostas de ações para divulgar o movimento possuem em comum a questão do protagonismo ou passividade da ATESEQ no processo de disputa com a Shell/Basf pelos seus direitos. Assim, alguns trabalhadores ressaltam a importância da ação coletiva para fortalecer a possibilidade de vitória dos associados, vendo o grupo como um ser ativo no processo e outros têm uma visão de que o grupo teria um papel mais passivo no processo, ou seja, apenas acompanhar seu andamento e que caberia a decisão ao sistema judiciário, o qual, teria, supostamente, um papel neutro.

Acima, buscou-se relatar as discussões e eventos visando a seguir uma linha cronológica. No geral, porém, há outros elementos que são interessantes de serem relatados, mas que não se apresentam em algum período específico e surgiram em comentários em diferentes momentos durante o acompanhamento do pesquisador no campo. Um desses elementos, por exemplo, é justamente relativo ao posicionamento dos juízes com relação às decisões no processo. A polarização entre juízes pró-empresa ou pró-trabalhadores é frequentemente discutida. Em algumas reuniões, presenciadas pelo pesquisador, comenta-se que juízes que se posicionam favoravelmente à empresa adotam uma postura mais conservadora e isso ocorre, muitas vezes, por terem eles mesmos origem em uma classe social mais elevada e/ou por terem relações próximas com o empresariado. Mas, essa visão não parece ser compartilhada por todos. De qualquer forma, nessas ocasiões, é sempre lembrado que os juízes deveriam compreender a situação de forma “*justa*”.

Conforme exposto no item anterior, a reafirmação do foco da associação no tratamento da saúde e não em uma possível indenização financeira também foi assunto de diversas reuniões. Augusto e Jorge comentam essa questão em suas entrevistas. Augusto, por exemplo afirma que, em nossa sociedade, a valorização do dinheiro cria

uma situação de necessidade que, muitas vezes, faz com que pessoas fiquem com o “raciocínio limitado” e não consigam enxergar a necessidade da saúde e pautem-se apenas no dinheiro. E ele diz que, por isso, acha melhor que o resultado da sentença venha em planos de saúde ou algo parecido como o sistema de pagamento de procedimentos implementado provisoriamente por decisão judicial:

*É difícil a gente sair desse patamar do dinheiro para a saúde, eu acho que é uma das grandes dificuldades aqui da gente entender... das pessoas entenderem. Porque, se botar dinheiro na mão das pessoas, umas vão saber administrar e vão conseguir alguma coisa, agora, se você não coloca...? Se você tem uma condição de cuidar da saúde dele, de uma maneira que o cara terá que cuidar da sua saúde, ele tem a chance de viver muito mais. Com dinheiro, talvez, ele vai ter algum desvio e não vai dar a atenção que a saúde dele precisa. entendeu? [...] Todos nós temos necessidade de ter uma condição de recurso, de ter uma condição de vida normal. Então, a gente acha, hoje a gente sabe, que não tem condição... que a maior parte não tem condição de ter uma vida normal, tudo é restringido né, tudo é restringido... Quando a pessoa vê uma oportunidade, em um processo, de pegar um recurso, um dinheiro, começa a limitar... Eu acho [que] começa a limitar um pouco o raciocínio do cara, por causa da necessidade dele, embora você passe a informação que a saúde tem que estar em primeiro lugar.[...]*

*Se você tem um sistema e você vai lá mensalmente, que nem este que tá acontecendo agora - e a gente espera que vá vingar - vou lá, faço um orçamento de um exame médico, me reembolsa aqui, eu pago o exame médico, eu saio fora dessa ilusão do dinheiro sabe, e aí vou dar preferência... é um sistema, a gente quer montar um sistema que o cara dê preferência para a saúde dele... se ocorrer uma indenização à parte, melhor... porque ele, aí une as duas coisas e aí é melhor.*

Já Jorge apesar de, diversas vezes nas reuniões e mesmo na entrevista, valorizar a união e a força do grupo, expõe uma visão diferente, expressando certa valorização financeira. Diz ele:

*É tentador uma proposta assim, se você for ver com seriedade. Se me chamarem à parte e me oferecerem uma... muitos dizem isso abertamente: ‘se me chamarem lá pra fazer uma proposta, eu vou pegar porque eu quero acabar com essa tortura psicológica, eu quero acabar com isso’.*

Ele se posiciona de uma forma interessante em relação ao dinheiro, expondo que compreende a indenização como uma “enganação”, mas que, ao mesmo tempo, poderia significar certo conforto aos trabalhadores:

*A indenização, eu acho justo, porque a questão de dinheiro, embora seja uma questão... mas ela ajuda muito a questão psicológica, de conforto. É você poder ir pra praia, comprar um carro, mesmo que mil sei lá, um carro novo... isso... ameniza, espairose um pouquinho, pelo menos engana a gente... Nesse caso, eu diria 'me engana que eu gosto'. Eu diria até assim. Se me desse uma soma de dinheiro, não, 'me engana que eu gosto, vai'.*

Por fim, é possível perceber que as discussões tomavam uma dinâmica de acompanhamento do processo jurídico e que a questão da possibilidade de uma sentença favorável ao pagamento em dinheiro aos trabalhadores é um elemento que ressurge em diversos momentos, mostrando-se como a preocupação principal de diversos trabalhadores e cabendo à direção reafirmar que o foco de todo o movimento é o tratamento da saúde. Além disso, outros elementos demonstram o conflito com a empresa durante o processo e as dificuldades criadas no sentido de dividir e enfraquecer o grupo.

#### **6.4 Consequências psicossociais da contaminação**

No cotidiano das reuniões e nas entrevistas, em diversos momentos, foi possível se deparar com relatos e descrições sobre as consequências da exposição às substâncias químicas na vida das pessoas, afetando o âmbito físico e psicológico. Todavia, essa situação também tem implicações na vida familiar dos trabalhadores, das suas esposas e seus filhos, bem como em suas vidas profissionais. Assim, neste item, pretende-se descrever um pouco as alterações de saúde relatadas no decorrer do trabalho de campo e as consequências delas para a vida dos trabalhadores.

Pelo que é exposto em algumas falas, um estudo feito pelo CEREST de Campinas com 69 ex-trabalhadores da planta da Shell/BASF, em Paulínia, demonstrou haver uma média de 5 a 6 diagnósticos de alteração de saúde por pessoa. Nesse mesmo estudo, os espermogramas expuseram que alguns trabalhadores não tinham mais

condições de gerar filhos. Além disso, segundo Augusto, foram detectados diversos casos de câncer de tireoide nos homens, o que é bastante raro. Inclusive, dentro do grupo de trabalhadores da associação, houve mais casos de câncer de tireoide em homens, do que em toda a população de Campinas.

Nas reuniões, a direção da ATESQ reitera sempre que os trabalhadores que foram expostos a substâncias químicas devem ter cuidados especiais com sua saúde, pois, durante toda sua vida, estarão mais suscetíveis a desenvolverem doenças graves e de forma repentina do que o resto da população. Observou-se que isso acaba gerando uma dinâmica pessoal de ficar sempre em alerta com as questões corporais, entre outras questões. Assim, pequenas dores ou alterações consideradas cotidianas para a maioria das pessoas, para eles, têm que ser vistas com mais cuidado, pois pode ser sinal de algo mais grave. Conforme diz Augusto:

*Eu chamo atenção para questão da nossa saúde, nós temos que ter uma consciência, temos que saber o acompanhamento a nossa saúde tem que ser diferenciado. Nós não podemos ser igual as pessoas normais da sociedade aí. Nós temos que ter uma visão diferenciada né? Por exemplo, se eu sinto uma azia. eu já tenho que procurar um gastrologista. Eu não posso ficar aí... com esse costume. Eu estava com uma dor de cabeça, vou lá e tomo um comprimido pra dor de cabeça, uma dor muscular, uma dor não sei que lá... Então, nós precisamos ter uma visão diferenciada da nossa saúde...*

Nesse sentido, é possível perceber que há uma consequência psicossocial dessa vivência, pois, levarão, para o resto de suas vidas, uma necessidade de atenção à saúde mais aguçada, além da angústia e o sofrimento de uma possibilidade iminente de desenvolver alguma doença grave e vir a falecer. Apesar de ser possível não desenvolver nenhuma doença mais grave durante toda sua vida, segundo o que dizem, isso seria menos provável. Augusto comenta essa questão em sua entrevista, evidenciando elementos deste sofrimento “*Mas nós que trabalhamos lá, é como se tivéssemos sido sentenciados pra uma pena de morte, você fica naquela dúvida: quando que você vai morrer? será que é hoje? será que é amanhã...?*”.

Em um dos atos realizados, a ATESQ preparou um material de divulgação para entregar à população que continha o número de ex-trabalhadores falecidos e a idade de alguns que haviam morrido na semana anterior: 47, 50, 58 e 62. Alguns desses trabalhadores que faleceram, estavam em um estágio avançado da doença, já de cama e bastante debilitados. No entanto, outros eram jovens e estavam aparentemente bem, sendo que a doença os atingiu rapidamente e de forma inesperada.

Na entrevista, Augusto conta uma história de um dos ex-trabalhadores que faleceram, que discordava da ATESQ e, logo, não tomava os cuidados diferenciados como orientados pela direção da associação:

*Tinha um rapaz lá, de cinquenta e três anos, de Cosmópolis... Ele trabalhou lá até 2006<sup>12</sup>... se vestia bem, jogava bola, fazia caminhada longa, uma vida de atleta né? normal. Mas ele começou a se sentir mal e, a partir daí, foi uns três meses mais ou menos de vida que ele teve só. Mas ele estava cego na linguagem da empresa, de que não tinha nada a ver, que nosso trabalho lá não tinha nada a ver... E ele foi pro hospital, pro medico e tal. Estava com câncer no intestino, foi operar, não teve condições de operar, não conseguiram tirar o tumor e ele faleceu.*

Augusto comenta também que o grupo desenvolveu um conhecimento sobre exames a serem realizados que ajudariam neste cuidado mais minucioso à saúde. Ainda descrevendo o mesmo caso, diz:

*53 anos ele tinha e estava cego [pela linguagem da empresa], se em 2001 ele vem com a gente, talvez ele não tivesse morto. A gente já tinha uma noção dos caminhos pra seguir sabe? (tosse). O cara precisa fazer uma colonoscopia do intestino, fazer uma endoscopia sabe? Fazer um ultrassom total do abdômen, umas coisas... umas coisas básicas aí que te dão um caminho... Talvez ele tivesse pegado no início do tumor...*

Outras consequências também aparecem nos relatos, variando no que se refere à gravidade. O problema de tireoide em homens relaciona-se bastante à perda de libido e à impotência sexual e os próprios trabalhadores já tem clareza desta relação. Quando um

---

<sup>12</sup> Apesar da Fábrica ter sido fechada em 2002, este trabalhador manteve-se empregado pela empresa, sendo encarregado de coordenar a retirada de tubulações e equipamentos, além da remediação do solo realizada pela empresa.



dos trabalhadores comentou que teve de fazer uma cirurgia para retirar a tireoide, foi logo indagado por um outro associado se ainda estava conseguindo fazer sexo. Além disso, em um dos atos públicos, um dos trabalhadores da direção retoma os elementos da contaminação e questiona, de forma retórica: “*é normal nego novo impotente? Tendo que tomar Viagra?*”, evidenciando um elemento que provavelmente não é raro ou isolado dentre os trabalhadores.

Uma consequência também presente em alguns relatos dizia respeito à perda de memória e de concentração, como exposto em uma conversa entre dois trabalhadores, na qual relatavam histórias recentes de esquecimentos e desatenções frequentes. Isso foi corroborado por Augusto, comentando que diversos trabalhadores, em decorrência da exposição química, desenvolveram problemas nessas áreas.

Jorge também comenta bastante as consequências que teve da contaminação. Na primeira conversa com o pesquisador durante uma reunião do grupo, ele mostra manchas no braço, que diz estarem começando a aparecer e relata não saber se eram psicológicas ou consequência da contaminação. Avaliava que poderia ser a segunda questão, mas que ainda não sabia, pois não tinha ido à dermatologista. Nesse primeiro comentário, é possível perceber a forma diferente de cuidado a saúde, pois, a cada sintoma, há sempre a desconfiança de que seja fruto de contaminação química.

Jorge diz ser um dos que tiveram menos efeitos da contaminação e que gozava de uma saúde com menos alterações entre os contaminados, mas, a principal consequência para ele teria sido no âmbito que ele identifica como psicológico, mas que, deve-se lembrar, pode estar relacionado com efeitos neurológicos de alguns produtos químicos. O trabalhador afirma que, antes de ser empregado na Shell, sempre teve uma conduta serena, calma e pacífica. De algum tempo para cá, após ter saído da

fábrica, começou a apresentar crises de nervosismo e irritação que, segundo ele, não possuem razão alguma.

*Mas eu sinto que, assim, entendeu há algo errado na minha mudança de humor. Eu mudo de humor assim, muito rapidamente e volto pra zero de novo. Eu percebo que isso não está legal. Eu não sei se isso é decorrente de... porque eu não era assim, eu tenho consciência disso, eu não era tão, assim, explosivo emocionalmente assim, enraivecido. A minha índole é extremamente pacífica.*

Ele descreve as crises como incontroláveis, como se não se reconhecesse:

*Então tenho sentido uma mudança de humor danada viu?! Vou de zero a dez em segundo, depois volto. E aí é legal que eu vejo, eu percebo, mas eu não tenho domínio. Eu falo pras minhas filhas "olha eu estou irritado, e não porque estou me sentindo mal, eu estou com raiva" não fica ninguém na sala, turma já.. já sai correndo. E... meu filho tem trauma de andar comigo, porque eu...falo pra ele "eu não tenho controle sobre isso"...vem aquela coisa do nada, eu não sei se é neurológico, se aquela... uma ação química... e eu fico com raiva, eu tenho consciência mas não tenho controle. Eu não... eu não consigo controlar, embora eu perceba, parece que eu estou vendo outro Jorge ali, mas eu não consigo dominá-lo pra... aí eu conto até dez... Meu deus do céu, que coisa ruim.*

Não apenas os trabalhadores sofreram contaminação e suas consequências, mas também suas famílias e até mesmo moradores das chácaras próximas à fábrica. Comenta-se que, nas chácaras, a contaminação havia sido sentida em diversos âmbitos, como no comportamento dos animais, na morte de plantas, perda de fertilidade do terreno e na produção caseira de alimentos, como ovos e leite, que tornaram-se impróprios para o consumo.

Nas famílias, as consequências manifestaram-se principalmente nos filhos. Ilídio, por exemplo, relata que seu filho, que faleceu pouco antes da finalização da pesquisa, tinha diversas complicações, mais de vinte anos e não andava e nem falava. O filho de Virgílio nasceu com uma pequena deficiência no pênis e, conforme relata o próprio trabalhador, ao comentar isso com uma médica do CEREST, ela afirmou que este tipo de problema pode ser decorrente de contaminação química do progenitor.

Outros relatos trazem exemplos desta questão, como a filha de um trabalhador de nasceu com os pés rígidos, não conseguia mexê-los e teve de fazer cirurgia e outro que diz que seu filho “herdou” dele um problema de respiração, que adquiriu devido à exposição na fábrica.

Em uma das reuniões, é narrada a história de um trabalhador, cuja esposa por duas vezes engravidou e, em ambas, o filho faleceu pouco tempo após o nascimento. O trabalhador diz que esse fato marcou psicologicamente sua mulher e que ela ficou traumatizada com essa experiência. Após esse relato, os trabalhadores argumentam que suas esposas deveriam ser incluídas nos processos, pois muitas delas lavavam os uniformes de trabalho de seus maridos e que, segundo comentaram, estavam potencialmente contaminados.

A carreira profissional também gera muita angústia nesses trabalhadores. As consequências da contaminação na Shell/Basf se expressam principalmente na dificuldade de conseguir novos empregos, como foi comentado, entre outros, por Manuel e por Jorge em sua entrevista:

*E eu mando currículo para as empresas "Shell, ah Shell... ah olha, é o seguinte... deixa seu e-mail e seu telefone que a gente entra em contato com você" e todo mundo consegue trabalho, quando eu mostro que é da Shell: "Shell... ah tá, ah aquele caso lá do recanto dos pássaros, contaminação... ah tá bom, olha,..." Aí vem com ideiazinha na cabeça, surta minha cabeça. Comigo é assim, com o Horácio é assim, com um par deles é assim. Se não tiver alguém forte lá pra te indicar, pra levar você "ô, esse aqui, tal, tal"... [...] sei lá... só sei que eu estou desempregado.*

O desemprego agrava ainda mais a situação dos trabalhadores, os quais tem gastos com tratamentos de saúde e com medicamentos, chegando a situações como a descrita por Manuel, uma vez que teve de vender terrenos que possuía para pagar o tratamento ou de outro trabalhador, que relata ter passado dificuldades financeiras, necessitando de cestas básicas do Estado por um tempo para alimentar sua família.

A situação de desemprego pode, inclusive, ampliar as consequências da contaminação à saúde dos trabalhadores, pois é um fenômeno que afeta a saúde física e mental e até mesmo as relações sociais estabelecidas por eles. Segundo Caldana e Figueiredo (2002), *“O desemprego gera desqualificação que por sua vez estigmatiza e culpabiliza: ao perder o emprego o trabalhador é marcado com o sinal da incompetência”* (p. 21).

Importante considerar que é possível que a culpabilização seja mais atenuada no caso dos ex-trabalhadores da Shell/Basf, pois esta situação não foi vivenciada individualmente, mas no coletivo, e seria mais explícita a culpa da empresa. Além disso, de acordo com Seligman-Silva (1994a, citado em Pinheiro e Monteiro, 2007) a doença pode acabar servindo como uma forma de refúgio ao sofrimento de estar desempregado, pois *“a representatividade de estar doente passa a ser menos constrangedora socialmente do que a de estar desempregado”* (p.37).

Apesar desta possibilidade do sofrimento ser atenuado devido aos elementos expostos, é possível observar que há, sim, uma carga de sofrimento vivenciada pelos trabalhadores relacionada à situação de desemprego.

Para finalizar esse tópico, pode-se dizer que a contaminação não produz apenas o adoecimento em si. Mais do que isso, apresenta diversas consequências psicológicas e sociais aos ex-trabalhadores, tendo gerado altas cargas de sofrimento, que envolvem aspectos pessoais, familiares e profissionais destes indivíduos.

## **6.5 A política e o grupo**

A ATESQ é uma associação de trabalhadores que atuam reivindicando direitos e se organizam coletivamente para lidar com questões que incluem relações de trabalho e meio ambiente. Embora a temática do processo judicial que envolve os ex-trabalhadores

da Shell/Basf domine a maior parte das reuniões e seja o interesse primordial da maioria dos participantes, é comum que as discussões pautem assuntos muito mais amplos, incluindo questões políticas, que vão desde a aproximação com outras associações com objetivos semelhantes até questões que envolvem a sociedade de forma geral. Neste item, busca-se expor os elementos que apareceram nas reuniões e nas entrevistas que se referem a este tipo de temática.

No decorrer da participação do pesquisador nas reuniões da ATESQ, foi possível observar diversos convites da direção para que os trabalhadores participassem de atos públicos de protesto ou outros eventos coletivos. Conforme já citado anteriormente, em uma das primeiras reuniões observadas, houve o convite para o ato público referente ao Dia Nacional em Memória às Vítimas de Acidente de Trabalho, o qual foi organizado por sindicatos e militantes partidários. Outros exemplos referem-se ao Dia Nacional do Meio Ambiente; a um ato público conjunto com o Movimento social de saúde da cidade em apoio ao CEREST Campinas que estava sofrendo um processo de sucateamento pela Prefeitura; à participação na marcha em defesa da educação que apesar de não se relacionar à temática do grupo, afetava a todos e era algo importante, conforme foi defendido em reunião; à participação na 13ª Romaria da Terra e das Águas de São Paulo – que reivindicava a recuperação da área do Aterro Mantovani e entorno, contaminada por empresas multinacionais – a qual envolveu diferentes grupos, tais como a Comissão Pastoral da Terra do Estado de São Paulo (CPT), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a central sindical Intersindical, entre outros.

A aproximação da ATESQ junto a esses movimentos diz também sobre determinado posicionamento da associação frente à realidade, ao lado de movimentos sociais de reivindicação, partidos de esquerda, que comungam, de certa forma, de uma

compreensão da realidade que defendem a ação coletiva como meio para obter mudanças sociais. No entanto, a maior parte deles contou com uma participação pouco expressiva de integrantes da ATESQ, o que, invariavelmente, levava a diretoria a manifestar-se criticamente durante as reuniões posteriores.

Assim como exposto anteriormente, um dos diretores da ATESQ é membro de um partido político de esquerda, assim como alguns diretores do sindicato onde são realizadas as reuniões, sendo que dois destes lançaram-se candidatos na eleição municipal de 2012, um a vereador e outro para prefeito. Apesar de não haver nenhuma ligação formal entre o partido político e a Associação, houve uma proximidade informal percebida em alguns momentos. Os sindicalistas candidatos, que já eram conhecidos de todos os trabalhadores que frequentavam as reuniões, apresentaram-se formalmente enquanto tais em uma das reuniões. Alguns integrantes da ATESQ organizaram individualmente, venda de rifas como campanha financeira para um dos candidatos, além da distribuição de fichas de apoio entre os trabalhadores.

Sobre essas relações com a política partidária, é interessante ressaltar duas situações relativamente contraditórias. Em uma das reuniões, um dos membros da direção relatou que o setor jurídico do gabinete de um Deputado Federal estava estudando a proposta para entrar na justiça, afim de impedir que empresas petrolíferas com processos trabalhistas participassem de licitações públicas, o que impossibilitaria a Shell e a Basf de participarem da licitação do Pré-sal. Em outro momento, alguns meses depois, um dos trabalhadores, Sérgio, comentava que conhecia um vereador em uma cidade próxima e que conseguiria um espaço para a Associação utilizar como sede, ao que o diretor da ATESQ respondeu que não queria ficar com “*rabo preso*” com ninguém. Contrastam-se as duas posições, pela diferenciação da interpretação do ato de se relacionar com políticos, em certa situação visto como benéfico à ATESQ e, em

outro, como sendo um favor político que iria dificultar a ação da Associação. Apesar desta contradição, a observação da relação de um dos dirigentes com o partido e com a ATESQ demonstra uma relação construída a partir de acordos de posicionamentos frente à realidade e não de troca de favores, como pareceu ser a proposta de Sérgio. De todo modo, nas observações, ficou evidente o grande envolvimento político de alguns membros da direção com o movimento sindical e com a política partidária e o total afastamento de outros tantos participantes com relação a isso, conforme já descrito no item 5.3.1 relativo ao funcionamento do grupo.

É interessante retomar aqui os diferentes posicionamentos políticos evidenciados nas falas. Ao mesmo tempo em que alguns avaliam esse tipo de relação como ruim, por estar muito próxima do âmbito político e do sindicato, outros criticam a falta de aproximação entre os debates políticos e a dinâmica da ATESQ, defendendo que o espaço das reuniões semanais fosse preenchido também com discussões politizadas sobre trabalho, sociedade e meio ambiente. Essas diferenças mostram, mais uma vez, que o grupo não é homogêneo, mas tem abertura para posicionamentos diversos, ainda que nem sempre explicitados abertamente nas reuniões.

Um outro fato que ajuda a exemplificar esse aspecto ocorreu no ano de 2011, quando a cidade de Campinas passou pelo que foi chamado de crise política. Investigações encontraram evidências de corrupção na Prefeitura, o que levou, após um processo na câmara dos vereadores, à cassação do prefeito e, posteriormente, à cassação de seu vice. Além disso, ainda durante a ida à campo pelo pesquisador, ocorreu o processo eleitoral municipal, no ano de 2012. Isso fez com que, em diferentes momentos, trabalhadores manifestassem opiniões sobre políticos, partidos e a cidade.

A primeira vez que este assunto surgiu foi em uma conversa informal com alguns trabalhadores antes da reunião. Nela, os trabalhadores expunham a decepção

com o prefeito e com a política de forma geral, dando a entender que votaram e acreditaram no prefeito, porém, hoje, mostram-se frustrados com as notícias sobre seu envolvimento com a corrupção. Na conversa, expõem sua decepção generalizando a política, dizendo que todos roubam e que não dá para acreditar nas promessas de campanha dos candidatos, pois não as cumprem durante a gestão.

Essas colocações contrastam com a opinião exposta por outro trabalhador, o qual defendia o prefeito cassado ao comentar o assunto e as denúncias realizadas contra o mesmo, dizendo que ele havia melhorado muita coisa na cidade, que “*ele roubou, mas pelo menos ele fez*”, evidenciando uma visão naturalizada da corrupção no âmbito político.

Outro aspecto do âmbito político aparente nas reuniões e nas conversas é a identificação e caracterização dos dois lados da disputa judicial que é o principal foco do grupo: a ATESQ e a Shell/Basf. Neste sentido, um ponto inicial é a constatação da identidade do grupo enquanto tal, do frequente uso da denominação “nós” e “eles” para distinguir os dois lados do conflito existente e a compreensão da ATESQ enquanto uma unidade na ação contra a empresa, apesar das diferenças internas do grupo.

Além disso, valoriza-se a unidade do grupo como fonte de fortalecimento coletivo, como pode ser visto em comentários realizados por Álvaro para Ilídio na reunião em que este discute com Domingos as cartas que estavam sendo enviadas pela Shell. Nesta ocasião, Álvaro, que tem posicionamentos políticos mais definidos e defende a politização do movimento, comentou que aquilo era uma atitude da Shell para dividir e enfraquecer o movimento. Em outro encontro, em que surgiu uma discussão sobre a proposta apresentada pela Shell aos trabalhadores, Jorge reforçou a importância de manterem-se unidos para enfrentar a empresa.



Assim, apesar das diferenças com relação a outros aspectos da participação política, quando o assunto é a relação do grupo com a Shell, a maior parte<sup>13</sup> daqueles que participam das reuniões parece sentir-se integrado a um grupo por um mesmo objetivo. Nesse sentido, deve-se ressaltar especialmente a consciência sobre as ações da empresa como tentativas de dividir o grupo, para enfraquecê-lo.

Sobre a importância da organização e união do grupo, Jorge traz relatos relevantes em sua entrevista. Ele comenta que a ATESQ teve um papel de esclarecer para ele muitas coisas, tanto sobre o trabalho que realizava como sobre algumas questões da sociedade. Ele também valoriza a construção coletiva do grupo e o compartilhamento de informações sobre a fábrica e os processos de adoecimento:

*Eu falo o que eu sei... e ele fala um pouco, um pouco, um pouco... e a gente junta um... a gente junta ali... eu falo cem grama, outro fala mais cem, e de repente a gente tem dez quilo de informação. Eu falo uma página, ele fala... depois a gente tem uma apostila, e a gente vai ler a apostila junto. E a gente aprende muito. Aprende vendo.*

Ele comenta, ainda, que é essa construção coletiva e a “resiliência” de conseguir manter o grupo unido apesar das “porradas” e “bordoadas” das empresas que os levou a conquistar as vitórias que tiveram. Define o comportamento da Associação como um ato de “*crer no impossível*”, pois a disputa seria muito desigual. Compara a disputa entre ATESQ e Shell/BASF com a batalha entre Davi e Golias, enaltecendo o grupo por estar vencendo o que seria um gigante no meio industrial.

Essa comparação traz elementos de como é vista e compreendida a Shell e a ATESQ pelos trabalhadores, questão que está presente também nas falas de outros trabalhadores. Domingos, por exemplo, lembra o fato de a Shell obter lucros exorbitantes, mais do que suficientes para pagar o que os trabalhadores estão reivindicando, mas que só não o faz por questão de “*orgulho*”, para não admitir que

---

<sup>13</sup> Relembrando o que foi explicitado no capítulo do Método, de que apenas parte dos associados frequenta as reuniões a atividades da ATESQ.

contaminou os operários. Armando comenta, em outra situação, que os advogados da Shell ficam com vergonha por estarem perdendo o processo para “*meia dúzia de pé rapado*”. Essa fala se assemelha a de Jorge, que comenta que os representantes da Shell estavam de “*boca aberta*”, por terem, supostamente<sup>14</sup>, perdido para um grupo de “*operários*”. Ao dizer isso, ele utiliza um tom de voz como se fosse um representante da Shell e dá um ar pejorativo ao termo “*operários*”.

Estes comentários demonstram a visão de alguns trabalhadores sobre o processo, como eles se situam no conflito entre Shell e ATESQ, expondo uma identificação clara das características de classe de cada lado.

Ainda sobre a percepção relativa à empresa, é interessante relatar uma conversa ocorrida entre dois trabalhadores no dia em que houve um ato de protesto em Paulínia. Um deles comenta que a Juíza deveria dar “*uma canetada*” contra a Shell, pois seria uma empresa estrangeira que teria vindo o Brasil e prejudicado o meio ambiente e os trabalhadores brasileiros. Ao que outro trabalhador responde não achar que seja tão simples, pois se a empresa saísse do país levaria consigo diversos postos de trabalho que abriu aqui e isso seria ruim. O outro trabalhador, contudo, mantém seu posicionamento de que se a empresa contaminou o solo e os trabalhadores deveria sair do país mesmo. Essa conversa mostra certas diferenças também relativas à visão sobre o que deveria acontecer à Shell e as consequências para trabalhadores e a sociedade. No entanto, deve-se notar que nenhum deles isenta de culpa a empresa pela contaminação.

Relevante descrever, também, alguns posicionamentos contraditórios de trabalhadores, como os de Jorge. Em duas conversas distintas, o associado apresenta comentários sobre o funcionamento da sociedade, dizendo que há muita manipulação de informação em nossa sociedade e propõe, então, como uma possível solução para a

---

<sup>14</sup> É utilizado o termo “supostamente”, pois apesar de o relato de Jorge indicar que as empresas já teriam perdido o processo, ainda há recursos a serem julgados e a decisão final ainda não foi dada.

sociedade o voto indireto. Justificando que, para ele, o “*povão*” não sabe votar e é facilmente manipulado e com o voto indireto haveria a possibilidade de os políticos escolherem melhor alguém capacitado e justo para governar o país. Este comentário possui uma relevância pelo contraste que tem com os posicionamentos apresentados pela direção e por outros membros da associação, que valorizam a participação do povo na política para a mudança social. Deve-se destacar que esse trabalhador que se refere ao “*Povão*” como um grupo ignorante é o mesmo que, na fala citada anteriormente, afirma acreditar que a Shell os vê como um simples grupo de operários, que seriam incapazes de vencê-la no processo judicial. Ou seja, reproduz a visão calcada na ideologia dominante de que a classe trabalhadora seria incapaz de ser sujeito de sua própria história, mas, contraditoriamente, critica este mesmo discurso quando proferido pela Shell enquadrando o grupo da ATESQ como “*povão*”, “*ignorante*”. Assim, toma consciência do papel de determinado discurso ideológico em um conflito capital-trabalho de âmbito particular, o caso Shell, porém, não amplia a compreensão para o âmbito universal, da sociedade capitalista.

Ao passo que o exemplo anterior evidencia uma contradição em um indivíduo, o episódio citado a seguir refere-se à contradição no âmbito do coletivo da ATESQ. Um trabalhador comenta em uma conversa informal durante a reunião que, apesar de frequentar as reuniões, discordava da visão que o grupo tinha sobre a contaminação e as possíveis doenças decorrentes disso. Segundo ele, o indivíduo não desenvolve câncer apenas por ter contato com a substância, sendo que o principal elemento seria a existência de uma predisposição genética, que envolveria também diversos outros elementos da vida da pessoa. Nessa fala, ele demonstra uma discordância com as afirmações da ATESQ em relação ao adoecimento em decorrência da contaminação, o que evidencia, novamente, a heterogeneidade do grupo. O caso apresentado aqui indica,

inclusive, uma posição praticamente contrária ao que é defendido pelo grupo, pautando-se ainda em uma visão positivista de ciência.

Essa fala elucida a heterogeneidade do grupo no que se refere à compreensão da relação entre saúde-trabalho, pois destoa de outras, feitas pelos diretores da associação, nas quais comentavam as exposições ocorridas na fábrica a partir de olhares pautados no campo de conhecimento da Saúde do Trabalhador. Armando exemplifica essas falas ao explicar o conceito de desgaste da MSLA utilizando uma analogia com o desgaste sofrido por peças de carros para contra argumentar uma defesa da Shell apresentada a um trabalhador, segundo a qual determinado procedimento cirúrgico no joelho, reivindicado por ele, não teria relação com o trabalho na fábrica.

Enfim, o grupo possui uma relação íntima com a política, sendo parte de suas discussões. No entanto, nota-se diferenciados posicionamentos, seja quanto à política de forma geral, seja quanto ao posicionamento do grupo com relação a outras questões sociais.

## 7 ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSCIÊNCIA

O presente Capítulo tem como objetivo apresentar a análise do processo de consciência dos participantes da ATESQ, retomando os referenciais teóricos presentes na fundamentação e relacionando-os com as informações obtidas na presença no campo e nas entrevistas, que foram descritas no capítulo precedente. Nesse sentido, alguns aspectos se destacaram e guiam a análise que se segue. São eles: as contradições que evidenciam o processo dinâmico da consciência; o encobrimento da realidade pelo discurso ideológico da empresa; o papel da ATESQ no processo de consciência, a judicialização e financeirização da luta dos trabalhadores e sua influência no processo de consciência, e por fim, as relações entre processos de sofrimento vivenciados e o processo de consciência.

Com relação às **contradições**, observou-se que elas se manifestam tanto na esfera individual quanto na coletiva, demonstrando que a consciência não é um fenômeno estático, mas um processo, tendo avanços e retrocessos, conforme aponta Iasi (2011):

Procuraremos entender o fenômeno da consciência como um movimento e não como algo dado. Sabemos que só é possível conhecer algo se o inserirmos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ela se tornou o que é, assim é também, com a consciência, ela não “é”, “se torna”. Amadurece por fases distintas que superam-se, através de formas que se rompem, gerando novas que já indicam elementos de seus futuros impasses e superações. Longe de qualquer linearidade, a consciência se movimenta trazendo consigo elementos de fases superadas, retomando aparentemente, as formas que abandonou. (p. 12)

Este aspecto da consciência mostrou-se presente no grupo estudado, sendo evidenciado por relatos contraditórios apresentados por trabalhadores em diferentes momentos, ora apoiados em uma visão crítica da realidade, ora apoiados em valores da ideologia dominante, ora defendendo a união do grupo, ora priorizando interesses individuais em detrimento dos coletivos. As mudanças de posicionamento percebidas

evidenciam um caráter processual da consciência, assim como a percepção da existência de posicionamentos ideológicos coexistindo com posicionamentos críticos. Jorge, por exemplo, apresenta relatos bastante críticos com relação à Shell, fala da importância da organização coletiva para superar os problemas de adoecimento enfrentado pelos trabalhadores, entre outros elementos mais desprendidos da ideologia e aparentemente mais desalienados. Porém, em outros momentos, suas falas parecem reproduzir ideias, como a defesa do voto indireto, descrita no capítulo anterior. Uma análise desta proposta expõe que ela fundamenta-se em compreensões da ideologia dominante, pois compreende que os trabalhadores são incapazes e precisam ser tutelados. Segundo Chauí (2008), esta compreensão pauta-se no olhar idealista da sociedade, característico da ideologia dominante. Além disso, a proposta parte da compreensão de divisão da sociedade entre “esclarecidos” e “ignorantes”, valorizando os primeiros em detrimento dos segundos, e não uma divisão de classe em que há trabalhadores e os donos dos meios de produção. O obscurecimento e negação da divisão de classes e da exploração em nossa sociedade é também, segundo a mesma autora, característica da ideologia

Outro exemplo pode ser observado na referência pejorativa deste trabalhador à defesa dos direitos humanos de presos como “o direito dos manos”, dando a entender que seriam “privilégios” a pessoas que supostamente não mereceriam. Entende-se, aqui, que o caráter ideológico dessa fala está na compreensão da criminalidade como consequência tão-somente das decisões ou comportamentos individuais e não como uma construção histórica em contextos sociais extremamente desiguais. Em ambos os exemplos citados aqui, nota-se uma visão invertida da realidade, obscurecendo as contradições do real, no sentido descrito por Chauí (2008).

Estes posicionamentos, apesar de apresentarem-se no âmbito singular, evidenciam uma característica que pode ser apontada como universal do objeto

estudado, ou seja, a natureza contraditória da consciência, conforme apontado por Iasi (2011). Em alguns temas, o indivíduo pode apresentar posicionamentos opostos ao que se observa com relação a outros, sendo alguns mais identificados com uma consciência de classe e, outros, mais próximos à ideologia dominante. É possível supor também que estas diferenças de posicionamentos podem ocorrer em um mesmo âmbito, em curtos períodos de tempo, tendo saltos ou grandes retrocessos.

Essas contradições podem ser observadas não apenas no nível individual, mas também na constituição do grupo como um todo. Os aspectos descritos no capítulo anterior evidenciam os mais diferentes posicionamentos, desde compreensões individualistas, bastante pautadas na ideologia dominante, até compreensões claramente anticapitalistas.

Para facilitar a compreensão dessa análise pelo leitor, optou-se retomar sinteticamente as caracterizações das três formas de consciência descritas por Iasi (2011). Para ele, o processo de consciência, mesmo sendo marcado pelo movimento dialético e pela contradição, pode ser dividido em três diferentes Etapas. A primeira delas constitui-se a partir da apropriação da realidade mediada pela linguagem ainda nos anos iniciais de vida. Juntamente com a linguagem, internaliza-se também os valores e compreensões da ideologia dominante (Almeida, Abreu e Rossler, 2011). Ela se caracteriza por conceitos pautados no imediatismo e no cotidiano, pela ultrageneralização de eventos e relações vividas e visão a-histórica da realidade. No entanto, esta forma de consciência pode enfrentar contradições entre os valores e situações vividas gerando indignação, o que, segundo Iasi (2011) pode levar à segunda forma de consciência, que é pautada principalmente pela união coletiva e a articulação em grupo para atender os interesses dos indivíduos que o compõe. A terceira forma de consciência é marcada, então, por um olhar que se expande para além do grupo e se

identifica com os interesses da classe, tomando como objetivo a superação do sistema de exploração de classes.

É possível dizer que, no âmbito coletivo, observa-se mais claramente a presença das três formas de consciência. A direção da associação parece representar uma espécie de “polo” de criticidade, tendo posicionamentos e falas mais identificados com a consciência de classe, enquanto as pessoas mais distantes da direção apresentam posicionamentos que se aproximam da ideologia dominante e da alienação. Um detalhe interessante é que os trabalhadores filiados a partidos políticos eram também os que demonstravam posições, aparentemente, mais desideologizadas e desalienadas, com críticas claras ao sistema capitalista.

Contudo, mesmo frente a essa heterogeneidade de posicionamentos e formas de consciência no grupo, é possível apontar certa tendência geral dos participantes das reuniões à segunda forma de consciência, a “consciência em si” (Iasi, 2011). A importância da união e organização do grupo era por vezes reafirmado como central para as conquistas. Porém, as discussões e ações mais voltadas à luta da classe como um todo e não diretamente relacionadas à luta específica da ATESQ pouco mobilizavam os trabalhadores e, muitas vezes, eram referidas como “*coisa de sindicato*”, justificando que o foco deles era “*outra coisa*”.

**O encobrimento da realidade pelo discurso ideológico** da empresa é outro aspecto importante para a presente análise. Jorge e Augusto referem-se, em suas entrevistas, à questão da mudança da forma de ver a realidade, à ilusão dentro da fábrica, entre outras coisas. Augusto, tanto nas reuniões como na entrevista, comenta que a empresa exerce uma influência muito grande sobre os trabalhadores, na forma que eles enxergam a realidade e sua própria situação. Ele fala que a “*linguagem da empresa*”, no dia a dia, serve para legitimar o processo de trabalho, obscurecendo os



problemas do processo produtivo da fábrica e a posição da empresa na sociedade, “*cegando*” o trabalhador com relação à realidade. Jorge, ao falar sobre os trabalhadores de outra empresa química, relata um processo parecido. Ele diz que esses trabalhadores, apesar de também estarem se contaminando, adoecendo, não mudam de posicionamento com relação à fábrica, pois, segundo ele, possuem um “*patriotismo*”, um orgulho de “*vestir a camisa da empresa*”, que mantêm aquela forma de entender. Para ele, nesse caso, o elemento central é o que chama de “*questão financeira*”, que pode ser interpretado como os salários relativamente altos recebidos pelos trabalhadores nas empresas transnacionais do ramo químico.

Jorge, em uma conversa nas reuniões, também se refere à influência que os altos salários tinham na forma de pensar dos trabalhadores da Shell. Segundo ele, a política de alta remuneração tinha o objetivo de “*comprar*” os trabalhadores, para que não questionassem as condições de trabalho, para criar uma sensação de que estivessem sendo respeitados e bem tratados pela direção da fábrica<sup>15</sup>. Esta questão, por sua vez, se relaciona-se à fala de Augusto, que afirma que os associados, nas discussões do grupo, ainda confundem salário com condições de trabalho:

*Por causa da linguagem que se passa aí dentro duma empresa... quando você tá trabalhando, você tá trabalhando, você quer fazer o melhor de você, você quer subir de posto de trabalho, tá todo mundo assim naquela ... e a empresa, ela conduz de uma tal maneira que mesmo depois de as pessoas saírem, elas não conseguem se libertar de lá... é difícil... é difícil de se libertar... Hoje a gente vê que... pessoas que... tiveram o seu trabalho, tiveram um salário bom e tudo, tudo... tão confundindo salário com as condições de trabalho....salário é uma coisa, condições de trabalho é outra. Então é... isso vai das pessoas terem um pouco de desvio de raciocínio, só quando ele chega numa situação que ele vê que tá grave a saúde, aí que vai cair a ficha... talvez aí já não tem mais tempo.*

Esse posicionamento corrobora o observado por Calderoni (2008), de que em outras empresas químicas em que ocorreram contaminações também foi constatado que

---

<sup>15</sup> Essencial salientar, contribuindo para ilustrar a complexidade da questão, que os altos salários são, também, fruto das lutas e campanhas construídas pela categoria conjuntamente com o sindicato. A categoria química é historicamente forte, no que se refere à luta sindical.

os trabalhadores também recebiam salários relativamente altos. É importante destacar que essa remuneração mais elevada gera mais do que condições materiais de vida para os trabalhadores, influenciando-os também no âmbito subjetivo: “*ao salário considerado ótimo [...] vinha conforto, status e os reflexos psicológicos do status sobre o orgulho e a auto-estima*” (p. 397).

Do mesmo modo do que é apontado por Jorge e Augusto, este autor também indica que essa condição contribui para a situação de não-engajamento dos trabalhadores, tanto pelo risco de perder sua posição social quanto pela influência subjetiva de tal situação. Nesse caso, os trabalhadores adquirem uma atitude positiva frente a empresa, pois ela lhe possibilita certo *status*, privilégio, conforto, autoestima. E segundo o autor, quando informações contradizem com estas atitudes positivas entra em ação mecanismos psíquicos de distorção das mesmas, buscando manter uma consonância (Calderoni, 2008).

Bernardo (2002), em sua pesquisa com trabalhadores de uma empresa química, expõe haver, conforme mencionado no capítulo anterior, um “acordo tácito” entre operários e a empresa. Eles, que valorizam a empresa e as condições nas quais trabalham, evitam pensar e comentar sobre o risco de contaminação crônica na fábrica, pois isso entra em contradição com a imagem positiva que fazem da empresa.

Conforme exposto anteriormente, este discurso empresarial funciona como uma transmissão da ideologia dominante aos trabalhadores, ocultando dados da realidade e dos conflitos de classe aos quais estão submetidos. Segundo Almeida, Abreu e Rossler (2011), a internalização do mundo exterior à psique se dá mediada por signos, isto é, a linguagem medeia a relação entre a realidade e o mundo interno dos indivíduos. Assim, a sociedade e as vivências possuem importância central na formação dos sistemas de conceitos, palavras e símbolos e, nesses sistemas, está inculcada uma concepção de

mundo “impregnada das ideias dominantes (universais abstratos) do momento histórico e do local em que é produzida” (p. 554).

Assim, com a dominação ideológica dentro da empresa, grande parte dos conceitos e palavras que serão os instrumentos com os quais se erigirá as representações internas da realidade são provenientes do discurso empresarial, contribuindo para que a projeção do real na mente dos indivíduos mascare as contradições da realidade. No que se refere ao processo de consciência, essa transmissão pode ter uma ação de evitar a vivência da indignação. Segundo Iasi (2011), a contradição entre a vivência do indivíduo e os valores internalizados podem gerar um conflito subjetivo, uma revolta, e esta mobilização na consciência poderia fazer com que se chegasse à segunda forma de consciência. Neste sentido, pode-se supor que o discurso empresarial vise acobertar as relações de classe para que não sejam percebidas e, assim, não entrem em contradição com os valores do indivíduo.

Porém esta ocultação tem limites e, no caso da Shell/Basf, é possível supor que a vivência da doença foi o principal elemento que entrou em contradição com o discurso da empresa, levando à revolta e posterior organização dos trabalhadores. A doença, se for percebida como consequência da exposição crônica no trabalho, entra em choque com a ideologia da fábrica, tanto no que se refere à segurança dos procedimentos de produção, que as chefias e engenheiros afirmavam haver, quanto no que se refere à ideia de uma valorização e cuidado relativos aos empregados pela empresa. É possível dizer que deparar-se com o adoecimento de forma explícita e clara quebra as bases que possibilitam o “acordo tácito”. A contradição que emerge pode tornar insustentável a manutenção da atitude adotada até então.

Assim, a situação de adoecimento pode ser um possível desencadeador do processo de consciência, sendo gerador de indignação que, ao ser compartilhada no

grupo, pôde permitir a alguns trabalhadores avanços na consciência, percebendo que aquela situação não os atingia individualmente, mas, sim, dizia respeito ao coletivo. Esse seria o primeiro passo para a organização coletiva contra a empresa que passa a ser vista como ‘traidora’ ou ‘enganadora’. É nesse contexto que a **ATESQ assume um papel importante no processo de consciência**. Se sua formação se deve à consciência dos trabalhadores de que precisam se organizar coletivamente para lutar contra a empresa, por outro lado, as discussões que ocorrem ali também influenciam a consciência dos participantes com relação à luta de classes e suas consequências.

Interessante analisar o caso de um dos trabalhadores que é liderança do movimento, sendo inclusive uma das figuras centrais da associação desde seu início. Ele ocupava um cargo de chefia na fábrica e diz que, no período em que trabalhava, tinha um olhar totalmente alinhado ao discurso da empresa. Porém, segundo ele, mudou radicalmente seu modo de compreender a realidade após visitar as chácaras ao redor da fábrica e ver várias pessoas adoecidas, inclusive crianças, além de constatar a contaminação nas plantações e criações dos moradores. A sua mudança é drástica, pois, a partir de então, ele adota uma postura de defesa dos trabalhadores e do meio ambiente, tornando-se um dos principais articuladores da ATESQ.

De acordo com Iasi (2011) e Almeida, Abreu e Rossler (2011), o movimento da consciência é sempre dialético. Uma das leis da dialética, segundo Konder (2004), se refere à passagem da quantidade à qualidade, isto é,

As coisas não mudam sempre no mesmo ritmo; o processo de transformação por meio do qual elas existem passa por períodos lentos (nos quais se sucedem pequenas alterações quantitativas) e por períodos de aceleração (que precipitam alterações qualitativas, isto é, "saltos", modificações radicais) (p. 54)

Essa citação ajuda a compreender o caso citado. Supõe-se que a constatação que a produção na fábrica havia trazido diversas consequências para o meio ambiente e para a

saúde dos moradores do entorno da indústria química pode ter desencadeado um salto qualitativo no processo de consciência no trabalhador, levando a mudanças radicais na sua forma de ver, compreender e agir na realidade.

Este salto de consciência contribuiu para que este trabalhador, a partir de suas novas compreensões, dedicasse boa parte seu tempo e energia à luta pela saúde de outros trabalhadores e ao meio ambiente. Ele foi, inclusive, um dos fundadores da associação que, conforme relata, contribuiu no avanço do seu processo de consciência.

A mesma situação foi descrita por outros trabalhadores, de acordo com os quais, as conversas e trocas de informação no grupo ajudavam a desconstruir o discurso da empresa e ressignificar as condições de trabalho, contribuindo para uma desideologização da sua compreensão da realidade. Esse processo é descrito por trabalhadores como uma *“limpeza das lentes sujas”*, possibilitando ampliar a visão e enxergar a realidade a partir de outra perspectiva. Isso é explicitado por Jorge no seguinte trecho:

*A ATESQ foi e é, eu diria, uma benção, em termos, assim, de esclarecimento [...]. A ATESQ me possibilitou ter mais... uma visão mais segura de quem é a conchinha Shell; eles não fazem caridade, eles estão se lixando pra vida humana, eles querem produzir, produzir, produzir. "morreu? ah enterra. Ele já tinha isso daí! é...[essa doença] era hereditária”.*

Em outra passagem da entrevista, ele volta a esse tema:

*Hoje, na prática, eu sinto que esse pessoal da ATESQ consegue diferenciar o trigo do joio, nessa questão... por quê? Porque levaram muita porrada na cabeça, muita bordoadada, muita chacoalhada, muito... chamaram de idiota por tabela, burrões, zé mané, zero a esquerda, povinho, chamaram nas entrelinhas sabe? E então, a gente acostumou a ver... a mudar o olhar.*

Jorge ainda afirma que a participação na ATESQ tirou a *“fantasia”* que tinha sobre a realidade, a qual mostrava um mundo melhor, mas irreal:

*A minha visão, a minha mudança não foi só teórica, [...] foi muito prática também, eu sinto isso, eu... Tirou um pouco aquela fantasia sabe? Vai na sua cabeça e arranca aquela fantasia, que eu acho que é*

*necessária e legal, arranca aquilo da tua cabeça, aqueles sonhos coloridos aqueles arco-íris... Arranca tudo... Você fica nu diante da sociedade e não sabe muito como é que.. como é que você faz. Mais ou menos isso.*

Afirmações parecidas são apresentadas por Augusto, que expõe também uma visão crítica da sociedade e da vida da classe trabalhadora no nosso sistema:

*Eu sempre tive um pensamento de uma necessidade de um mundo melhor, que o jeito que as coisas vinham acontecendo e continuam acontecendo não é uma situação, um mundo onde as pessoas possam viver melhor né!? Mas, aí quando entramos aqui na ATESQ, esse movimento...foi uma coisa que ampliou muito minha visão. É a mesma coisa que se eu tivesse com um óculos com a lente suja e fizesse uma limpeza nela, sabe?! E aí me ampliou muito a visão, porque a maior parte das pessoas eu tenho certeza que não tem noção do que o poder do capital é capaz de fazer com o país e com povo.. né?! Então hoje, hoje eu tenho uma visão muito ampliada a respeito disso aí, como o povo é manipulado de uma tal maneira que nem ele percebe. Você vê o trabalhador... ele, ele vive, hoje ele vive só pro capital no meu entender. Ele levanta de manhã cedo, está se preparando para ir trabalhar, vai e trabalha, cumpre a sua função. Chegou em casa, ele toma um banho, janta e vai assistir a televisão para aprender como vai consumir o que o capital determina para ele. Essa é minha visão. Então, área de lazer que sobra pra ele, de cultura, essas coisas é muito pouco. Ele está quase que o tempo todo que está acordado..., a maior parte do tempo, vamos dizer assim, 80%, em função do capital.*

Neste trecho, Augusto expõe o processo de superação da ideologia pelo qual passou e afirma que essa mudança de pensamento seria resultado da participação no movimento. Além disso, é possível perceber que a compreensão que adota da realidade é consciente da dinâmica de luta de classes, não se atendo apenas a questões relacionadas à dinâmica do conflito específico em que está inserido, mas tecendo uma crítica ao capital como um todo. Assim, ciente das contradições da realidade, ele expõe uma subjetividade que parece mais próxima a concepções revolucionárias marxistas e, portanto, menos alienada (Konder, 2009) e menos ideologizada (Marx e Engels, 1933/2009; Chauí, 2008).

Apesar de haver diferenças entre as compreensões destes trabalhadores, essas falas evidenciam a percepção da existência de uma forma diferente de enxergar a

realidade e a situação de trabalho antes e depois de entrar na ATESQ. A perspectiva “*fantasiosa*”, “*cega*”, distorcida (“*lente suja*”), “*patriota*” que dificulta enxergar a situação de opressão e, conseqüentemente, se organizar contra ela, é substituída pela “*ampliação da visão*” a partir da organização coletiva.

Esse processo pode ser entendido como uma superação da ideologia e da ocultação da realidade, que apesar de facilitar a visão e o entendimento da realidade, exige, também, a habilidade de lidar com ela e, na medida do possível, mudar esse mundo que se apresenta agora sem “fantasias”, como opressor e explorador.

Outro âmbito a ser analisado se refere a uma questão que aparece de forma relativamente transversal na descrição dos resultados e diz respeito à compreensão do movimento sobre quem são os atores do processo de luta social em que estão envolvidos e qual é o foco de luta do movimento.

É possível perceber que há contradições no grupo no que se refere à compreensão do papel da associação no processo da luta. Alguns apresentam a visão de que o papel do grupo é, principalmente, acompanhar o andamento do processo jurídico, como um observador de uma disputa que se daria no âmbito judicial – a ocorrência desta visão é denominada aqui como um fenômeno de “**judicialização**” da luta . Assim, os principais sujeitos do conflito seriam advogados, juízes e apenas alguns membros da ATESQ e alguns representantes da Shell, mais próximos do processo. Já outros mostram uma posição oposta, entendendo que o grupo é o principal ator na luta pela saúde. Essa visão pode ser identificada especialmente entre os membros do comitê coordenador, quando, por exemplo, propõem a articulação com outros movimentos ou a participação em atos políticos relacionados à saúde e ao meio ambiente, além de outros temas. Mas, em certa medida, essa compreensão é observada também em outros dos associados, que, em alguns comentários, demonstram valorizar ações realizadas pelos

próprios ex-trabalhadores como atos públicos, protestos ou atividades que busquem divulgar o movimento. Nessas falas indicam que compreendem a ATESQ enquanto um sujeito coletivo e que é a partir das ações deste sujeito na realidade que se conquistariam vitórias.

Importante ressaltar, antes de continuar a discussão, que a expressão dessas posições não se dá de forma estática e claramente demarcada, pelo contrário, há pessoas que ora se posicionam de forma mais identificada com um dos olhares, ora mais identificada com outro.

É inevitável que a ação judicial seja um dos âmbitos da luta pela saúde no caso Shell/BASF. Porém o processo, que seria um dos mecanismos de uma disputa entre a ATESQ e as empresas, torna-se o cenário privilegiado no qual se concentra a atenção coletiva. Pode-se dizer que essa compreensão, de delegar o papel de sujeito do conflito ao direito e ao Estado, é fruto de uma consciência ainda bastante marcada pela alienação e pela ideologia. A compreensão alienada, de que a sociedade é dirigida por uma força estranha ao trabalhador, sobre a qual ele não teria poder de influência ou de interferência, cabendo a ele apenas a submissão (Marx, 1844/2010; Lessa, 2007), contribui para a adoção de uma postura passiva frente à luta de classes.

Além disso, este olhar parte de um preceito da ideologia dominante que compreende o Estado e o direito enquanto representantes dos interesses gerais da sociedade, acima das disputas de classe, como um elemento neutro e mediador dos conflitos entre diferentes grupos sociais. Todavia, deve-se lembrar aqui que Marx e Engels (1848/2008) já ressaltavam que o Estado e o direito seriam construções históricas e sociais, visando estabelecer e manter regras e normas que conformassem determinada classe enquanto dominante (Lessa e Tonet, 2008; Marx e Engels, 1848/2008; Chauí 2008).



Obviamente todos trabalhadores estão sujeitos à ideologia e à alienação. Porém, como foi exposto, é possível que ocorram processos de consciência que visem romper com estes fenômenos e apontar para uma ação coletiva que favoreça a maioria. No entanto, conforme nos alerta Iasi (2011), os seres humanos nascidos e constituídos psicologicamente sob uma sociedade capitalista nunca conseguirão ver-se totalmente livres destes fenômenos subjetivos da dominação de classe. Desse modo, a questão aqui colocada é que o elemento presente na dinâmica cotidiana da ATESQ – que se refere ao grande papel que a disputa judicial toma nesse tipo de movimento na luta pela saúde – pode, por outro lado, tornar-se um obstáculo ao processo de consciência. Não se trata, aqui, de negar a via judicial como um caminho importante na luta desses trabalhadores no modelo de sociedade que estamos inseridos, mas de buscar compreendê-la enquanto apenas um dos diversos mecanismos de luta e tendo clareza das possíveis consequências subjetivas particulares deste aspecto no processo de consciência do grupo.

Um elemento que dificulta ainda mais o avanço da consciência, e de extrema importância nesta análise, é um fenômeno que pode ser referido como “**financeirização**” da luta política. Para além do foco na disputa dentro do âmbito jurídico, a possibilidade de haver uma indenização financeira como resultado do processo coletivo e as indenizações resultantes dos processos individuais faz com que diversos trabalhadores voltem sua atenção para os valores em dinheiro que podem receber.

Assim, para alguns associados, a luta legítima pela saúde começa a dar lugar a uma preocupação financeira que se descola das indignações iniciais do movimento, contribuindo para uma compreensão coisificada da saúde e do meio ambiente. No limite, a reparação financeira por um dano causado à saúde não se diferencia muito do ato de compra e venda que, no caso, teria como mercadoria a vida dos trabalhadores.

Outra consequência da financeirização pode ser o enfraquecimento da coesão do grupo, como pôde ser percebido em algumas reações a propostas apresentadas pelas empresas, descritas no capítulo anterior, em que um dos trabalhadores comenta que talvez abandonasse o grupo para fazer uma negociação individual com a Shell. Essa questão é comentada pelos dois entrevistados. Jorge afirma que, se a Shell lhe fizesse uma proposta individual que considerasse boa, ele aceitaria e deixaria o grupo. Ele comenta que apesar de saber que o correto é o tratamento a saúde, uma indenização financeira traria confortos como consumo e viagens e que isso ajudaria a “*espairecer*” e a se livrar da “*tortura psicológica*” que estaria sendo a espera pelo julgamento do processo. É interessante observar que esse mesmo trabalhador comenta que sabe que isto seria uma “*enganação*”, mas que, ainda assim, poderia considerar aceitar uma proposta desse tipo.

Na entrevista de Augusto, ele comenta que, na sociedade atual, há uma grande necessidade por recursos financeiros para se poder viver com qualidade, mesmo para as ações mais simples e, segundo ele, isso “*desvia*” o raciocínio dos trabalhadores. No que se refere ao processo de consciência, é possível compreender que a financeirização da luta política atua como uma espécie de sedução aos trabalhadores que estimula o pensamento individualista em detrimento do pensamento coletivo, além de fomentar um projeto pessoal de enriquecimento e consumo ao invés de um de luta política junto a sua classe. Ou seja, pode se dizer que a financeirização atua como uma espécie de “*freio*” nos processos de consciência, dificultando avanços, facilitando retrocessos e reafirmando a ideologia dominante. No entanto, deve-se ressaltar que, durante todo o trabalho de campo desta pesquisa, não se teve notícias de nenhum trabalhador que tivesse cedido às tentativas da empresa nessa direção, o que também leva à ponderação de que a consciência dos membros do grupo resiste a essa sedução.

Por fim, uma reflexão interessante de ser colocada aqui se refere à **relação entre sofrimento e processo de consciência**. Os fatos tratados no tópico 6.4 indicam que os aspectos psicossociais que cercam a história de contaminação desses trabalhadores produz um significativo sofrimento psíquico, que pode ser maior ou menor em diferentes casos e/ou em diferentes momentos, mas, dificilmente, deixa de existir. Durante o trabalho de campo, observou-se que o sofrimento vivido pelos integrantes da ATESQ apresenta uma relação aparentemente contraditória com o movimento de consciência.

Sousa, Rami e Bernardo (2011) pesquisaram trabalhadores de uma associação com características semelhantes à ATESQ e identificaram um profundo sofrimento psíquico dos indivíduos estudados no que se refere à vivência do adoecimento, o falecimento de colegas e até mesmo a autoculpabilização pelos processos de contaminação, pois eram eles que manuseavam os produtos. Trabalhadores que, no processo de produção, realizavam, ao obedecer ordens, procedimentos que levaram à contaminação, sentiam-se culpados após perceber as consequências destes atos.

Esse sofrimento em parte é relacionado com um sentimento de ter sido traído, enganado, injustiçado e pode levar à indignação. Segundo Iasi (2011), a indignação e a revolta podem gerar avanços no processo de consciência, mobilizando as pessoas a se organizarem coletivamente e lutar contra determinados problemas que afetem os membros do grupo. Esse sofrimento parece funcionar como motor da atuação política no movimento de luta pela saúde, motivando os trabalhadores a se mobilizarem. Ou seja, é possível analisar que o sofrimento pode ser um gerador de avanços na consciência.

E, na medida em que esse avanço na consciência propicia ações coletivas concretas e contribui para desconstruir concepções e valores ideológicos, ele pode ter o

efeito contrário ao relatado. O sofrimento advindo da autculpabilização é calcado na ideologia dominante que responsabiliza as pessoas individualmente pelos seus atos, ignorando os outros elementos da realidade que determinaram aquela ação (Calderoni, 2008; Chauí, 2008). Logo, o avanço da consciência pode ressignificar o sofrimento provocado pela compreensão individualizante da culpa pelo adoecimento.

No caso da ATESQ, alguns fatos contribuiriam na compreensão mais ampla e menos individualizada da contaminação na Shell/Basf, como por exemplo, a constatação de que a empresa mudou sua planta produtiva para o Brasil em busca de legislações ambientais mais brandas, isto é, provavelmente tinham ciência do risco de contaminação; o fato da Shell/Basf serem empresas multinacionais com lucros altíssimos com a produção de Paulínia, podendo investir em segurança dos trabalhadores e ambiental, e não o fizeram.

Nesse sentido a consciência mais desideologizada pode ser compreendida como um elemento de possível resiliência frente ao sofrimento. Ao compreender os determinantes sociais do elemento que gera o sofrimento (por ex. a contaminação, desemprego, assédio moral e etc), o individuo talvez não vivencie sentimentos de culpabilização e baixa autoestima, ou vivencie em menor intensidade.

Porém, ao mesmo tempo, a conscientização, supõe-se, pode ser um elemento gerador de sofrimento. Conforme aponta Sousa, Rami e Bernardo (2011), a percepção da realidade, antes obscurecida pelo discurso ideológico da empresa, gera “decepção e sensação de serem usados e traídos” (p. 4). Nesse contexto, a “limpeza das lentes sujas”, conforme diz Augusto, apesar de possibilitar uma visão verdadeira da realidade, expõe todas as contradições da sociedade ao redor, explicitando explorações, injustiças e opressões que antes não eram vistas. Isso pode ser vivido com sofrimento, conforme relata Jorge em trecho apresentado anteriormente:

*Tirou um pouco aquela fantasia sabe? Vai na sua cabeça e arranca aquela fantasia, que eu acho que é necessária e legal, arranca aquilo da tua cabeça, aqueles sonhos coloridos aqueles arco-íris... Arranca tudo... Você fica nu diante da sociedade e não sabe muito como é que.. como é que você faz.*

Por fim, esta reflexão revela uma relação bastante peculiar e contraditória entre o sofrimento e a consciência. Havendo situações em que o sofrimento é gerador de consciência, outras em que a consciência gera sofrimento e outra, ainda, em que a consciência pode ser um elemento de diminuição do sofrimento vivido.

Os diferentes elementos analisados apontam para confirmação do caráter dialético do movimento da consciência, com contradições, avanços e retrocessos. Além disso indica as relações que diferentes eventos estabelecem com a consciência podendo contribuir ou não com o processo de consciência.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura referenciada aqui já indicava como o processo de consciência é extremamente complexo e dinâmico. Desta forma, a presente pesquisa não pretendia mais do que conseguir identificar e analisar alguns dos elementos envolvidos neste processo em um grupo com características muito específicas. Considerando todas as limitações de um trabalho de mestrado, pode-se dizer que foi possível observar alguns aspectos relacionados ao processo de consciência e inferir seus efeitos no objeto estudado, seja no avanço ou no retrocesso.

A força ideológica exercida pela empresa sob seus empregados, o papel dos salários e do status de trabalhador químico sob o processo de consciência, a vivência da indignação ao se deparar com o processo de adoecimento, o papel do grupo e da associação para a desideologização, a ação de retardamento e retrocesso na consciência ocasionado pela judicialização e financeirização, as relações entre sofrimento e consciência, entre outros, são os elementos levantados e analisados à luz da teoria nesta dissertação.

No que se refere à força ideológica exercida pela empresa a presente pesquisa corrobora pesquisa anteriores (Calderoni, 2008; Bernardo, 2002, Bernardo, 2006), identificando um discurso da empresa calcado na ideologia dominante, que irá buscar obscurecer as contradições de classe e inibir aproximações com o sindicato. Mas, além disso, esse discurso influencia também as compreensões sobre as cargas de trabalho e desgaste vivenciados na fábrica. Assim, conclui-se que essa transmissão ideológica dificulta o surgimento e articulação de movimentos de luta pela saúde dos trabalhadores, como a ATESQ.

Os altos salários e o status de trabalhar em uma grande empresa química multinacional, também podem ter um papel importante na assimilação da ideologia empresarial pelos trabalhadores. Por outro lado, a vivência do adoecimento decorrente da contaminação ou a observação do processo de adoecimento em colegas, pode ter um papel de desconstruir essa ideologia, expondo sua contradição com a realidade. Dentre estes elementos, um aspecto se sobressai: a importância da vivência e da experiência real na conformação da consciência, seja para internalizar compreensões ideológicas, seja para desconstruí-las.

Outro elemento é a constatação da importância do movimento carreado pela ATESQ para o avanço da consciência. A entrada e participação no grupo não são meros resultados da tomada de consciência, uma vez que a própria participação no grupo gera uma espécie de efeito de retroalimentação do avanço da consciência que levou o indivíduo a se unir aos outros trabalhadores.

Por outro lado, nesta pesquisa também foi possível identificar elementos que podem servir como uma espécie de freio no processo de consciência, como a judicialização e a financeirização da luta dos trabalhadores. Apesar de envolver reivindicações legítimas no presente sistema social, se tomados isoladamente ou se ocuparem um lugar central no movimento, esses aspectos acabam por reafirmar compreensões alienadas e ideologizadas da realidade, impossibilitando um objetivo mais amplo a ser perseguido. Importante lembrar que esses elementos estão presentes nos mais diversos movimentos em luta pela saúde e, por isso, torna-se importante evidenciar seu real papel e identificar outros meios que possam promover a superação de possíveis entraves ao processo de consciência.

A relação entre sofrimento e processo de consciência toma uma importância ainda maior por ser particularmente mais referente à área da psicologia. O sofrimento

possivelmente desencadeado pelo processo de tomada de consciência e a consciência como elemento de proteção são questões de profunda importância nessa área, principalmente para linhas teóricas que pretendem atuar visando à mudança do *status quo*, buscando posicionar-se ao lado dos setores oprimidos e explorados de nossa sociedade.

Desta forma, pode se dizer que a pesquisa atingiu seu objetivo de “analisar como ocorre o processo de consciência de classe em participantes de uma associação de trabalhadores contaminados por uma indústria química (ATESQ)”. Desse modo, espera-se que esse trabalho some-se a outros estudos sobre o tema no campo da psicologia.

Conforme dito anteriormente, a pesquisa possuiu limites que devem ser considerados também. A presença no campo, por exemplo, ofereceu dificuldades ao pesquisador, que apesar de utilizar uma proposta de inspiração etnográfica, teve dificuldades para se inserir efetivamente no grupo devido à sua pouca familiaridade com a temática discutida no grupo durante o período inicial. Dessa forma, acabou assumindo mais uma postura de observador, com poucas intervenções, e priorizando a interação por meio de conversas individuais, no início ou no fim dos encontros.

Apesar disso, a confiança depositada pelos integrantes do grupo no pesquisador – falando abertamente de questões que poderiam fragilizá-los perante a empresa caso o pesquisador tivesse objetivos escusos – possibilitou um material de campo bastante rico. Tal confiança reforçou ainda mais uma preocupação que esteve sempre presente no decorrer da pesquisa, qual seja, de não expor informações obtidas durante o trabalho de campo que pudessem ser usadas contra o grupo. Essa preocupação ética impossibilitou a utilização de alguns dados, que poderiam enriquecer o trabalho.

A busca por uma compreensão maior dos elementos apresentados no presente trabalho aponta a possibilidade de novas pesquisas. Estudos similares, com diferentes



recortes e/ou diferentes grupos sociais podem acrescentar bastante na compreensão do processo de consciência. Para finalizar, é essencial afirmar aqui que a identificação de alguns aspectos contraditórios no processo de consciência do grupo da ATESQ, em nenhum momento coloca em questão a legitimidade, a ética e a honestidade desse movimento, mas apenas evidenciam a maneira complexa como esse processo ocorre.

Deve-se ressaltar que a vivência junto aos integrantes do grupo aumentou a admiração pela força desses trabalhadores em um contexto tão desfavorável, a convicção da sua importância e a indignação frente a imensurável injustiça sofrida por eles e tantos outros trabalhadores.

## 9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, M. R.; Abreu, C. B. M. e Rossler, J. H. (2011). Contribuições de Vigotski para a análise da consciência de classe. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 16(4), 551-560.
- Antunes, R.; Alves, G (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e sociedade, Campinas*, 25(87),335-351.
- Asbahr, F. S. F. (2011) “*Por que aprender isso, professora?*” *Sentido pessoal e atividade de estudo na Psicologia Histórico-Cultural*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Bark, W. C. (1966) *Origens da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bernardo, M. H. (2002) Representações dos trabalhadores sobre os riscos em uma usina química. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 5, 1-18
- \_\_\_\_\_ (2006) *Discurso Flexível, trabalho duro: o contraste entre o discurso de gestão empresarial e a vivência dos trabalhadores*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bihr, A. (1998) *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Caldana, A. C. F.; Figueiredo, M. A. C. (2002). Desemprego e subjetividade: estratégias de inclusão social e sobrevivência. *Paidéia, Ribeirão Preto*, 12(22), 19-26. Recuperado em 23 de novembro, 2011 de <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v12n22/03.pdf>.

- Calderoni, E (2008) *O sofrimento e a luta do trabalhador contaminado: Os caminhos da consciência política e ambiental após a contaminação por substâncias tóxicas no ambiente de trabalho*. Teses de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Chauí, M. (2008). *O que é ideologia*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense.
- Dassan-da-Silva, D.L.; Guzzo, R.S.L.(2010). Desemprego, a crise econômica mundial e o cotidiano de opressão: níveis de consciência. *Anais do XV Encontro de Iniciação Científica da PUC-Campinas*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Recuperado em 24 de junho, 2012 de [http://www.puc-campinas.edu.br/websist/portal/pesquisa/ic/pic2010/resumos/2010928\\_135748\\_71508185\\_resani.pdf](http://www.puc-campinas.edu.br/websist/portal/pesquisa/ic/pic2010/resumos/2010928_135748_71508185_resani.pdf)
- Daniellou, F.; Laville, A.; Teiger, C. (1989) Ficção e realidade do trabalho operário. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 17(68), 7-13.
- Decreto nº 5029 de 18 de fevereiro de 2003 de Paulínia (2003). Determina o isolamento do bairro recanto dos pássaros de Paulínia e dá outras providências. Recuperado em 07 de Março, 2012 em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/668929/decreto-5029-03-paulinia-sp>
- Dias, E. C.; Hoefel, M. G. (2005) O desafio de implementar as ações de saúde do trabalhador no SUS: a estratégia da RENAST. *Ciência & saúde coletiva*, 10(4), 817-828.
- Druck, G.; Franco, T.(2003) A ALCA e as principais implicações para o trabalho e a saúde dos trabalhadores. *Ciência e Saúde Coletiva*, 8(4), 875-85.
- Duarte, N. (2004). Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. *Caderno Cedes*, 24 (62), 44-63.

- Engels, F. (1986/2008). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.
- Flacelière, R. (s/d) - *A vida cotidiana dos gregos no século de Péricles*. Lisboa: Livros do Brasil
- Franco, T., Druck, G.; Seligmann-Silva, E. (2010) As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35(122), 229-240.
- Geertz, C. (1989) Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: C. Geertz. *A Interpretação das Culturas*. 13-41. Rio de Janeiro: LTC.
- Iasi, M. L. (2011). *Ensaio sobre consciência e emancipação*. Expressão popular: São Paulo.
- IBGE, s.d. Painel Cidades@ - Paulínia –SP. Recuperado em 5 de Dezembro, de 2012 em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=353650#>
- Konder, L. (2004). *O que é Dialética*. 28 ed. Editora Brasiliense: São Paulo.
- \_\_\_\_\_ (2009). *Marxismo e Alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação*. Expressão Popular: São Paulo
- Laurell, A. C.; Noriega, M. (1989). *Processo de Produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec.
- Lacaz, F. A. de C. (1997) Saúde dos trabalhadores: cenário e desafios. *Caderno saúde pública* 13(supl 2), 7-19.
- \_\_\_\_\_ (2007) O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. *Caderno de Saúde Pública*, 23(4), 757-766.
- Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990* (1990) – Lei Orgânica da Saúde. Recuperado em 17 novembro, 2011 de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm)

- Lessa, S. (2000). *Lukács: porque uma ontologia no século XX?* Recuperado em 3 Agosto, 2011 de [http://www.sergiolessa.com/Cap\\_de\\_livros/Pq\\_Onto\\_secXX.pdf](http://www.sergiolessa.com/Cap_de_livros/Pq_Onto_secXX.pdf)
- \_\_\_\_\_. (2007). *Para Compreender a ontologia de Lukács*. Ijuí: Ed. Unijuí. Lessa, S;
- Lessa, S; Tonet, I. (2008) *Introdução à Filosofia de Marx*. Expressão popular: São Paulo.
- Martins, L. M. (2006). As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas em pesquisa. *29º Reunião Anual da ANPED. Educação, Cultura e Conhecimento: desafios e compromissos, 1*.
- Marx, K. (1844/2010). *Manuscritos econômico-filosóficos (4ª reimpressão)* São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (1867/2008). O Processo de Produção ou o Processo de Produzir Valores-de-Uso. In: Marx, K (1867/2008). *O Capital: Crítica a Economia Política: Livro I*. (26ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 211 - 220.
- \_\_\_\_\_. (1898/2010). Salário, Preço e Lucro. In: Marx, K. (2010) *Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro*. (2 ed). São Paulo: Expressão Popular. 71 – 141.
- Marx, K.; Engels, F. (1848/2008). *Manifesto do partido Comunista*. (2. ed) São Paulo: Editora Instituto José e Rosa Sundermann.
- \_\_\_\_\_. (1933/2009). *A ideologia Alemã*. São Paulo: Expressão Popular.
- Minayo-Gomez, C. C.; Thedim-Costa, S. M. da F. A. (1997). Construção do campo a saúde do trabalhador: percurso e dilemas. *Caderno Saúde Pública* 13(Supl. 2), 21-32.
- Ministério da Saúde. (2005) *Avaliação das informações sobre a exposição dos trabalhadores das empresas Shell, Cyanamid e Basf a compostos químicos –*

- Paulínia/SP*. Recuperado em 04 de Abril de 2012, de [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/relatorio\\_paulinia.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/relatorio_paulinia.pdf)
- Ministério do Trabalho e Emprego. (2011). *Norma regulamentadora N° 05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes*. Recuperado em 17 de novembro, 2011 [http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D311909DC0131678641482340/nr\\_05.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D311909DC0131678641482340/nr_05.pdf).
- Ministério Público Regional do Trabalho, (s/d.). *Caso Shell: ação civil pública beneficia mais de mil famílias*. Recuperado em 15 de março, 2012, de [http://www.prt15.mpt.gov.br/site/noticias.php?mat\\_id=12321](http://www.prt15.mpt.gov.br/site/noticias.php?mat_id=12321)
- Nardi, H. C. (1997) Saúde do Trabalhador. In: Cattani, A. D. (org.) (1997) *Trabalho e tecnologia, dicionário crítico*. Petrópolis: Editora Vozes; Porto Alegre: Ed. Universidade,. 219-224.
- Navarro, V.L.; Padilha, V. (2007) Dilemas do Trabalho no Capitalismo contemporâneo. *Psicologia & Sociedade, Ribeirão Preto, 19(1)*, 14-20.
- Neves, V. F. (2006) A pesquisa-ação e etnografia: caminhos cruzados. *Pesquisas e Práticas Psicossociais, 1(1)*, 1-17.
- Oddone, I.; Gastone, M.; Gloria, S.; Briante, G.; Chiattella, M. (1986) *Ambiente de Trabalho: A Luta dos Trabalhadores pela Saúde*. (1ª ed) São Paulo: Hucitec.
- Pinheiro, L. R. S., Monteiro, J. K. (2007) Refletindo sobre o desemprego e agravos à saúde mental. *Cadernos de psicologia social do trabalho 10(2)*, 35 – 45.
- Pinho, F. F.; Molon, S. I. (2011), Os bastidores do diário de campo: um instrumento de pesquisa qualitativa. *X Seminário de Pesquisa Qualitativa*. Universidade Federal do Rio Grande. Recuperado em 17 de novembro, 2011 em [www.x\\_pesquisa.furg.br/inscricao/trabalhos/146.doc](http://www.x_pesquisa.furg.br/inscricao/trabalhos/146.doc).

- Prefeitura Municipal de Paulínia, (s/d). História de Paulínia. Recuperado dia 05 de Dezembro, de 2012 em <http://www.paulinia.sp.gov.br/historia.aspx>
- Rezende, J. M. P. (2005) *Caso Shell/Cyanamid/Basf: Epidemiologia e informação para o resgate de uma precaução negada*. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil
- Rezende, J. M. P.; Correa Filho, H. R.; Rasteiro, A. de M.; Siqueira, C. E. (2009). Informação em saúde para a precaução. O mapeamento da desinformação no caso Shell/Basf. Recuperado em 07 de Março, 2012 em <http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/>
- Sabino, M. O. (2009) *Reconstrução de coortes: métodos, técnicas e interfaces com a vigilância em saúde do trabalhador*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.
- Sato, L.; Bernardo, M. H. (2005). Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(4), 869-878. Recuperado em 23 novembro, 2011 de <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n4/a11v10n4.pdf>
- Sato, L., Lacaz, F. A. C.; Bernardo, M. H. (2006) Psicologia e saúde do trabalhador: Práticas e investigações na saúde pública do São Paulo. *Estudos de psicologia*, 11(3), 281-288.
- Simeão, D. (coordenadora). (2009) *Caso Shell/BASF: O lucro acima da vida*. TV COT. [DVD]
- Sindicato dos Químicos UnificadosA, (s/d). *O “caso Shell” nos Estados Unidos*. Recuperado em, 04 de abril, de 2012, de <http://www.quimicosunificados.com.br/896/o-caso-shell-nos-estados-unidos/>.

Sindicato dos Químicos Unificados, B, (s/d). *Encontro de Ex-trabalhadores da Shell*.

Recuperado em, 04 de abril, de 2012, de <http://www.quimicosunificados.com.br/902/encontro-de-ex-trabalhadores-da-shell/>.

Sindicato dos Químicos Unificados, C, (s/d). *Greve garante melhor acordo em demissão*

*coletiva na Basf*. Recuperado em 04 de abril, de 2012, de <http://www.quimicosunificados.com.br/1126/greve-garante-melhor-acordo-em-demissao-coletiva-na-basf/>

Sindicato dos Químicos Unificados, D, (s/d). *As estranhas relações entre a Unicamp e a*

*Shell*. Recuperado em 04 de Abril de 2012, de <http://www.quimicosunificados.com.br/2137/as-estranhas-relacoes-entre-a-unicamp-e-a-shell/>

Sousa, H. A.; Rami, F e Bernardo. (2011). *Trabalho e sofrimento psíquico: as implicações subjetivas da contaminação de trabalhadores da indústria química*.

Anais do 16º Encontro Nacional da ABRPAPSO. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

Wisner, A. (1987) *Por dentro do trabalho*. São Paulo: Oboré e FTD.